

PARTIDOS POLÍTICOS NO BRASIL: 1979 - 1988

Jalusa Prestes Abaide

DISSERTAÇÃO APRESENTADA AO
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO
DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
COMO REQUISITO À OBTENÇÃO DO TÍTULO DE
MESTRE EM CIÊNCIAS HUMANAS - ESPECIALIDADE DIREITO

Orientador: Prof. Dr. Christian Guy Caubet

FLORIANOPOLIS

1990

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO ,

A dissertação "OS PARTIDOS POLÍTICOS NO BRASIL: 1979 -1988"

elaborada por JALUSA PRESTES ABAIDE

e aprovada por todos os membros da banca examinadora, foi julgada adequada para a obtenção do título de MESTRE EM CIÊNCIAS HUMANAS - ESPECIALIDADE DIREITO.

Florianópolis, 27 de agosto de 1990.

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. Christian Guy Caubet

Profª Drª Olga Maria Boschi de Aguiar

Prof. Dr. Paulo Krieschke

COORDENADOR DO CURSO :  DOUTOR CESAR LUIZ PASOLD

ORIENTADOR

 : DOUTOR CHRISTIAN' GUY CAUBET

AGRADECIMENTOS

Ao orientador Dr. Christian Guy Caubet,
aos professores, funcionários e alunos do Curso de Pós-
Graduação em Direito,
aos meus pais e irmãos,
ao Zulmar,
ao revisor de texto, Raymundo Leitão,
à datilógrafa Greice Pivetta,
à CAPES,
aos amigos,

minha gratidão.

GLOSSÁRIO

1. Conceitos/Definições

Aparelho Ideológico do Estado - É o conjunto de instituições que serve para implementar, na sociedade, as decisões (ideologia) da classe dominante.

Centrão - Bloco formado no Congresso Constituinte de 1987/1988 que aglutinou parlamentares conservadores de vários partidos.

Classe Social - É utilizada como sinônimo de grupo social na visão de Gramsci, presumindo a existência de uma sociedade capitali-

Clientelismo - Ocorre tanto a nível de sociedade política, quanto a nível de sociedade civil. Na primeira, a política é vista como carreira. Neste caso o político obtém o consenso eleitoral em troca de cargos e empregos públicos. (Manipula o consenso popular). Na segunda, grupos de pressão, utilizam-se do uso de seu poder econômico para obterem da classe política, a proteção de seus interesses.

Democracia - (representativa ou participativa) - É o espaço que permite ao povo decidir sobre os rumos de sua história política social e econômica.

Estado - É o que Gramsci chama de "aparelho de Estado", que se manifesta no jurídico, político, militar e governo, enquanto administração. É a máquina de repressão e instrumento de domínio de classe.

Fisiologismo - É uma espécie de ideologia viciada, é a ideologia da classe dominante.

Golpe militar - (ou golpe de Estado) - Apropriação do poder político, por alguns dos aparelhos de Estado (no caso do golpe militar pelo aparelho militar e setores conservadores da sociedade civil) .

Governo - Complexo de órgãos que institucionalmente têm o exerci-

CIO QO poder.

Grupo de pressão - É o conjunto de indivíduos que têm o objetivo e o poder de influenciar as decisões do poder político.

Hegemonia - Expressão utilizada por Gramsci para designar a primazia política de uma classe sobre a outra.

Ideologia - É o sistema de crenças que justifica o exercício do poder.

Legitimidade - Designa uma situação de aceitação do Estado (lato sensu), por um segmento relevante da população.

Lobby - É uma das formas pelo qual os grupos de pressão se comunicam, e fazem representar sua vontade.

Movimentos sociais (ou populares) - É a ação de um conjunto de pessoas com valores comuns que definem as formas de ação social para influenciar nos resultados da ação política.

Partido político - Teoricamente é o organismo que, está na sociedade política para representar os interesses da sociedade civil, e que na prática só representa interesses pessoais, ou da classe política.

Sociedade civil - "É o conjunto dos organismos vulgarmente ditos "privados" e corresponde à função de hegemonia que o grupo dominante exerce sobre toda a sociedade". É toda a organização da cidadania.

Sociedade política - Para Gramsci, é o Estado enquanto governo (ou administração).

Suprapartidarismo - É a ação de vários partidos ou grupos, independente de filiação partidária.

2. Siglas e Abreviaturas

A-1 - Ato Institucional

AIB - Ação Integralista Brasileira

AIE - Aparelhos Ideológicos do Estado

ANC - Assembléia Nacional Constituinte

ANL - Aliança Nacional Constituinte

ARENA- Aliança Renovadora Nacional

CF - Constituição Federal

CN - Congresso Nacional
CUT - Central Única dos Trabalhos
CSN - Conselho de Segurança Nacional
DSN - Doutrina de Segurança Nacional
EC - Ementa Constitucional
EEUU - Estados Unidos da América
ESG - Escola Superior de Guerra
FFAA - Forças Armadas
LSN - Lei de Segurança Nacional
MDB - Movimento Democrático Brasileiro
MTR - Movimento Trabalhista Renovador
OAB - Ordem dos Advogados do Brasil
PCB - Partido Comunista Brasileiro
PDC - Partido Democrata Cristão
PDT - Partido Democrático Trabalhista
PFL - Partido da Frente Liberal
PMDB - Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PRP - Partido da Representação Popular
PRP - Partido Republicano Paulista
PRM - Partido Republicano Mineiro
PRR - Partido Republicano Rio-grandense
PSD - Partido Social Democrático
PSDB - Partido da Social Democracia Brasileira
PSB - Partido Socialista Brasileiro
PSP - Partido Social Progressista
PST - Partido Social Trabalhista
PP - Partido Popular
PT - Partido dos Trabalhadores
PTB - Partido Trabalhista Brasileiro
SNI - Serviço Nacional de Informações
STM - Supremo Tribunal Militar
TFP - Tradição, Família, Propriedade
TSE - Tribunal Superior Eleitoral
UBE - União Brasileira de Empresários
UDN - União Democrática Nacional
UDR - União Democrática Ruralista

RESUMO

Este estudo tem como objeto os "Partidos Políticos no Brasil", no período de 1979 a 1988. Nesse período privilegia-se o aspecto da ideologia e da legitimidade para demonstrar que aquilo que convencionaram chamar de "nova" República não caracterizou um rompimento com o regime militar, e sim confirmou uma forte presença da mesma estrutura de poder.

A leitura de Antonio Gramsci e Umberto Cerroni teve como objetivo conhecer um modelo ideal de partido político que melhor se adequasse para a democracia representativa.

As categorias de: Estado, sociedade civil e sociedade política, foram embasadas em Gramsci fazendo-se uma breve alusão à Althusser no que diz respeito aos aparelhos ideológicos do Estado.

Utiliza-se o método indutivo e baseia-se na teoria dialética do conhecimento. Elaborar-se a pesquisa demonstrando as contradições entre a teoria e a prática político-partidária no Brasil, buscando no Direito um outro referencial teórico para discutir a realidade política e social.

Para o entendimento da realidade política brasileira, antes e depois da "nova" república, as fontes bibliográficas preferencialmente escolhidas, foram periódicos, especialmente a revista Senhor e Isto É-Senhor e o jornal a Folha de São Paulo, além de artigos de brasilianistas como Thomas Skidmore e Alfred Stepan.

E para melhor compreensão da prática democrática, principalmente do Poder Executivo, utilizou-se de um discurso do general Golbery do Couto e Silva, na Escola Superior de Guerra (1980).

Durante a pesquisa, busca-se demonstrar o confronto entre a sociedade política e a sociedade civil, bem como o espaço ocupado pelos partidos na disputa pela hegemonia.

A pesquisa tem uma estrutura de quatro capítulos e uma

parte conclusiva. O primeiro trata dos partidos políticos no Brasil, com breves considerações sobre a teoria marxista do partido político na visão de Gramsci e Cerroni, uma crítica ao sistema representativo e uma breve evolução dos partidos políticos no Brasil. O capítulo segundo trata do processo democratizante, dos partidos políticos da abertura à transição para a "nova" república, período de 1979 à 1985. No capítulo terceiro faz-se uma demonstração do papel da sociedade civil como ator do processo democratizante, a importância dos movimentos populares e dos partidos políticos para a abertura política e para a transição democrática. E finalmente, apresenta-se os partidos políticos no processo constituinte, de 1986 a 1988, dando ênfase para a questão da legitimidade e da ideologia.

Sustenta-se na conclusão, que os partidos políticos e a legislação eleitoral estão mais identificados com a ordem vigente, do que com a melhor eficácia da democracia representativa; com a transformação social que possibilite maior participação do povo nas decisões e no seu bem estar. Constata-se que os partidos são cooptados pelas benesses proporcionadas pela política clientelista do Estado, e a sociedade civil sofre do constante engodo proporcionado pelo Poder Executivo quando manipula casuisticamente a legislação partidária.

RESUMEN

Este estudio tiene como objetivo los "Partidos Políticos en Brasil", en el período 1979 a 1988. En ese período se privilegió el aspecto de la ideología y de la legitimidad, para demostrar que aquello que se convino llamar de "nueva" república no caracterizó un rompimiento con el régimen militar, y sí confirmó una fuerte presencia de las antiguas estructuras de poder.

La lectura de Antonio Gramsci y Umberto Cerroni tuvo como objetivo conocer un modelo ideal de partido político que se adecuase mejor a la democracia representativa.

Las categorías de: Estado, sociedad civil y sociedad política, fueron basadas en Gramsci, haciéndose una breve alusión a Althusser con respecto a los aparatos ideológicos del Estado.

Se utiliza el método inductivo y se basa en la teoría dialéctica del conocimiento. Se elabora la pesquisa demostrando las contradicciones entre la teoría y la práctica político-partidaria en Brasil, teniendo el Derecho como otro referencial teórico para discutir la realidad política y social.

Para comprender la realidad política brasileña, antes y después de la "nueva" república, las fuentes bibliográficas seleccionadas preferentemente, fueron publicaciones semanales, en especial la revista "Senhor" y "Isto É-Senhor" y el periódico "Folha de São Paulo", además de artículos de "brasílofilos", como Thomas Skidmore y Alfred Stepan.

Y para comprender mejor la práctica democrática del poder ejecutivo, se empleó un discurso del general Golbery do Couto e Silva, en la "Escola Superior de Guerra" (1980).

La confrontación entre la sociedad política y la sociedad civil es demostrada durante la pesquisa, así como el espacio ocupado por los partidos en la disputa por la hegemonía.

La pesquisa tiene una estructura de cuatro capítulos y una conclusión. El primero trata sobre los partidos políticos en Brasil, con breves consideraciones sobre la teoría marxista del partido político en la visión de Gramsci y Cerroni, una crítica al sistema representativo y una breve evolución de los partidos políticos en Brasil. El capítulo segundo trata sobre el proceso democratizante, los partidos políticos de la apertura a la transición para la "nueva" república, período 1979 a 1985. En el capítulo tercero se hace una demostración del papel de la sociedad civil como actor del proceso democratizante, la importancia de los movimientos populares y de los partidos políticos para la apertura política y para la transición democrática. Y finalmente, se presentan los partidos políticos en el proceso constituyente, de 1986 a 1988, colocándose énfasis en la cuestión de legitimidad e ideología.

Se sostiene, en la conclusión, que los partidos políticos y la legislación electoral están más identificados con el orden vigente que con una mejor eficacia de la democracia representativa, con la transformación social que posibilite mayor participación del pueblo en las decisiones y en su bienestar. Se constata que los partidos son "influídos" por las "bonheurs" proporcionadas por la política de clientela del Estado, y la sociedad civil sufre un constante engaño proporcionado por el poder ejecutivo cuando manipula casuísticamente la legislación partidaria.

ABSTRACT

The purpose of this study is the Brazilian Parties from 1979 to 1988, In this period, it is favoured the ideology and legitimacy aspects, to demonstrate what is was called "new" Republic period. There wasn't a rupture with the military system; it was sustained the strong presence of ancient power structures.

Antonio Gramsci and Umberto Cerroni were read in order to know an ideal model of party.

The State, the civil society and the political society were found in Gramsci and some brief references were done to Althusser on the ideological apparatus of the State.

It was used inductive method and the study is firm on the dialectic theory of knowledge. An investigation is elaborated, showing differences between the theory and the parties performance in Brazil, having the Law as another theoretical allusion to discuss the political and social reality.

In order to understand the Brazilian political reality, before and after "new" Republic period, were chosen periodicals, especially "Senhor" and "Isto É-Senhor" magazine and "Folha de São Paulo" newspaper; it was also studied "brazilographers" as Thomas Skidmore and Alfred Stepan.

It was used a speech of general Golbery do Couto e Silva in "Escola Superior de Guerra" (1980), to help the understanding of the democratic performance in Executive power.

The confrontation between the political society and the civil society is showed in the investigation as well as the place of political parties in the dispute by hegemony.

The investigation has a structure of four (4) chapters and a conclusive part. The first chapter treats on parties in Brazil with brief appreciations about Gramsci and Cerroni's Marxist

theory of party, a criticism of the representative system and a brief evolution of the parties in Brazil, the second chapter tells about democratic process, and parties since the beginning until the transition to "new" Republic, between 1979 to 1985 period.

On the third chapter it is demonstrate the civil society role, as an actor of the democratic process, the importance of popular movements and parties to the political opening and democratic transition. The last chapter shows the parties in the Constituent process from 1986 to 1988, where the emphasis is on the legitimacy and the ideology subjects.

In the conclusion is supported the political parties and the elective legislation are identified with the present order, more than with the representative democracy; with a social transformation which gives people a bigger participation on decisions and in his well-being. It is verified that the parties are co-optated by gains given by the political clientage of the State, and the civil society suffers by the persistent allurements provided by Executive power, when it manipulates the party legislation casuistically.

SUMARIÛ

	Página
Introdução	1
 CAPÍTULO I – PARTIDOS POLÍTICOS NO BRASIL	 10
1. A teoria e a prática politico-partidária no Brasil	10
1.1. Considerações sobre a teoria marxista do partido político (visão de Gramsci e Cerroni) frente à realidade brasileira	10
2. Crítica ao sistema representativo	19
3. Breve evolução dos partidos políticos no Brasil	(24
 CAPÍTULO II – O PROCESSO DEMOCRATIZANTE (1979 – 1985)	 45
2. Os partidos políticos, da “abertura” à “transição”’	45
2.1. A abertura (1979 – 1985)	46
2.1.1. Antecedentes históricos e legislação correlata	46
2.1.2. A nova conotação do discurso sobre democracia	48
2.1.3. Estratégias políticas (nos bastidores da política)	51
2.1.4. Alguns partidos criados por ocasião da lei n ^o 6767/79	52
2.1.5. As primeiras crises do partido do governo e os rumos da “abertura”	59
2.1.6. As eleições de 1982	60
2.2. A “transição democrática” para a “nova” república.	71
2.2.1. A aliança democrática e a “transição”	71
2.2.2. As eleições para o congresso constituinte .	78
2.3. Visão militar do funcionamento dos partidos polít [^]	
COS (casuísmos na legislação eleitoral)	80
2.3.1. Situação no tempo	81
2.3.2. O último governo militar	87
2.3.3. A atuação do poder executivo na democracia brasileira	93

CAPITULO III - A SOCIEDADE CIVIL COMO ATOR DO PROCESSO DE-	
MOCRATIZANTE	105
3. Conquista do espaço político	106
3.1. A sociedade brasileira	106
3.2. Mobilizações sociais	111
3.3. Os movimentos sociais no processo de abertura e na transição para a "nova" república	117
 CAPÍTULO IV - OS PARTIDOS POLÍTICOS E A "NOVA" REPÚBLICA	
(1 985 - 1988)	1 28
4. Os partidos políticos no processo constituinte (1986 -1988)	128
4.1. Evolução constitucional brasileira	128
4.2. Cronologia da campanha pela constituinte	135
4.3. Histórico da convocação da ANC para elaboração da' Constituição Federal de 1 988	1 39
4.4. Partidos e ideologias	153
 CONCLUSÃO	174
 REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA	180
 ANEXOS	186

INTRODUÇÃO

Pretende-se, com a presente pesquisa, polemizar o sistema partidário brasileiro, denunciando as contradições entre a teoria e a práxis, analisando-o sob um prisma que permita converter o estudo num instrumento de transformação social.

O interesse pela questão político-partidária é vista como um primeiro fator para a conscientização de real papel do cidadão frente à sociedade e ao Estado, uma vez que o exercício pleno da cidadania através do consenso é o único veículo para se conquistar a democracia participativa.

Não se quer com isso reduzir a cidadania ao aspecto puramente plebicitário, à "cidadania do voto", porque o voto não expressa, necessariamente, o consentimento da população, haja vista a ampla influência do poder econômico, nas eleições, fator que contribui para adulterar tal processo.

Para facilitar a compreensão do texto, inclui-se um glosário contendo os principais conceitos e uma lista de siglas usadas durante a pesquisa. As citações estão acompanhadas de aspas e enumeradas em notas no final de cada capítulo.

Tenciona-se que o trabalho tenha uma contribuição social como resultado final deste estudo. O procedimento iniciará com a apresentação de uma teoria sobre partido político, na esfera do "dever ser", a partir das idéias de Antônio Gramsci e Umberto Cer-
roni.¹

Esses dois pensadores conseguiram unir à práxis uma teo-

ria, e por estarem mais preocupados com a práxis; com a relação da sociedade civil como o Estado, e vice-versa, conseguiram elaborar uma teoria capaz de ser aplicada em quase todo o tempo e lugar.

Para se trabalhar com as idéias desses pensadores, foi preciso reconhecer a existência de obstáculos a sua utilização como marca teórica, porque havia de se distinguir a coexistência contraditória de dois mundos: o mundo do "ser" e o mundo do "dever ser".

Ao mundo do "ser" corresponde a práxis e prática política-partidária e, ao mundo do "dever ser", a teoria sobre partido político e democracia representativa.

Não cabe, nesse trabalho, buscar outras razões que levaram a se fazer a separação entre o mundo do "dever ser" e o mundo do "ser", exceto demonstrar algumas contradições entre a teoria e a prática. Não faz parte dos objetivos desta pesquisa a análise de outros motivos que resultaram na divisão da teoria político-jurídica e sua ação, na forma como se exercita a política partidária no Brasil.

Estudar partidos políticos no Brasil, em qualquer período de sua história, constitui-se uma tarefa muito complexa. Isso ocorre porque a instituição partidária, que dá sustentação à democracia representativa, não assumiu a importância devida, nem o lugar reservado a ela, tendo destaque apenas era pré-eleitorais.

A maior dificuldade encontrada, na elaboração desta pesquisa, foi a escolha de uma definição, de uma teoria do partido político para o caso brasileiro, uma vez que teria de se identificar as contradições e compreender o partido no plano do "ser" e do "dever ser"; assim como seu comportamento num sistema representativo eficiente e democrático, e como ele age, no plano do "ser", enquanto poder legislativo.

Pretende-se tão somente apontar alguns conflitos, baseados em fatos concretos, bem como a relação entre a ação governamental, a parlamentar e a social, à luz do direito.

Tenta-se evidenciar esses conflitos de modo a conduzir à identificação de duas faces polêmicas da questão: o partido político como mediador orgânico entre a sociedade civil e a sociedade po

lítica, representando interesses de grupo (classe) social específica no parlamento, como pretenderam Gramsci e Cerroni, partido no plano do "dever ser" e o partido político como instrumento para viabilizar os objetivos do Estado, representando os interesses do grupo ou classe dirigente.

Entende-se partido político como mais um dos tentáculos do poder executivo (Estado strito senso) que tem a pressunção de um falso objetivo da representação a sociedade civil na sociedade política (Estado enquanto Parlamento), considerando que, no Brasil, a questão da representação só tem eficácia como retórica para manter a instituição "democrática". Após o período eleitoral, os partidos assumem seu verdadeiro papel (como parte do poder executivo), "auxiliando" o poder executivo para obter favores para si.

O modelo político-partidário brasileiro não traz como pressuposto básico o exercício pleno da cidadania como requisito para a existência do Estado democrático, porque a população, quando exerce esse direito, na maioria das vezes, não o faz de forma livre e consciente não tem consciência da manipulação. O consentimento dos cidadãos é obtido, quando possível, de forma manipulada pelos aparelhos ideológicos de Estado^{2*}, como a mídia, a retórica de líderes políticos carismáticos e o poder econômico.

Por esse motivo não se pode deixar de analisar a legitimidade do poder e suas possíveis áreas de abrangência e, até que ponto, o exercício do direito de votar legitima um sistema fundamentado na existência de partidos políticos. Nesse contexto, se faz mister analisar também o papel dos movimentos sociais e dos grupos de pressão na legitimação do poder e, se é possível, a convivência harmônica desses grupos, dos partidos e do governo.

Nesta medida é excluída a possibilidade de entender estes partidos políticos como fator de transformação social. Eles não contribuem para fazerem mudanças estruturais, mas, na melhor das hipóteses, para fazer mudanças conjunturais na sociedade.

Assim, abandona-se o espaço histórico doutrinário da democracia representativa, que se justifica pela existência do sistema de partidos, e se apresenta uma releitura do partido político, na história, somente como instrumento de sustentação da retórica

política.

Não é possível desvincular a idéia de partido, da idéia de Estado e de política. É necessário também levar em consideração as questões sobre a legitimidade do poder e do direito. O direito, inúmeras vezes, é utilizado para dar sustentação a governos ilegítimos.

Democracia representativa, no Brasil, é uma retórica que pretende legitimar governos de poder ilegítimo. A legitimidade do poder se faz em linha vertical e de baixo para cima. Ela encontra-se no plano das ideologias, do consenso, só que, na prática, a falácia da representação é utilizada como instrumento de reprodução do poder político arbitrário.

O direito e a legislação também são recursos utilizados pelo Estado para manipular o consentimento dos cidadãos. Isto ficará demonstrado com a hereditariedade de leis oriundas do Executivo, legislação "monstrenga e viciada".

A nível ideológico será demonstrada a prática do fisiologismo como instrumento do Executivo para cooptação de políticos, especificamente identificados durante a elaboração da Constituição de 1988.

O modelo do Estado brasileiro é autoritário, pela centralização das decisões e pelos mecanismos como a legislação e os demais AIE. Exclui a possibilidade de se fazer política sem o uso do poder econômico, favorecendo a separação entre a sociedade civil que não tem acesso aos benefícios do Estado (nem mesmo a contraprestação pelo pagamento de tantos impostos; por exemplo) e a sociedade política associada à elite dominante. Isso intensifica os conflitos e confirma o maniqueísmo alimentado e criado pelo governo.

O Estado brasileiro deve ser entendido considerando a existência de dois planos; no plano do "dever ser", há um Estado democrático, presente tanto a nível de sociedade civil quanto a nível de sociedade política, criando sua hegemonia e reproduzindo, na sociedade civil, sua visão de mundo ou ideologia; já o Estado, no plano do "ser", é autoritário, instrumento de uma classe dominante e não hegemônica. É um Estado autoritário porque exclui a

possibilidade de comunicação entre a sociedade civil e a sociedade política. A elite econômica impossibilita a participação popular.

No Estado autoritário, a sociedade política é totalidade do Estado. Ele não permite uma convivência autêntica com a sociedade, sem manipulações.

A sociedade civil não é amorfa, como pretendem alguns, e nem é indiferente aos problemas conjunturais, e também não é incompetente para discernir o que é autoritário. Os partidos são cooptados pelo Estado porque "não têm outra forma" para se sustentarem como poder legislativo senão cedendo ao Executivo.

A sociedade civil é forte e tem capacidade de mobilização quando ela pressiona o Estado e conquista espaço para o diálogo. Isso ficou demonstrado por ocasião da mobilização popular pela aprovação da Emenda Dante de Oliveira, em abril de 1984, posteriormente, no movimento em prol das "diretas já" e, recentemente, como papel de "fiscal do Sarney" por ocasião da política econômica (golpe do poder executivo para que o partido do governo conquistasse a maioria nas capitais e no Congresso Constituinte) quando da implantação do Plano Cruzado. A sociedade demonstrou que vence as manobras dos "bastidores", sem desistir da "luta pelo seu direito"³

A população brasileira é capaz, e está preparada, porém é ingênua porque ainda acredita num milagre sem um esforço conjunto e diário. Tem essa crença porque a tradição política fez com que se contasse com líderes populistas que iriam "salvar" a população dos "donos do poder" que não estão preparados para conviver com as contradições numa democracia participativa.

Outra dificuldade encontrada foi o fato de o enfoque ter sido dado num tempo próximo, mas não foi o acompanhamento da história, que se fazia no cotidiano, que dificultou o trabalho. Como disse João Cabral de Mello Neto⁵ "a página frontal de um diário te ce a sua manhã tramando os fios invisíveis de uma História plural, dispersa como os vidrinhos coloridos de um caleidoscópio que somente forma uma unidade e um sentido (provisório) ao olho na lente, no instante de repouso da mão que gira o cilindro de refração...".

O que dificultou o trabalho foi o fato de a pesquisa não

ter sido elaborada em período acabado, e sim "provisório", como disse J. C. Mello Neto, e, por ser momento quase que presente, porém histórico.

Muitos estudiosos pesquisavam e procuravam interpretar o momento presente. Foram editados uma série de artigos, obras e periódicos sobre este momento, e o excesso de material bibliográfico dificultou a pesquisa tanto quanto sua escassez.

Além da pesquisa bibliográfica em periódicos, jornais e revistas, adota-se como estratégia metodológica para se fazer uma leitura da realidade política, as reuniões, estudos e debates com políticos e partidos políticos, bem como contatos com instituições da sociedade civil que lutaram pela institucionalização de um espaço para participação popular nas decisões de Estado.

Com isso foi possível aprender a realidade político-social e fazer-se uma interpretação crítica do que estava acontecendo, se havia uma relação de continuidade com o passado ou se estaria acontecendo algo novo que possibilitasse uma mudança estrutural no Estado e na Sociedade.

A análise e discussão dos problemas permite descobrir as contradições internas na prática e na teoria político-jurídica. Com o conhecimento prático da história, percebe-se o distanciamento desta com a teoria do partido político. Confirma-se isso ao longo da história. Há uma continuidade no que diz respeito à prática de manipulações na legislação pela influência do poder das elites dominantes.

São manipuladas as verdades históricas pelo discurso falacioso dos políticos comprometidos com a elite conservadora dominante. Sabe-se que o jornal e o jornalismo, por exemplo, têm o poder de produzir e reproduzir uma história, como "ironizou Karl Kraus na folha frontal de seu primeiro 'fackel': 'eis o que nós suprimimos', em vez de dizer 'eis o que nós imprimimos'".

Também a legislação e a história são manipuladas, interpretadas e desvirtuadas pelo Estado em atendimento aos interesses daquelas elites.

Em contraposição, a sociedade civil, através das associações de bairro dos sindicatos e outros, luta pela conquista de

um espaço político, pela democratização que lhe permita participar do poder de decisão das políticas públicas, proporcionando uma releitura da história.

A Constituição Federal de 1988 criou um espaço. Resta saber se este espaço não será viciado pelo abuso de nenhum outro poder que possa impedir a sua democratização e o seu uso.

Partindo dessa problemática, procura-se evidenciar que, no Brasil, desde o Império até a promulgação da Constituição de 1988, a instituição partidária tem tido influência no poder de decisão mas não há representatividade dos interesses da sociedade civil a nível nacional.

A função dos partidos é legitimar as decisões do poder executivo. A legislação eleitoral foi, constantemente, reconstruída para satisfazer interesses do bloco no poder.

Sugere-se, no final, a manutenção do espaço para reivindicações populares, como direito de participação do cidadão nas decisões das políticas públicas.

Seguindo essa lógica, elabora-se a dissertação estruturando-a em quatro capítulos. No primeiro capítulo, apresenta-se a teoria escolhida, baseada no ideal do partido político de Gramsci e de Cerroni e, a partir desse paradigma, tenta-se evidenciar a prática brasileira.

Junto à exposição da teoria, apresentou-se uma breve crítica ao sistema representativo e um posterior histórico dos partidos políticos, no Brasil, desde o Império até a "transição democrática para a nova república"

No segundo capítulo, apresenta-se a conjuntura política-social que se deu na última fase do processo de abertura política, no governo do general João Baptista Figueiredo, de 1979 a 1985, bem como os principais fatos e obstáculos gerados por ocasião da "transição democrática", de 1985 a 1988, apontada para as eleições de 1982, a crise do partido do governo (PDS), em 1984, e as eleições para o Colégio Eleitoral.

No terceiro capítulo, discute-se, embora não em profundidade, o papel da sociedade civil no processo democratizante. Afasta-se, brevemente, do plano político, e volta-se para o social, ex

pondo-se as faces e os rumos que os movimentos sociais e grupos de pressão (ou lobby) deram à "transição democrática".

No último capítulo, são expostas as contradições e os conflitos dos partidos, enquanto poder legislativo e no Congresso Constituinte, as divergências dentro dos partidos e as alterações casuísticas na legislação partidária, que colocaram em perigo a democratização.

Essa realidade permite a discussão do papel do Estado numa sociedade desigual que, ao invés de administrar os conflitos, possibilitando uma ampla e igualitária participação e acesso ao poder decisório, protegendo o bem comum, na prática, o Estado é a própria política da classe dominante.

Essa política é legitimada através da manipulação do sentimento pelo uso e abuso do poder econômico, da política de clientela, que permite ao Estado ajustar da forma que melhor lhe convier a legislação e o discurso dos políticos.

A falta de distância histórica não permite que se faça uma análise mais aprofundada e objetiva da instituição partidária nesse período.

Conclui-se, com base no que se constatou em períodos anteriores e com a apresentação de fatos recentes, e na retomada de aspectos considerados mais relevantes, ao longo da dissertação que, talvez, seja possível avaliar a importância e a função dos partidos políticos e dos movimentos sociais no processo democratizante.

Não se pretende esgotar o assunto, neste trabalho. O tema requer um estudo mais aprofundado e detalhado, por se tratarem de questões conjuturais importantíssimas para o convívio harmonioso e democrático da sociedade.

NOTAS

- (1) GRAMSCI, Antonio. Maquiavel, a Política e o Estado Moderno. Trad, de Luiz Mário Gazzaneo. 5ª edição. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1974, 444 p.
CERRONI, Umberto. Teoria do Partido Político. Trad, Marco Aurélio Nogueira e Silvia A. Kneipp. São Paulo, Livraria editora Ciências Humanas. 1982. 74 p.
- (2) ALTHUSSER, Louis. Ideologia e Aparelhos Ideológicos do Estado. Trad, de Joaquim José de Moura Ramos. 3ª, Ed. Lisboa, Presença/ Martins Fontes. .1980 120 p,
- (3) LEHRING, Rudolf von. A Luta pelo Direito. Trad, de Richard Paul Neto. 4ª.ed. Rio de Janeiro, 1983. 132 p.
- (4) "Os Donos do Poder" é expressão utilizada por Raimundo Faoro, em obra do mesmo nome,
- (5) "Primeira Página:1925-1985". Folha de São Paulo. 1ª.ed. 1985. p, 09
- (6) Id. ibid. p. 10

CAPITULO I

PARTIDOS POLITICOS NO BRASIL

Neste primeiro capítulo, apresentam-se os pressupostos teóricos que deverão nortear a pesquisa. A tese específica, que será defendida, implicará privilegiamento de alguns aspectos abordados, devido à complexidade do assunto, tanto a nível técnico quanto em relação à prática política.

Inicialmente, faz-se uma exposição dos principais aspectos da teoria sobre partidos, na visão dos dois autores escolhidos: Antonio Gramsci e Umberto Cerroni. Posteriormente, faz-se um breve relato histórico dos partidos políticos no Brasil.

Diante da teoria, a prática brasileira evidencia uma situação de difícil compreensão, o que induz a se analisar o funcionamento do sistema representativo e a relação desse com o Estado e com a sociedade civil.

1. A TEORIA E A PRÁTICA POLITICO-PARTIDARIA NO BRASIL

1.1. Considerações Sobre a Teoria Marxista do Partido Político (Visão de Gramsci e Cerroni) Frente à Realidade Brasileira.

Quando se menciona "teoria marxista do partido político", não se pretende limitar o estudo a uma "teoria do partido comunista - PC" e nem ao estudo de uma teoria pura e simplesmente marxista.

Com essa expressão, pretende-se, tão somente, evidenciar que o trabalho será desenvolvido do ponto de vista marxista (e não liberal) acerca da teoria do partido político.

• De modo a sistematizar esta teoria sobre o partido político, optou-se por utilizar para a categoria marxista dois autores que sintetizam basicamente sob a mesma ótica a origem, o objeto e a finalidade do partido político. Estes autores são Antônio Gramsci e Umberto Cerroni. São deles os conceitos que fornecem o suporte teórico deste trabalho.

Para eles, trata-se de "organização permanente de um grupamento humano unido por uma identidade de opiniões acerca da vida política e destinado a conquistar o poder com técnicas semelhantes.. ^

Quando se fala em teoria marxista, não se pode deixar de mencionar a questão da dialética entre a teoria e a práxis, e nesta em particular, deve-se apontar para vários obstáculos que se materializam no decorrer desta pesquisa, porque o referencial teórico escolhido não se coaduna com a prática da política brasileira.

Inúmeras vezes, sentiu-se dificuldade em tornar claro o tema, devido às contradições existentes quando se tenta evidenciar o caso brasileiro.

O partido político no Brasil tem uma história peculiar que desloca a teoria <ia prática. De todas as obras lidas, que versam sobre o assunto, não foi possível encontrar uma definição única de partido político que se adequasse ao Brasil.

O primeiro obstáculo foi encontrar uma definição que melhor se encaixasse para a história partidária brasileira.

Quando se encontrou uma definição possível de ser desenvolvida limitou-se a interpretação pelo deslocamento entre a prática política no Brasil, e a teoria escolhida.

Por esta razão, optou-se trabalhar utilizando dois conceitos de partido político, aparentemente contraditórios, mas que facilitam a síntese do caso brasileiro: um é o de Cerroni, já citado por A. Gramsci ^ la história de um partido... no podrá dejar de ser la história de um grupo social determinado...".

Este conceito induz a crer que o verdadeiro partido é em si mesmo um grupo social determinado, porque consciente e legitimamen

te construído por um o grupo dominante e/ou hegemônico.

O outro é o conceito dado por Schumpeter⁶ : "os partido são usualmente criações 'artificiais': organizações criadas deliberadamente por 'empresários' políticos que vislumbram oportunidades no mercado político. Estes empresários são os políticos profissionais . "

O primeiro conceito, o de Cerroni e Gramsci, refere-se ao partido ideológico, o que convencionou chamar-se "o partido que é", na teoria, e o "partido que deveria ser" , na prática da política brasileira.

E o segundo refere-se a um partido eleitoral e/ou fisiológico, o que convencionou chamar-se "o partido que é", . na realidade brasileira, mas não se adapta à teoria escolhida, porque considerou-se como partido político aquele que tem uma ideologia e que é legitimamente construído por um grupo social, nascendo, portanto, na sociedade civil e que legitimamente representa este grupo a nível de parlamento e mantém com ele fidelidade programático-ideológica não viciada pelo clientelismo e fisiologismo político, mas idêntica ao programa que o engendrou.

Cerroni diz que a política é a mediação entre idéias e interesses, portanto, a política brasileira está neste caminho entre a ideologia e a fisiologia, porém o que se pretende encontrar é o limite, a medida certa entre uma e outra. A adesão a uma idéia ou ideologia política pode se dar de forma manipulada e a concepção de mundo ou ideologia de um partido não deve ser manipulável a ponto e sob pena de se descaracterizar. Para fins deste trabalho entende-se como partido ideológico , aquela organização que originou-se legitimamente do movimento social, com um programa e uma ligação permanente com seus representados e fidelidade com o programa, manifesto e estatuto.

E o partido fisiológico , é o partido que tem uma "ideologia" de interesses mais personalistas, com uma práxis clientelista, não nasce com o movimento social e sim da união de interesses de uma classe econômica ou intelectualmente privilegiada, mas que ignora os interesses coletivos e sim os da própria classe.

Fisiologismo será entendido como uma espécie de ideologia vi-

ciada ou ideologia de um classe dominante ou hegemônica, de uma classe econômica ou politicamente influente, da classe que apoia o poder muitas vezes ilegítimo porque tira vantagens para si.

A "ideologia do fisiologismo" se manifesta numa práxis clientelística, mandonista, com ausência de representatividade real, tanto numérica, quanto qualitativamente.

A "ideologia" do partido fisiológico se justifica retoricamente nos discursos falaciosos dos políticos clientelistas.

Este é o principal motivo do partido brasileiro não se adaptar à teoria escolhida. Nossos partidos não têm uma práxis que corresponda a teoria, portanto não são partidos. O que designamos de "partido", não passam de agremiações, às quais se dá o rótulo de "partido político". São instrumentos de controle social, a fim de direcionar, manobrar com a sociedade civil, via poder legislativo.

O verdadeiro partido político, tanto para Gramsci quanto para Cerroni, se constrói em linha vertical, de baixo para cima, isto é, nasce no movimento social, com um grupo social e organizado, reivindicando modificações no "status quo" - este é para esses autores, o partido ideológico. Uma vez organizado e com propostas claras ele passa de um simples movimento de fração social ou partido informal para tornar-se um verdadeiro partido político, mantendo a coerência entre o manifesto, estatuto e programa, e deverá aumentar o número de quadros na medida em que manifesta sua legitimidade. Através do voto no programa (ideologia) do partido, este representará o grupo que lhe deu origem, a nível de parlamento, e lá irá fazer a mediação entre o grupo e o governo com o intuito de modificar a situação vigente (partido de massa).

Tanto Gramsci quanto Cerroni admitem a existência de outro tipo de partido que defende interesses de uma classe, mas que não pretende modificar o "status quo" quando este lhe favorece. Como diz Schumpeter, estes partidos são "organizações artificiais, criadas por políticos profissionais..." são os partidos eleitorais, não ideológicos, sustentam um poder ilegítimo, são partidos de uma "ideologia fisiológica", viciada, deturpada, artificial, manipulada.

A nível teórico, para melhor compreensão do tema, objeto deste trabalho, não se pode deixar de lembrar os ensinamentos de Maquiavel⁶.

Maquiavel, no século XVI, demonstrava como deveria ser o "príncipe" para levar o povo a fundar um novo Estado, admitindo desde então, a existência de governantes e governados. Tendo como objeto de suas reflexões a realidade política da sociedade analisada conforme os fatos concretos, e estes tendo como ponto central a formação e manipulação para a manutenção do poder do Estado, ele expõe qual a "ideologia", ou como o Príncipe deveria agir para guardar sua credibilidade, integridade e manter-se no poder.

Nesta passagem, Maquiavel evidencia as duas faces que o político deve ter: O governante para se manter no poder precisa agir com o auxílio da força e da lei. A lei é o que sustenta a autoridade (o poder) e a força é sua astúcia.

Diz Maquiavel :⁶

"... sendo, portanto, o príncipe obrigado a bem servir-se da natureza da besta, deve dela tirar as qualidades da raposa e do leão, pois este não tem defesa alguma contra os laços. Precisa, pois, ser raposa para conhecer os laços, e leão para aterrorizar os lobos..."

A partir das concepções de Maquiavel,⁷ Gramsci desenvolveu sua tese do "novo príncipe".

O moderno príncipe não é mais uma pessoa individualizada, um "herói pessoal", e sim um "organismo", um elemento complexo de sociedade, no qual já tenha se iniciado a concretização de uma vontade

de coletiva", entendida como uma consciência atuante da necessidade histórica", este organismo é para Gramsci o "partido político"⁸.

Tanto para Maquiavel, quanto para Gramsci, o primeiro elemento de política é a existência de governantes e governados (dirigentes e dirigidos) sendo o mais importante, o estudo de uma forma adequada e eficaz para preparar os dirigentes que irão formar o (novo) Estado.

Na concepção gramsciana, a relação de poder está vinculada à existência de classes sociais e divisão do trabalho (poder econômico mais poder ideológico). Para o autor, partido político é a expressão de um determinado grupo social, ele é o responsável pelo "vínculo orgânico", o vínculo de ligação entre a sociedade civil ou um grupo dela, e o Estado como administração, governo.

Por isto, a instituição partidária só tem sentido numa sociedade de capitalista, dividida em classes, onde a sociedade não é organizada, cabendo esta função ao partido político.

Para Cerroni⁹, o Partido Político é entendido como uma máquina organizável, mais um programa político estruturado e articulado que nasce aquém dos parlamentos, com o "fim de fundar um novo Estado".

Outros teóricos do partido político afirmam que estes nascem com os parlamentos, portanto, de forma horizontal, presumindo um sistema representativo já funcionando de forma consciente.

Nesse sentido, o sufrágio universal e as prerrogativas parlamentares são utilizadas como solução para os conflitos da sociedade pluralista, sem considerar os elementos anteriores que alteraram a realidade desta afirmação.

No Brasil temos partidos "tradicionais", isto é, partidos que nascem já a nível de parlamento porque a legislação assim determina. No parlamento, o político investido no cargo, a nível nacional sente-se no direito e com legitimidade para "criar" partidos, migrar de um para outro, etc, sem consultar "suas" bases eleitorais.

A única exceção é referente ao Partido dos Trabalhadores (PT), o qual estudar-se-á mais adiante.

U. Cerroni lembra também Lênin, afirmando este que "a luta de classes é uma luta entre partidos".

"...Numa sociedade fundada em divisão de classes, a luta entre as classes se transforma em uma luta política."

Gramsci¹² e Cerroni pactuam do mesmo pensamento quando afirmam que "... um partido não pode ser uma fração de um partido maior" (como foi o Partido da Frente Liberal - PFL, que será visto

posteriormente). Nem como um "mediador" de interesses no qual desaparecem as características ideológicas, proporcionando o surgimento do clientelismo.

O partido político deve ainda fazer o "vínculo orgânico entre a sociedade política e a cultura" (entendida aqui como concepção de mundo ou ideologia). Não deve fazer um dirigismo da cultura, no sentido de reduzir o partido ao declínio de uma organização de interesses (fisiologismo).

O partido político precisa dirigir sem utilizar da força monopolizadora do Estado, dirigir sem comandar, se fazer obedecer sem recorrer à coerção ^ deve constituir-se numa organização legítima e ideológica, que não precisa utilizar-se de discursos falaciosos para legitimar sua existência.

Surge em função disto, o problema do Estado fundado na pluralidade de partidos, é o risco de que, em não havendo pluralidade de partidos, venha a se "cair" na partidarização do Estado, gerando um Estado autoritário.

Numa democracia representativa, o partido político. _____ deve ter o cuidado de não criar um partido "do governo", como fez de forma artificial em 1964, privilegiando uma política oligárquica maniqueísta dividida entre amigos e inimigos da "Revolução", isto é. de um governo que se auto-investiu em um partido (ARENA) e, em seguida, impediu que surgissem outros partidos.

Entende-se que não se deve partidarizar o Estado, para não originar autoritarismo de Estado, onde o partido se apossa de todos os cargos e funções. O partido deve ser o mediador entre o político, o social e o econômico", com o fim de administrar os conflitos de uma sociedade de desiguais.

É da essência da sociedade capitalista a divisão de classes, e para que os conflitos entre as classes sejam bem administrados deve existir um "Estado de partidos", ou Estado aristocrático no dizer de Aristóteles. No Estado atual, acentua-se o burocratismo (ou oligarquia - governo da riqueza desonesta como menciona Aristóteles), desenvolvendo na organização partidária um vírus, uma patologia (o que Gramsci chama de cardonismo) onde a direção se dá de forma elitista, separadas das massas, é o governo de alguns, governado por eles e para eles mesmos. Este desvio de fina-

lidades se dá de forma sutil, subliminarmente.

O partido como mediador do poder, passa a "cortejar as massas" (o que se chama de populismo), tornando-se mediador de interesses (como o fez oportunamente o Partido Trabalhista Brasileiro - PTB)¹⁴ logo que Ivete Vargas obteve ganho desta sigla para obter os seus frágios, ou numa visão integralista (ou jacobina) assumindo o papel de dirigente e porta-voz das massas, na medida em que estas "não têm condições de compreender", é preciso alguém para executar suas aspirações (paternalismo) e o dirigismo da cultura (ou poder condicionado conforme Galbraith)^{1 5}

Esta desideologização partidária provoca cisões dentro do partido quando nele prevalece uma crença naquilo que ele não é mais, ou no dizer de Gramsci¹⁶ é um "partido solto no ar", negligenciando as diferenças programáticas-ideológicas, a máquina política e a história do Estado e da sociedade naquele momento histórico. »

Para evitar a cisão inter ou intrapartidária, é mister resolver as crises de legitimidade, seja a nível interno ou externo (a nível de parlamento ou governamental). A ausência de interesses ou a supremacia de outros que não os do partido como instituto de democracia representativa, levou às maiores crises e cisões dentro dos maiores partidos do Brasil no período de 1979/1988, como o Partido Democrático Social (PDS), e Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), que se cindiram, criando um Partido da Frente Liberal (PFL) e um Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), respectivamente. Por causa de líderes que tratam de criar um partido em função de um projeto pessoal, e não social.

O Partido deverá transformar a massa em massa de quadros, isto quer dizer, que se deve materializar os projetos ideológicos, fazendo a união entre máquina e programa, assim reproduzem-se os quadros e as massas, e a relação entre massas e quadros não deverá ser carismática (como fazem os partidos populistas) e nem de obediência "hierárquico militar", como explica Cerroni¹⁷

Também o partido de Gramsci (partido filtro) é um partido de massas que produz quadros, porque cresce numericamente e elimina a separação entre quadros e massas, governantes e governados. Para este autor, um partido (orgânico) não cresce por prefiguração do futuro, mas cresce porque quer mudar o presente, remover o pas-

sado, tendo em mente uma piática para o futuro”

18

Na atual conjuntura brasileira, com “Nova” República, os partidos (PMDB e PDS) estiveram diante de uma encruzilhada de três caminhos, no dizer de Cerroni :¹⁹

“1. Ou se torna promotor de uma grande síntese social, convertendo-se verdadeiramente no moderno príncipe (o partido político de Gramsci); ou 2. Se reduz a um servo estúpido de um poder estranho e astuto (poder militar), o mecanismo de manipulação dos novos súditos...; ou 3. Sobrevive como um Dom Quixote iludido com uma revolução impossível...” assumindo definitivamente o papel de uma instituição criada artificialmente, ou como uma oposição consentida liderando uma transição transacionada com o poder militar, ou travestindo-se nas fardas, como antes, tentando legitimar-se e legitimar o poder das minorias que negociam nos bastidores.

*

Em decorrência desta realidade, a harmonia entre o político e a vontade popular sofreu uma nova ruptura, em função da apatia gerada no corpo social devido à descrença na mudança, ou mudança frustrada, como será visto no Capítulo IV deste trabalho. Houve uma inversão dos mecanismos do poder e do sistema político, surgindo um “inimigo oculto” porque insuspeito justamente por ser constituído pelos próprios responsáveis em construir o Estado democrático - a própria classe política.

O partido político como “mediador orgânico” deve constituir-se num instrumento de ligação entre as instituições jurídicas representativas das massas e vice-versa, para que haja uma intelectualização da política e uma politização da cultura

20

Neste sentido Gramsci, lucidamente complementa, dizendo que o “partido político enquanto aparelho privado de hegemonia, enquanto sociedade civil, deve ser um partido de massa (ou não elite), expressando a vontade de grupos sociais com o fim de alterar as atuais relações de produção, e ele deve atuar como sociedade política

quando representar este grupo no parlamento, de forma institucionalizada²¹

2. CRITICA AO SISTEMA REPRESENTATIVO

O partido político como é conhecido, está ligado ao nascimento e expansão do sistema representativo.

Se faz relevante abordar em que condições ele surgiu e em que condições ele pode atuar, uma vez que surgiu das contradições políticas, econômicas e sociais.

No Brasil, os partidos surgem principalmente em função de eleições, atuando quando o poder executivo permite sua movimentação e quando é importante para seu próprio benefício.

É sabido, que nossa tradição histórico-partidária, segue uma política regionalista e imediatista. Ela tem âmbito estadual, pela "institucionalização", ainda que informal, da "política dos governadores". Estes controlam os partidos políticos porque enquanto chefes do executivo estadual fazem a intermediação de recursos —"favores"— atuando como cúmplices do governo federal e ao mesmo tempo limitados pela burocracia governamental.

Com a inviabilidade do exercício da democracia direta (devido à complexidade da sociedade) nas sociedades modernas, criou-se o sistema representativo, fundamentado no exercício da cidadania como condição de sobrevivência de tal sistema.

A teoria clássica sobre partidos se fixou nas noções de representatividade e consenso, da aceitação da vontade de uma maioria que asseguraria a legitimidade do processo de escolha.

A eleição para o congresso, lembrando o caso brasileiro, é sempre ganha com base em considerações locais, e o sistema representativo está viciado em favor dos interesses rurais e dos estados menores, principalmente no nordeste brasileiro

2 2

Gramsci faz uma crítica a esta teoria clássica, no que se refere à representação da maioria e proporcionalidade de votos como fator de legitimação do sistema. Ele diz que "não será o número de votos que irá expressar o grau de conscientização e politização de uma sociedade, porque o consenso não é mais um meio ativo de manifestação da vontade popular, mas uma adesão passiva, obtida mediante instrumentos de manipulação como a propaganda e o clientelismo—"

Sabendo-se que o partido político pode ser criado artificialmente, casuisticamente, para proteger interesses de um grupo hegemônico ou não, mas dominante econômica ou politicamente, constata-se a falta de sustentação necessária para que a teoria clássica que vincula a existência de partidos à criação do sistema representativo seja concretamente um elemento de democracia.

A primeira contradição consiste na ausência de vinculação entre a teoria democrática e a prática do sistema representativo limitando a participação imposta para o processo de representação a legislação eleitoral

Observa-se uma segunda contradição no que se refere à ampliação da cidadania. Acreditando-se que a representação implica numa igualdade de votos (entre os desiguais porque há uma cisão entre o jurídico e o político, entre a titularidade e o exercício da soberania popular), uma vez ampliado o direito de votar fortalecendo a participação política, tenta-se solidificar o sistema representativo da sociedade pluralista, tornando-se visíveis os conflitos entre as classes. A contradição se torna evidente quando se estabelece restrições tanto ao pluralismo, quanto à possibilidade de administração dos conflitos através de governos populistas ou autoritários, além da falta de representação entre o voto e o que ele efetivamente representa.

Diz Cerroni que ; ²⁶

“...a essência da democracia não consiste tanto na mudança de relações entre o Executivo e o Parlamento, quanto bem mais na permanente possibilidade para a população de escolher o próprio governo e, com a mesma liberdade, substituí-lo por um outro mais idôneo.”

Entende-se haver outra contradição na expressão “democracia representativa” porque neste sistema não é possível a convência harmônica entre a realidade político-social e o fato jurídico. Indivíduo e cidadão fazem parte de um dualismo que tal sistema tenta ideologicamente ocultar. Torna visível uma igualdade jurídica e nega a existência de classes sociais, de um lado e de

outro lado expõe teorias sobre titularidade da soberania popular ocultando que o exercício desta se limita a uma elite política ou econômica.

O sistema representativo embasado na ampliação do sufrágio popular, pretende criar uma nova esfera de expressão do poder, que se manifesta no parlamento, mas esta é muito limitada, embora o deputado, por exemplo, seja relativamente independente mediante a vontade do povo, além de não ter compromisso ou responsabilidade de permanecer num mesmo partido até o final do mandato.

Outra situação ambígua reside na divisão dos poderes, que para o bom funcionamento do sistema representativo, se faz necessário fixar limitações ao poder executivo, criando-se esferas de competência tanto para o Executivo, quanto para o Legislativo, cabendo exclusivamente ao Legislativo estabelecer as regras eleitorais e partidárias, o que não ocorre na prática porque o Executivo participa e impõe normas ao Legislativo.

Constata-se então que, o sistema representativo não se legitima pelo princípio da separação dos poderes e nem está preocupado em estabelecer as bases do sistema democrático, embora o art. 22²⁷ da Lei nº 25682, de 21 de julho de 1971 (Lei Orgânica dos partidos políticos) reze que :

"Os partidos políticos...destinam-se a assegurar, no interesse do regime democrático, a autenticidade do sistema representativo e a defender os direitos humanos fundamentais definidos na Constituição".

que²⁸ E o art. 17 da Constituição Federal de 1988 menciona

" É livre a criação...de partidos políticos resguardado...o sistema democrático, o pluripartidarismo, os direitos fundamentais da pessoa humana..."

Porém é vedada a representação sem filiação a um partido. Como se verá posteriormente o sistema representativo, tal como se apresenta, visa antes de tudo garantir para a classe política a partilha do poder central.

No Brasil, considerando-se a experiência histórica do sistema presidencialista de governo, o sistema de partidos é ainda

mais descaracterizado, porque além de não haver na prática uma eficiente separação dos poderes, isto é, não há uma independência do Legislativo, ele é cerceado pelo poder executivo e este pelo poder militar.

Em determinados momentos, o próprio parlamento internamente descaracteriza uma de suas funções que é de conciliar e administrar conflitos entre segmentos da sociedade civil, os quais ele está representando. E isto acontece porque há ilegitimidade na representação destas parcelas sociais devido ao equívoco no exercício da cidadania e á má formação do senso comum. Exemplo disto tivemos com a Emenda Constitucional nS 25, de 16 de maio de 1985, permitindo o alistamento dos analfabetos, que antigamente não poderiam alistar-se. E noutras vezes o voto e dè protesto contra o sistema vigente como aconteceu com o Partido dos Trabalhadores, nas eleições municipais de 1988

29

No que diz respeito à sua formação, o partido político no Brasil, sofreu e ainda sofre uma descontinuidade política porque carece de um conteúdo programático que coincida com a prática. Posteriormente, ver-se-á que não existe uma herança ideológica entre uma fase e outra, o que continua sendo os mesmos são os atores da política que migram de uma para outra sigla, sem "pudor ideológico". Isto caracteriza o subdesenvolvimento partidário produzindo indisciplina e fisiologismo.

Para que existam partidos fortes, acredita-se na necessidade deles buscarem identidade na sociedade civil, que estejam nela enraizados, e que ela esteja "embutida" nas ações dos parlamentares. Mas o que se constata é o monopólio da representação por parte dos partidos, seja para fins de controle do Executivo, seja para elaboração legislativa (quando é possível).

O partido quando chega a nível de parlamento, se desvincula da sociedade civil, passa a ser um organismo independente descompromissado com as bases, com o programa e com o eleitorado, passa a viver outros e para outros interesses.

Isto se evidencia na estrutura de poder que é centralizada nas cúpulas diretivas, e estas não detêm uma liderança aglutinadora da sociedade, da opinião popular, porque na maioria das

vezes a estrutura interna do partido é feita também artificialmente sem plebiscito valendo apenas os apadrinhamentos. Este fator por si só, já exclui a falácia da representação da sociedade civil. Isto aconteceu, por exemplo, com o PMDB da "Nova" República quando Ulysses Guimarães não conseguiu administrar os conflitos dentro do próprio partido.

A máquina partidária tem uma estrutura fechada e viciada, recebendo influência do poder carismático, econômico, político e militar, e este vício será transmitido quando da elaboração da lei. Isto se constata em várias etapas da vida política brasileira através dos casuísmos na legislação, como por exemplo, a lei de Anistia e a Emenda Constitucional que ampliou o voto aos analfabetos (ver ANEXO I).

3 0

Como diz Cerroni :

"O conteúdo da lei é determinado pela razão iluminada dos governantes"... "A lei não é determinada pela vontade popular, mas aquilo que se deve querer como se fosse desejado pelo povo, pois o povo deveria exatamente desejar a lei".

Uma vez constatada a inoperância dos partidos enquanto representantes de grupos sociais, coloca-se em dúvida a eficiência e eficácia do regime democrático que se justifica somente pelo sistema representativo.

A participação da maioria num processo decisório e a existência de pluralismo político são insuficientes para legitimar a autoridade do poder de decisão e para caracterizar o regime democrático, porque o critério de decisão via partido, não corresponde, na maioria das vezes, á verdade que determinado grupo social manifestou nas urnas. E o partido, por sua vez, não sintetiza os anseios da população. Ele geralmente está comprometido com algum tipo de poder, seja econômico, político, sindical, burocrático. ..

3. BREVE EVOLUÇÃO DOS PARTIDOS POLÍTICOS NO BRASIL

A institucionalização jurídico-partidária efetivou-se a nível mundial ainda neste século, após a primeira Guerra Mundial.

No Brasil, desde o Império, passando pela Velha República até a Constituição de 1946, a vida partidária se restringia a aspectos regionais. Com o advento da Constituição de 1946, o Brasil passou a reconhecer o partido de âmbito nacional

Tornou-se comum falar que nossa tradição partidária apresenta características de uma instituição fraca. Este estudo veio a confirmar que ao longo da história houve uma freqüência de lideranças com caráter populista, cujo objetivo restringia-se à utilização do poder governamental para satisfazer interesses pessoais e/ou de pequenos, porém influentes, grupos oligárquicos.

Em função destes dados, observou-se que os partidos políticos viveram sete momentos distintos ;

1. Liberais X Conservadores (de 1837 até a Proclamação da República em 1889).
2. Partidos únicos estaduais, da Primeira República até a Revolução de 1930.
3. O início de um pluripartidarismo (polarizado entre os integralistas e os comunistas), até o golpe que instalou o Estado Novo' em 1937.
4. Um pluripartidarismo mais estruturado em 1945, até sua extinção pelo Ato Institucional nº 02, em 1965.
5. Um bipartidarismo tutelado (ARENA X MDB), de 1965 até a reforma partidária de 1979.
6. Retorno controlado ao pluripartidarismo, através da reforma partidária de 1979, tendo como principais organizações o PDS e o PMDB ... até 1985.
7. Ampliação do leque pluripartidário, a partir da Emenda Constitucional nº 25, de 15 de maio de 1985, que permitiu inclusive a legalização de partidos de orientação marxista e suspendeu quase todas as restrições à formação de novos partidos.

PRIMEIRO MOMENTO:

No final do II Reinado (1870 a 1889) iniciou o declínio da Monarquia e a crescente propaganda republicana.

O Partido Liberal pretendia a república como única forma de governo. Formado por setores da classe média (que exprimiam os interesses urbanos da burguesia comercial e profissionais liberais), criticavam a monarquia como sendo o regime de privilégios, a falta de representação nacional e a falta de eleições livres.

O Partido Conservador, com reduto no Rio de Janeiro, apoiava a Monarquia e era formado pelas elites conservadoras, representadas nos "barões" de açúcar, café e gado.

Nesta época, as "províncias" não tinham muita autonomia e as questões eram resolvidas pelo Poder Central.

As idéias republicanas amadureceram e saíram dos limites do centro de poder, estendendo-se às províncias, incorporandó-se, por exemplo, no Partido Republicano Paulista (PRP), Partido Republicano Mineiro (PRM), Partido Republicano Rio-Grandense (PRR)...

Assim as idéias republicanas foram propagando-se e gerando discussões em várias províncias, discussões ainda tão somente de aspecto regional. No Rio Grande do Sul, por exemplo, como no Poder Central, o Governo estava com o Partido Conservador, mas no período de 1872/1877, ascendeu ao governo do Rio Grande o Partido Liberal, deixando de lado, neste momento, a posição de revolucionários para assumir uma postura conservadora de apoio à situação vigente.

Esta passagem enseja pensar que houve interesses pessoais em jogo, alertando para a questão do fisiologismo por falta de vinculação entre a teoria (programa) e a prática. Em função disto, perderam o apoio da classe média, sendo fundado nesta província, em 1882, o Partido Republicano Rio-Grandense, também de cunho regionalista.

Nesta época, o exercício da cidadania ainda se restringia ao indivíduo do sexo masculino e vinculado à renda - pequenos proprietários não votavam³². Surgiu aí o gérmen da política de clientela, principal componente do fisiologismo ou ideologia viciada.

O objetivo de qualquer dos partidos era o poder, e o caminho

mais fácil de atingi-lo era conquistar a benevolência do Imperador.

Dizia-se na época que "nada era mais parecido com um conservador que um liberal no poder" ou "nada mais parecido com um liberal que um conservador na oposição"³⁴. Isto demonstrava o distanciamento entre a Sociedade e os "partidos."

Os partidos políticos nesta época não correspondiam mais somente aos interesses regionais. A falta de entrosamento provocou a falência dos partidos e do regime monárquico.

Devido à ineficácia dos instrumentos do império para canalizar as aspirações da sociedade, precipita-se a República através de uma "passeata militar", em 15 de novembro de 1889³⁴

No Rio Grande do Sul, a instalação da República implicou numa forma de governo autoritária inspirada na república ditatorial de Comte.

Os republicanos, descontentes, aliaram-se aos ex-liberais e ex-conservadores e formaram o Partido Republicano Federal, que correu com o PRR. De 1893 a 1895, o RS sofreu com a Revolução Federalista, registrando atos de profunda violência entre ambos os partidos. O Partido Federalista Brasileiro (alinhado de "maragatos") pretendia o parlamentarismo a nível regional, e a nível federal opunha-se a Floriano Peixoto e à República, e o Partido Republicano Rio-Grandense ("chimango") venceu o conflito com o apoio do governo central³⁵, o que vem a confirmar que a forma de se exercitar a política no Brasil é manipulada pela classe (grupo) que está no poder.

SEGUNDO MOMENTO:

Com a primeira República ou República Velha (1889 a 1930), o Estado brasileiro sofreu algumas modificações. As províncias foram transformadas em estados com acentuada autonomia administrativa e financeira.

A legislação eleitoral foi alterada³⁶. A exigência que se fazia ao cidadão para que possuísse bens de raiz ou renda anual superior a 200 réis, foi revogada, porém manteve a exclusão das mulheres, praças de "pret" (soldados e cabos) religiosos em regime de

claustró e os analfabetos, que na época eram 80% da população.

Embora os estados obtivessem maior autonomia, isto não foi suficiente para descentralizar o poder do Estado porque as facções que existiam em cada estado-membro correspondiam a facções da classe dominante em cada estado-membro, sem a efetiva participação da grande parte da população.

Efetivou-se com isto, a concentração do poder nas mãos de oligarquias regionais (estaduais). Torna-se evidente que os ideais da República começam a ruir, embora com uma nova legislação eleitoral mantinha-se o discurso elitista e pragmático.

Os partidos republicanos regionais (PRP, PRM, PRR...) eram controlados por suas respectivas oligarquias, tendo o coronel como efeito político. Por isto o partido republicano de um estado nada tinha ou pouco tinha a ver com o partido republicano de outro estado.

O voto era e permaneceu instrumento de vassalagem e adesão pessoal do eleitor aos proprietários latifundiários.

O coronelismo e as oligarquias dominavam descaradamente a cena política de modo absoluto. Identificavam-se os interesses nacionais com os interesses pessoais porque os proprietários de terras se comprometiam com o governo e os chefes políticos situacionistas tinham que controlar a massa e os votos, impedindo as tentativas de reformas. Institucionaliza-se a política de clientela.

O sistema de poder a nível nacional começava a ser ocupado pelas oligarquias regionais mais fortes, iniciando assim a chamada "política dos governadores" - estes comandavam a política como se fossem partidos.

Os estados de São Paulo e Minas Gerais revezavam-se no poder com a política do "café com leite" (oligarquias do café em SP e do gado em MG).

A oligarquia regional que conquistasse a presidência, em acordo tácito, teria apoio do Poder Central na sua região. Isto significava que o Poder Central não iria interferir nos conflitos ou lutas armadas que viessem a ocorrer entre facções oligárquicas.

A luta política em cada estado passou a ser uma luta doméstica sem a intervenção do Governo Central.

Constata-se que o Estado brasileiro no período republicano, tem contradições semelhantes às do período imperial, consistindo em declarar-se liberal na forma e em ser oligárquico na essência.

Evidencia-se novamente o divórcio entre retórica e prática, entre o discurso e a prática política.

Durante o período da Velha República, ocorreram 11 eleições para presidente da República e em quase todas elas o partido do governo venceu com a maioria dos votos porque usava de fraude eleitoral, inviabilizando os avanços da oposição.

Os principais instrumentos de sustentação do coronelismo eram a fraude eleitoral (proporcionada pela própria legislação) e as polícias militares por serem subordinadas ao governo local (estadual).

A partir da 1ª Guerra Mundial (1914/1918), a sociedade brasileira sofreu profundas modificações, surgiram novas classes sociais: o operariado urbano e o empresariado industrial. Com isso ampliou-se a classe média.

Com isto foi despertado o interesse por uma identidade nacional (nacionalismo) e os partidos republicanos, com caráter regional, não conseguiram acompanhar a mudança que estava ocorrendo na sociedade, permitindo a formação de novos espaços que estavam sendo ocupados por novas forças políticas em ascensão: o operariado urbano.

Nesta conjuntura, surge o Partido Comunista Brasileiro (PCB), em 1922, que se auto-titulou o primeiro partido político nacional da República, porque surgiu para dar sustentação política ao operariado e representar esta nova classe no poder de um novo modelo de Estado.

Logo após, em 1926, devido à cisão na burguesia paulista, surgiu o Partido Democrático. Fundado pelo Conselheiro Antonio Prado... "Aos 86 anos de idade, quando outros se retraem commodamente... ou se aproximam dos governos para bajular e tirar proveito, - o cons. Prado... vem à arena pública... chamar todos os brasileiros ao cumprimento do dever cívico, fundando o Partido Democrático..."³⁸

O Partido Democrático fundou a República no Brasil. "O que

nós temos de facto em vigor é a onipotência truculenta dos Executivos a abusar da impotência da opinião pública da Nação...”³⁹

O Partido Democrático quer entregar ao povo brasileiro a soberania que lhe pertence, arrancando-a dos oligarcas e autocratas que a usurpam”⁴⁰

Com este fragmento constata-se que já em 1925, se identificava e denunciava o exercício do poder pelas classes economicamente privilegiadas (oligarquias) e as benesses do poder através da política de clientela ou fisiologismo, embora se mantivesse dominante, a retórica do liberalismo.

Em função da cisão na oligarquia gaúcha, em 1928, surgiu o Partido Libertador, pretendendo a implantação do parlamentarismo novamente. Nesta época o Rio Grande do Sul era o 3.º contingente eleitoral do país e foi o ponto de convergência das forças de oposição nacional à ordem oligárquica e o centro de articulação de um novo movimento social.

Mais tarde ambas as facções políticas uniram-se formando a Frente única Rio-Grandense (união entre o Partido Libertador e o Republicano) preparando caminho para a Revolução de Trinta, quando lideraram a dissidência oligárquica que se opôs ao governo central nas eleições que sucederam Washington Luís, inaugurando um novo período da História do Brasil.

-S7 TERCEIRO MOMENTO:

Em função das cisões oligárquicas, alterações nas relações de produção com o surgimento do operariado urbano e introdução de indústrias estrangeiras, o “tenentismo”, etc, teve início o desmoronamento da estrutura republicana, fazendo eclodir a chamada Revolução de Trinta, que conforme Nelson Werneck Sodré: “... é o 1.º exemplo de movimento revolucionário que parte da periferia para o centro. Esta característica por si só, ... bastaria para distingui-lo na seqüência de levantes militares...”⁴¹

A Revolução de Trinta foi o desaguadouro de todos os descontentamentos e o centro de convergência das aspirações de renovação da vida nacional.

A República Nova caracterizou-se pelo populismo e dividiu-se para melhor situá-la no tempo, em duas fases: o período autoritário populista (1930/45) e a fase democrática populista (1945/64).

O primeiro governo de Getúlio Vargas, com 15 anos de duração, teve três etapas: Governo Provisório (1930/34); o Governo Constitucional (1934/37) com resultado final de 175 votos contra 59 de Borges de Medeiros; e a ditadura do Estado Novo (1937/45).

A Revolução de Trinta deu-se graças à ruptura do núcleo de sustentação oligárquica em decorrência do conflito entre São Paulo e Minas Gerais. O estado de MG é o que deveria indicar a sucessão do presidente paulista Washington Luís, mas MG rompeu com a política do café com leite e apoiou a oposição gaúcha, liderada por Getúlio Vargas. No dia 03/10/1931, o jornal Folha da Manhã anunciava, na coluna de Rubens Amaral, que "quem deu a vitória à Revolução contra o Sr. Washington Luís, foi a crise econômico-financeira que atormentou os últimos meses do governo oligárquico. Erguera-se contra ele a Aliança Liberal, com o oficialismo de Minas, Rio Grande e Parayba... se soubesse resolver a crise do café, o velho governo haveria subsistido " ^{4 2}

Em 1932, surge uma nova legislação eleitoral, que pretendia "moralizar" o voto. Cria-se a justiça eleitoral para garantir a lisura dos pleitos, e estendendo-se o direito de voto às mulheres.

A prevalência dos interesses nacionais sobre os regionais que era um dos ideais da Revolução, não teve relevo político apesar da criação dos partidos nacionais .

Neste período, em função do choque de idéias e doutrinas surgiram no Brasil duas organizações políticas radicais: a Aliança Nacional Libertadora (ANL) de extrema esquerda, e a Ação Integralista Brasileira (AIB) de extrema direita .

Com o pretexto de manter a ordem constitucional no país e implantar o Estado Novo em 1937, com o apoio do exército e da classe média que apoiava a AIB, extinguiu-se os partidos políticos e fechou-se o Congresso, governando através de decretos-leis .

Utilizaram-se desta maneira sob o pretexto de que os partidos não tinham ideologia e sim mantinham-se à sombra de ambições pessoais e de predomínio regionalista. A democracia de partidos sub-

verte a hierarquia... põe em perigo a existência .da Nação....

Nesta primeira ditadura declarada, o presidente não tinha um partido político que o apoiasse (o que não ocorreu em 1964), somente as Forças Armadas poderiam lhe dar sustentação política.

Vargas foi deposto em 1945, mas voltou em 1950 através do voto direto, e perpetuou-se no Brasil o ideal populista com a era Vargas .

Como diz John D. Wirth^{h 7}, Getúlio Vargas desempenhou vários papéis: "líder populista, aliado dos políticos no poder (como bem aprendeu sua discípula Ivete Vargas...) amigo dos homens de negócios e dos investidores estrangeiros em setores fora do petróleo, iniciador de projetos tecnocráticos e protetor da saúde financeira da nação em situação inflacionária."

QUARTO MOMENTO:

No período 45/64, surgiram vários partidos políticos com caráter populista e governo paternalista, pretendendo representar os pobres e os trabalhadores. O principal foi o Partido Trabalhista Brasileiro - PTB, que teve apoio de Vargas, seu fundador.

Os partidos embora nacionais, por exigência legal⁴⁸, não expressavam interesses nacionais e sim estaduais o que contribuía para que o partido tivesse atuação diferente em um e outro estado (pela falta de identidade, embasamento doutrinário e programático e forte personalismo).

Eram três os principais partidos: PSD (Partido Social Democrático) UDN (União Democrática Nacional) e PTB, além de dez outros de menor expressão.

A UDN foi fundada em 1945 pelo Brigadeiro Eduardo Gomes, sobrevivente do "tenentismo"*® atraiu a corrente liberal contra Vargas e o Estado Novo, sustentado pela burguesia urbana e a classe média.

O PSD foi fundado por Getúlio Vargas, e reuniu a elite política com a finalidade de fazer um "pacto social", o qual foi inviabilizado tornando-se uma agremiação agrária, confederando oligarquias. Não tinha uma ideologia a não ser tornar-se poder usando dos

"favores dos amigos políticos."

O PTB, também criado por Getúlio Vargas em 26 de março de 1945⁵⁰, era uma tentativa de se criar um partido de massas para arregimentar o operariado, a burguesia nacional e a juventude.

Originou-se dos quadros e bases ligados à estrutura sindical instalada pelo Estado Novo.

Em 10 de novembro de 1945 volta ao cenário político o Partido Comunista Brasileiro (PCB), e novamente legalizado e cassado pelo Tribunal Superior Eleitoral em 07 de maio de 1947. Outros partidos na época: Partido Socialista Brasileiro (PSB); Partido Social Progressista (PSP); Partido da Representação Popular (PRP); Partido Democrata Cristão (PDC); Partido Trabalhista Nacional (PTN); Partido Social Trabalhista (PST); Movimento Trabalhista Renovador (MTR).

Todos criados à sombra do trabalhismo varguista, de seu personalismo, carisma e paternalismo. O Brasil neste período passa por um momento de redemocratização em função de fatores internacionais como por exemplo a derrota do fascismo/nazismo e a vitória das democracias liberais.

Ocorre a aliança PTB-PSD que irá ocupar o papel principal nas disputas pelo poder até 1964.

O Brasil continuava crescendo social, política e economicamente, mas o poder legislativo permanece limitado em função da postura autoritária do Estado, herdada do Estado Novo, que mantinha a prevalência do Executivo sobre o Legislativo.

Diante destas contradições entre sociedade civil, e sociedade política, iniciou uma crise institucional com o declínio dos partidos conservadores PSD, UDN e a ascensão dos partidos reformistas, populistas. Era uma nova "ideologia" que se sedimentava.

A classe conservadora temia perder a hegemonia política para os partidos populistas nos centros urbanos industrializados e a ameaça de um Executivo mais reformista que o Legislativo, e mais centralizador, contribuiu para acelerar as cisões no interior destes partidos.

O PTB como sendo um partido populista, ampliava seus quadros e

adeptos inclusive no interior dos pequenos partidos ditos "ideológicos" de esquerda como o PSB, PDC, PTN e MTR.

Devido à indefinição ideológica a maioria dos partidos existentes neste período e o despreparo do Legislativo diante das prerrogativas do Executivo, o Brasil emerge no período mais crítico de sua história partidária. Ocorre a militarização de "todas" as instituições e órgãos do Estado e outros privados.

QUINTO MOMENTO:

Com o golpe de 31 de março de 1964, a estrutura partidária se manteve até 27 de outubro de 1965. Até esta data, os militares mantiveram a Constituição de 1946 e a estrutura partidária do período pré-golpe. Somente por ocasião do Ato Institucional nº 2 de 27 de outubro de 1965 é que extinguiram todos os partidos políticos (art. 18 Ficam extintos os atuais partidos políticos e cancelados os respectivos registros.), e com isto os militares encomendaram ao Congresso uma nova legislação partidária para tentar "legitimar" a Revolução, tentando dar ao Brasil, a nível internacional, uma fachada de que as instituições democráticas se mantinham inabaladas, (ver ato institucional nº 5 de 13/12/68)

Criaram a ARENA (Aliança Renovadora Nacional) partido que deveria dar sustentação ao regime militar, e o MDB (Movimento Democrático Brasileiro), partido que iria fazer oposição ao regime, com o consentimento de seus fundadores ("genitores").

Tudo o que o Executivo já havia determinado. A ARENA arregimentou basicamente os ex-udenistas e os ex-pessedistas, e o MDB reuniu os petebistas, udenistas dissidentes e elementos de outros partidos menores.

Ambas as organizações partidárias não tinham uma ideologia nem uma doutrina a seguir, porque foram criadas nos laboratórios tecnocratas do alto comando militar.

Os partidos eram desarticulados, não tinham programa coerente e nem lideranças, e as questões nacionais não eram debatidas porque se fossem contra as decisões do governo correriam o risco de subversão e enquadramento na Lei de Segurança Nacional (LSN), cria

da pelo A. I. nº 05.

A ARENA não conseguiu legitimar o golpe apesar dos casuísmos da legislação eleitoral, manteve-se sempre em conflitos internos devido aos personalismos que advinham de outros partidos que nela se apoiavam. ARENA foi a máscara usada pelo regime militar para forjar uma legitimidade jamais conseguida em todo o período "revolucionário".

Por outro lado o MDB não conseguiu refletir os anseios da oposição, senão a partir da campanha eleitoral de 1974 quando iniciaram-se os grandes debates de interesse nacional.

As eleições municipais de 1976 serviram de termômetro para as eleições de 1978, porque pela primeira vez depois do golpe militar haveria - um tipo de eleições diretas, desta vez, para governador, para Assembléias Legislativas, para 2/3 do Senado e renovação da Câmara dos Deputados.

Devido ao resultado das eleições de 76 que favorecem a oposição, o Governo Geisel resolveu editar o Decreto-Lei nº 1540/77, (Pacote de Abril) que consistia num conjunto de medidas políticas do governo incluindo o fechamento do Congresso, a reforma do Judiciário e reformas políticas.

Nas reformas políticas, se inseria a alteração da forma do pleito, transformando em indiretas as eleições de 78 e criando a figura do "senador biônico" que alterava a composição do Colégio Eleitoral e ampliava para seis anos o mandato do futuro presidente que iria fazer a transição para o governo civil, nestas medidas governamentais tinha outro ato criativo que era a chamada "Lei Falcão" para propaganda eleitoral.

O arbitrário "Pacote de Abril" foi uma medida casuística do governo, retrocedendo um pouco no processo de "descompressão" conforme idealizara o gal. Golbery, para impedir o acesso da oposição (MDB) ao poder nos estados.

No final do ano de 1977, uma reportagem da Revista Visão constatou o desagrado dos parlamentares, tanto da ARENA quanto do MDB, e entendeu, que naquele ano, estes partidos foram órgãos de simples homologação, sem condições de destaques no âmbito legislativo.

Neste mesmo exemplar, há uma declaração do deputado arenista Herbert Levy, pretendendo fundar um novo partido, um partido Democrático Social (PDS), por entender que a ARENA estava esvaziada e o governo precisava fortalecer sua base eleitoral.

Ele acreditava que o ideal seria criar quatro novos partidos; um conservador, outro liberal (onde o PDS estaria inserido), um socialista democrata e um socialista.

O MDB também estava fragmentado em pelo menos dois movimentos oficiais que disputavam o patrocínio da Internacional Socialista; O grupo "moderado" ou social-democrata, que tinha como principal líder o empresário Fernando Gasparian, e o outro grupo mais radical liderado por emedebistas da facção autodenominada "neo-autêntica".

Por outro lado, na sociedade civil, os sindicatos manifestavam descontentamento com as medidas do governo. Cento e treze entidades de classe do Rio Grande do Sul, assinaram um documento (manifesto) criticando a ação do governo em relação ao "Pacote de Abril" de 1977, nesse documento expunham suas opiniões sobre o sistema político, econômico e social do país.

"O modelo econômico vigente concentra riquezas nas mãos de poucos e abre ilimitadamente a economia nacional aos investimentos estrangeiros".

Com este documento, as entidades de outros estados tiveram que se manifestar solidárias, fato que contribuiu para o fortalecimento da sociedade civil, neste momento histórico.

E assim intensificava-se a crise na sociedade política (no interior dos partidos e no Governo) e na sociedade civil através das entidades de classe.

Em 1978, 1/3 do Senado foi composto pelos senadores indiretos ou "biônicos", e embora o governo tivesse colocado todos os recursos a seu favor, o pleito de 78 fortaleceu o MDB intensificando a fragilidade da ARENA.

Durante os vinte e um anos do regime militar, o governo desrepeitou os poderes constituídos e a constituição Federal, tendo desvirtuado a forma o Executivo assumido função ora de Legislativo, ora de Judiciário e na investidura do cargo de Presidente da República,

os generais militares exercitaram um quarto "subsupra" poder. Pacotes, Decretos-leis, AI-5, Lei de Segurança Nacional - LSN.

O regime autoritário implantado a partir de 1964, não se legitimou em nenhum momento; fato confirmado também com o pleito de 1978, quando o partido do governo se desgastou ainda mais devido às "negociatas" patrocinadas por Paulo Maluf, além da paralisação ⁵⁷ naquele mesmo ano dos trabalhadores do ABC

Para evitar novamente uma "desmoralização" do sistema frente à opinião pública, a comprovação de que a ARENA não estava dando a sustentação necessária ao Regime, o Poder Executivo valeu-se de prerrogativas por ele criadas casuisticamente, constituindo um novo projeto de reformulação partidária com o intuito de tirar de circulação as siglas que lembravam os avanços obtidos pela sociedade civil.

SEXTO MOMENTO:

Devido a estes incidentes, e para tentar resgatar a credibilidade perdida, o Governo modificou a legislação eleitoral no que concerne à organização partidária. Com a lei 6767/79, ficavam extintos ARENA e MDB e foram criados cinco outros partidos o PMDB (Partido Democrático Brasileiro), o PDS (Partido Democrático (Sociais)), como partidos oficiais, e outros, tais como PT, PDT, PTB 58

A reforma partidária, a inclusão do multipartidarismo, a mudança na legislação com o discurso de democratizar o regime, foi, isto sim, uma estratégia para dissolver a frente oposicionista que estava se aglutinando no MDB.

O PDS sucedeu a todos os cargos e privilégios da antiga ARENA e a sociedade civil passou a viver uma crise mais intensa.

A sociedade continuava cada vez mais insatisfeita com o Regime e este cada vez mais enfraquecido e sem credibilidade frente à opinião pública. Com os escândalos sucessivos, como por exemplo, o episódio da explosão da bomba no Riocentro em 1981, envolvendo militares e ferindo várias pessoas, agravava-se a crise econômica e seus reflexos negativos na Sociedade, diminuindo a sustentação parlamentar do governo e dificultando o encontro de um nome para a su

cessão presidencial.

Então a sociedade civil, juntamente com algumas lideranças partidárias ("oposição democrática"-PT, PDT e PMDB) reivindica a mudança para um governo civil, e exercício da cidadania através da institucionalização de canais que possibilitem a participação da sociedade na vida da Nação. Pretendiam eleições "diretas já" para presidência da República.

Em abril de 1984, a "Emenda Dante de Oliveira" que propunha eleições "diretas já" para Presidente da República foi rejeitada no Congresso Nacional, o sistema era de que o sucessor de Figueiredo fosse escolhido por um colégio eleitoral.

Com isto a oposição fortaleceu suas bases para disputar com a "ex" ARENA ou PDS (Paulo Maluf). Para poder derrotá-lo fizeram acordos com os partidos de oposição e até mesmo com o PDS.

Em função da sucessão de Geisel e da reforma partidária, do governo Figueiredo, as oposições entenderam que, às vezes, é necessária uma aliança com a direita para, estrategicamente, ocupar-se "cargos e postos"⁵⁹

O PMDB conseguiu o apoio de parte do PDS que não estava dando apoio a Maluf, para formarem uma frente no Colégio Eleitoral.

Os dissidentes do PDS criaram o PFL (Partido da Frente Liberal), que se uniu com a frente oposicionista liderada pelo PMDB, formando a Aliança Democrática.

A Aliança democrática se fortalecia politicamente, recebendo o apoio de mais 80% da sociedade civil.

Elaboraram um programa mínimo de governo ("Compromisso com a Nação"), prometendo fazer um governo de transição de quatro anos e a convocação de uma Assembléia Constituinte, que daria ao Brasil uma nova e legítima Constituição Federal.

SÉTIMO MOMENTO:

Em 1985, já na "Nova" República, a legislação eleitoral sofreu nova adulteração, sendo desta vez aprovada uma emenda emergencial que possibilitou aos partidos participarem do pleito de 1986 e apenas a apresentação ao Tribunal Superior Eleitoral, da publicação

do Estatuto, programa e Manifesto do partido e comprovação da instalação de no mínimo cinco comissões regionais (estaduais) provisórias.

Com estas facilidades além dos cinco partidos já criados, legalizaram-se os PCs e foram criados mais 23 partidos políticos para concorrer nas eleições de 1986. E para as municipais de 1988, foram criados dentre outros o PSDB, dissidência do PMDB.

Antes de se analisar os casuísmos da legislação eleitoral e os programas dos principais partidos, é interessante salientar um dado relacionado com o tipo de "ideologia" em que estão envolvidos os partidos criados com a lei 6767/79, pela simples leitura de suas siglas que, com frequência, usam as expressões "democrático" e "trabalhista".

O discurso em torno da Democracia, como se ela fosse por si só uma ideologia, de certa forma tenta trazer de volta o populismo da era Vargas com a ressurreição do Trabalhismo.

Devido ao corte histórico a que nos propusemos no início deste trabalho, será dado enfoque especial apenas aos dois últimos momentos: O multipartidarismo de 1979/85 e o pluripartidarismo de 1985/88.

Observa-se que entre uma etapa e outra não há continuidade, uma formação sucede á outra que acabou de "morrer", sem deixar de cendência organizacional para a etapa seguinte.

Uma das causas da fragmentação e posterior perecimento de um partido político provém indubitavelmente dá forma espúria com que eles se unem. Uma união eleitoral fisiológica, baseada em aliança interpessoais de partidos de sinais contrários, retira do processo político toda á coerência e racionalidade, desideologizando-se o partido.

O Partido fisiológico não tem personalidade, dissolve-se a razão original, embóra em alguns momentos sejam alegadas razões conjunturais relevantes, necessárias para a sobrevivência eleitoral, a tendência natural será a dissolução por carecimento de "objeto e objetivo".

Como exemplo, cita-se dois momentos dentre vários que já foram expostos na parte histórica desta pesquisa.

Teve-se uma aliança eleitoral em Porto Alegre - RS, em 1985, entre o PDS e PCs, dois partidos cujas fundamentações ideológicas divergem profundamente, mais recentemente, em 1988, na Assembléia Nacional Constituinte, o PDS e o PT formaram lobbies para impedir a aprovação do sistema parlamentarista de governo.

E a situação se agrava ainda mais quando dentro de um mesmo partido há indivíduos com concepções tão diferentes como Prisco Viana e Mário Covas, ambos então no PMDB

Diante destes e outros exemplos que virão, preocupa a questão sobre ideologia: Em que consiste esta ideologia? Qual a ideologia quando está em jogo uma disputa eleitoral? O que é considerado como Pré-eleitoral?

Constata-se com alegações ditas conjunturais, que os partidos não passaram ainda de "castas" sociais dominantes (seja econômica, política, carismática ou ainda militar) que exercem o poder que foi disputado através do voto manipulado na maioria das vezes.

Nos raros momentos em que se teve eleições, o resultado que de veria legitimar a autoridade constituída, em inúmeras vezes não correspondeu à participação consciente do processo de escolha, mas na vitória de um grupo de relações de forças que naquele momento tinha maior influência na Sociedade Civil a ponto de "fazer" o senso comum. A opinião pública se forma artificialmente através da mídia que é produzida pelo grupo politicamente mais influente naquele momento conjuntural.

Quem detém ou quem orienta as linhas da política são, portanto os grupos de pressão ou lobbies (econômicos ou politicamente mais influentes) como: Os militares em quase toda a história política do Brasil, e em um recente momento a União Democrática Ruralista (UDR) através do poder econômico, que influenciou em muitas decisões da Assembléia Nacional Constituinte (ANC), também as entidades de classe como a OAB, em 1985 (por eleição diretas), a igreja, os sindicatos...

Por estes incidentes, optou-se por entender a ideologia da classe dominante, como "Falsa consciência entre as relações de domínio entre as classes", ^{6.1} mistificação, ilusão, distorção ao conhecimento verdadeiro ou fisiologismo - como idéias erradas, in-

completas, distorcidas sobre fatos ou sobre a realidade social (quem manipula os fatos para gerar falsa consciência é o político fisiológico).

Também PARSONS^{6 2} entende que a ideologia se "torna um elemento totalmente desprovido de dimensão e legitimação de uma ordem social dada, cuja integração constitui mais propriamente o problema que consiste na manipulação dos fatos reais do qual a ideologia aparece como parte da solução.

O tímido pluripartidarismo ou multipartidarismo implantado em 1979, foi uma estratégia utilizada pelo Governo para novamente fragmentar a oposição que esta aglutinando suas forças para derrubar o inimigo comum: O regime militar condensado na ARENA - PDS.

Tanto na reforma de 1979, quanto na de 1985', os partidos tradicionais criados, com exceção do PT, foram gerados em laboratórios por uma cúpula diretiva, "partidos de proveta". Isto demonstra não só a falsa identidade e descomprometimento com a Sociedade Civil, colocando em xeque a eficácia do sistema representativo, como elucida os momentos de incompatibilidade e outros de cumplicidade com o Poder Executivo.

Há cumplicidade do Poder Legislativo com o Poder Executivo devido à centralização e concentração do poder estatal.

Existe um acordo tácito entre o Executivo e o Legislativo, no sentido do segundo não cobrar o que faz o primeiro. Porque os membros do legislativo estão fadados, a qualquer momento, a tornar-se membros da equipe do Executivo, independentemente de sua sigla partidária.

Excetuam-se a essa regra geral, alguns partidos formados com base em uma ideologia (um programa, que cimenta a união dos membros, os quais não se definem em função de um chefe), como é o caso do PT, e, parcialmente, do PDT. Não é o caso do PSDB[®].

NOTAS

- (1) CERRONI, Umberto e outros. Teoria Marxista del Partido Político. ediciones pasado y presente, México. 1978. p. 01
- (2) Idem, p. 2
- (3) LAMOUNIER, Bolivar e MENEGUELLO Rachel. Partidos Políticos e Consolidação Democrática - O Caso Brasileiro. São Paulo, Brasiliense, 1986. p. 16
- (4) LAMOUNIER e MENEGUELLO. Op. cit. p. 16
- (5) MACHIAVELLI, Nicolo. O Príncipe. Trad, de Lívio Xavier. 4^a edição. São Paulo, Nova Cultural (Os Pensadores), 1987. p.237
- (6) Idem, op. cit. p. 73
- (7) GRAMSCI, Antonio. Maquiavel, a Política e o Estado. Trad, de Luiz Mário Gazzaneo. 5^a edição. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira. 1984. 444p (8) Idem, op. cit. p. 06
- (8) Idem, p.06
- (9) CERRONI, Umberto. Teoria do Partido Político. Trad. Marco Aurélio Nogueira e Silvia A. Kneipp. São Paulo, Livraria Editora Ciências Humanas. 1982. p. 13
- (10) Ver cap. II, item 2.1, deste trabalho p.
- (11) Cerroni Idem, op. cit. p. 20
- (12) Idem op. cit. p. 21
- (13) Idem, op. cit. p. 21 a 24
- (14) Ver cap. II, item 2.1 deste trabalho.p.
- (15) GALBRAITH, John Kenneth. Anatomia do Poder. Trad, de Hilário Torloni. São Paulo, Pioneira. 1984. p. 25 a 38
- (16) CERRONI, Umberto. Teoria do Partido Político. Trad. Marco Aurélio Nogueira e Silvia A. Kneipp. São Paulo, Livraria Editora Ciências Humanas. 1982. p. 33
- (17) Idem, p. 37
- (18) GRAMSCI, op. cit. p. 21 a 25
- (19) CERRONI, op. cit. p. 53
- (20) Idem, p. 51
- (21) GRAMSCI, op. cit. p. 16

- (22) BONAVIDES, Paulo. Constituinte e Constituição: a democracia, o idealismo e a crise contemporânea. Fortaleza, IOCE, 1987. p 367 ss.
- (23) GRAMSCI, Antonio. Maquiavel, a Política e o Estado Moderno. Tradução de Luiz Mário Gazzaneo. 5ª edição. Rio de Janeiro, Ed. Civilização Brasileira, 1984. 444 p.
- (24) IDEM, Op **cit** p. 86 a 89
- (25) ANEXO I
- (26) CERRONI, Umberto. Teoria do Partido Político. Tradução Marco Aurélio Nogueira e Silvia A. Kneipp. São Paulo, Livraria Editora Ciências Humanas, 1982. p. 64
- (27) Código Eleitoral e Legislação Complementar. São Paulo, Javoli, 1988. 22 edição. Lei Orgânica dos Partidos Políticos. Art. 2ª. p. **158**
- (28) CONSTITUIÇÃO, República Federativa do Brasil. Porto Alegre, OAB - RS, 1988. p.11
- (29) Nas eleições municipais de 1988, o PT conseguiu a prefeitura de várias capitais brasileiras e, conforme alguns analistas políticos como Skidmore isso não significou um avanço no grau de conscientização da população raas, sim, uma manifestação de desagrado com a conjuntura política em vigor.
- (30) CERRONI, op. cit, p. 65
- (30-a) LAMOUNIER, Bolívar e MENEGUELO, Rachel. Partidos Políticos e Consolidação Democrática - O Caso Brasileiro. São Paulo, Brasiliense, 1986. p.20 a 34.
- (31) idem p.20.
- (32) CAMPANHOLE, Adriano e Hilton Lobo. Constituições do Brasil. Constituição do Império, art.92, V. São Paulo, Atlas, 5ª ed. 1981 p. **630**
- (33) Jornal Folha da Manhã, 10/11/1929. p. 01
- (34) Revista de Direito Constitucional e Ciência Poli-

- tica. Rio de Janeiro, Forense, 1987. p.90 à 105
- (35) PESAVENTO, Sandra Jatahy. História do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, Mercado Aberto.1980. p.58
- (36) CAMPANHOLE, op. cit. p. 584
- (37) Revista de Direito Constitucional e Ciência Política. Rio de Janeiro, Forense. 1987. p. 105 e seguintes.
- (38) SERVA, Mário Pinto. "O Conselheiro Antônio Prado" Folha da Manhã , 05/07/1926, anno 01, n2 338 01
- (39) IDEM, p. 01
- (40) IBIDEM, p. 01
- (41) Revista de Direito Constitucional e Ciência Política. Rio de Janeiro, Forense. 1987. p. 110
- (42) "Os Carrascos da Revolução" Folha da Manhã. 03/10/1931 .
- (43) Partido Nacional, deve ser entendido como partidos que preocupam-se com seus quadros à nível nacional, em todos os estados, além dos assuntos dizerem respeito a toda sociedade.
- (44) MONTEIRO, Brandão e OLIVEIRA, Carlos Alberto p. Os Partidos Políticos. São Paulo, Global. 1989. p. 23
- (45) Folha da Manhã 11 de novembro de 1937. p. 34
- (46) IDEM, p.34
- (47) Revista de Direito Constitucional e Ciência Política. Op. cit. p. 111 - nota 87
- (48) CAMPANHOLE, Op. cit. art. 134 p. 241
- (49) MONTEIRO, Brandão. Op. cit. p. 27
- (50) IDEM, p. 30 e seguintes.
- (51) CAMPANHOLE, Op. cit. p. 312 a 323. AI-02, de 27/10/65.
- (52) IDEM Op. cit. p. 180 a 182
- (53) A expressão "Senador Biônico" foi dada para os senadores indicados pelo presidente da República, não escolhidos pelo voto popular, para cumprir mandato de oito anos.

- (54) A "Lei Falcão" limitava o uso da propaganda eleitoral em rádio e televisão.
- (55) Revista Visão de 28/11/77. p. 22 a 29
- (56) Manifesto Gaúcho, Revista Visão 15/5/77. p. 20
- (57) Negociatas de Maluf. Skidmore, op. cit. p.475
- (58) Ver Capítulo II, item 2.1.4
- (59) Essa expressão é de Gramsci, citado em PORTELLI, Hugues. Gramsci e o Bloco Histórico. Trad, de Angelina Feralva. Rio de Janeiro, Paz e Terra. 1977.
- (60) Prisco Viana e Mário Covas no mesmo partido, demonstra a ampla faixa "ideológica" da PMDB, uma vez que Prisco Viana apoiou ps governos militares e Mário Covas situava-se entre os "autênticos" do PMDB
- (61) WOLKMER, Antônio Carlos. Ideologia, Estado e Direito. São Paulo, ed. Revista dos Tribunais. 1989. p. 75
- (62) Idem, Op. cit. p. 74
- (63) Este assunto será abordado no Capítulo IV.

CAPITULO II

O PROCESSO DEMOCRATIZANTE

(1979 - 1985)

Apresenta-se, nesse capítulo, o comportamento do Poder Legislativo frente ao Poder Executivo e ao poder militar. As alterações casuísticas que sofreu a legislação eleitoral e a política utilizada pelo Estado na condução da cena política.

Outro aspecto que será apresentado é o comportamento dos políticos, como representantes da sociedade civil a nível de parlamento, como, quando e porquê não há representação.

E, por último, será demonstrada a influência dos militares em todas as esferas de poderes da União, e a estratégia por eles utilizada para se manterem no poder estatal, como foi manipulado o processo de transição para o governo civil e a crise que está passando a democracia embasada apenas no sistema de partidos.

2. PARTIDOS POLÍTICOS DA "ABERTURA À TRANSIÇÃO".

A "abertura" e, em consequência a "transição" brasileira, tiveram início com a política distensionista do governo Geisel, tendo ponto alto em 1979, no governo Figueiredo, com a política da anistia e da reformulação partidária. Essas duas medidas liberalizantes faziam parte da estratégia do Gal. Colbery do Couto e Silva, em tornar o sistema mais aberto, em alguns momentos, e mais

fechado em outros.

O ano de 1979, foi marcado por alterações aparentemente profundas, mas na realidade deixava mais evidente a dependência da sociedade ao Regime. Os partidos pareciam com mais autonomia, mas estavam na total dependência do Poder Executivo. Este era quem ditava as "ordens da política".

Com a reformulação partidária (lei 6767/79), dissolveu-se a frente de oposição ao regime que teve início com as eleições de 1974, 1976 e 1978. Formaram-se novos partidos e novos grupos de lideranças partidárias, dissolveram-se os grupos que reivindicavam mudanças em torno de temas nacionais e surgiram neste espaço grupos que cultivavam uma política mais clientelista.

Criavam-se novas leis para manter o Congresso Nacional ocupado.

Para fins deste capítulo, levar-se-á em consideração, apenas a última fase da "transição": de 1984 a 1985, isto é, o final do governo Figueiredo e início do governo José Sarney.

Esta fase final, que é objeto desta pesquisa, caracterizou-se principalmente pela "não ruptura".

A "transição" manteve as lideranças diferentes que participaram do "antigo regime". As reformas políticas tiveram um alcance limitado, porque a estrutura do Estado manteve-se igual, com a primazia do Executivo sobre o Legislativo.

Embora com o reconhecimento de partidos, antes clandestinos, e do aumento do leque partidário em virtude da Emenda Constitucional nº25/85, não houve um fortalecimento do Congresso Nacional.

2.1- A Abertura (1979 a 1985)

2.1.1- Antecedentes Históricos e Legislação Correlata

Durante os anos do regime militar, o sistema não conseguiu ocultar suas divergências internas, demonstrando que as Forças Armadas não eram forças monolíticas, mas dividiam-se internamente como "partidos políticos informais", o que contribuiu para

enfraquecer o regime

Tão logo se instalou o governo militar, criou-se uma série de legislações artificiais para dar sustentação, "legitimidade" e sobrevivência ao regime tanto a nível nacional quanto internacional.

Publicou-se uma série de Atos Institucionais enquanto se pensava em uma forma mais duradoura de institucionalizar o golpe.

Criou-se o Ato Institucional nº 02, de 05 de novembro de 1965 que regulamentou o novo sistema partidário, extinguindo o pluripartidarismo. Nesse período, o Brasil passou por várias crises até a "promulgação" do Ato Institucional nº 05, de 13 de dezembro de 1968 - considerado o mais arbitrário - e o processo "liberalizante" do presidente Geisel.

Em 1974, com a política de "abertura lenta, gradual e segura" como havia elaborado o mentor da "Revolução" - Gal. Golbery do Couto e Silva - o regime militar não teve como ocultar da sociedade civil suas contradições. Fator este que contribuiu para acentuar o desgaste do sistema, tornando-se mais visível com as eleições de 1974, momento em que a "oposição" (MDB) evidenciou a possibilidade de formar maioria no Congresso Nacional até 1978.

No ano de 1977, o governo Geisel articulava sua sucessão, e os representantes da chamada "linha dura" indicavam outro nome que não coincidia com as pretensões de Geisel. Era o do Ministro do Exército, Gal. Sylvio Frota. Devido aos desentendimentos do presidente com o alto comando militar, pela indicação de Frota, e a falta de apoio da "linha dura" às medidas de liberalização, obrigou-se o Presidente a demitir o Ministro do Exército, demonstrando autoridade, domínio e liderança no Alto Comando.

Frota era contra a "abertura" e acusava o governo de
"complacência criminosa com infiltração comunista"²

Paulatinamente, o governo ia perdendo o monopólio das decisões devido às crises que surgiam internamente.

No desespero de manter a hegemonia, o governo de 1964 utilizou-se casuisticamente de um novo expediente eleitoral que, em 1977, marcou decisivamente os rumos da política, culminando com a reforma partidária de 1979. Este expediente eleitoral foi denomina

do "pacote de abril", e foi enviado pelo Executivo (decreto-lei nº 1540/77).

Para evitar que o Movimento Democrático Brasileiro (**MDB**) obtivesse sucesso também nas eleições de 1978, como ocorreu em 1974, o governo manteve para essas eleições a Lei Falcão, criada em 1976, pretendendo com ela, impedir o crescimento das oposições.

Essa lei favoreceu o partido governista, dando-lhe acesso aos meios de comunicação (rádio e televisão) sendo que à oposição só era permitido colocar a foto do candidato e a leitura do seu currículo. Assim ficavam garantidos vinte e um (21) senadores para a Aliança Renovadora Nacional (**ARENA**) e um (01) para o MDB, todos eleitos indiretamente (senadores biônicos); estratégia também aproveitada para as eleições de 1978.

Os conservadores brasileiros preocupavam-se muito em evitar o conflito de classes. Era uma estratégia da direita manter os debates político-conjunturais fora do alcance da classe trabalhadora, evitando, com isso, que ela se organizasse e obtivesse algum poder nas eleições ou movimentos paralelos.

Essa era uma das argumentações que sustentava o discurso liberal e centrista dos partidos de direita e, por sua vez, da Doutrina de Segurança Nacional. Era um artifício de sustentação dos ideais da democracia ocidental cristã e base "ideológica" para o discurso político conservador.

2.1.2- A Nova Conotação do Discurso sobre Democracia

O candidato do Gal. Geisel, à sua sucessão, foi o Gal. João Batista Figueiredo, chefe do Serviço Nacional de Informações (SNI) em seu governo, e para vice escolheu o ex-governador de Minas Gerais, o engs Aureliano Chaves. Essa indicação foi endossada na Convenção Nacional da ARENA, em abril de 1978. João Batista Figueiredo assumiu o Comando Supremo das Forças Armadas em março de 1979.

No discurso de posse, o Presidente Figueiredo disse:

"Reafirmo... os compromissos da Revolu

ção de 1964, de assegurar uma sociedade livre e democrática... é meu propósito inabalável - dentro daqueles princípios - fazer deste país uma democracia...''^.

Constata-se, nesta passagem, um dado novo devido à importância dada à questão da democracia. Desde os tempos "aúreos" do autoritarismo, falava-se em restaurar a democracia no país, assim discursavam os "revolucionários" e os "subversivos".

As mais variadas facções políticas passaram a utilizar o termo "democracia": para fazer demagogia.

Schumpeter, conceitua a democracia:

"Democracia não é uma ideologia, não representa um valor ideológico em si mesmo, não tem o dom, de por si só definir o conteúdo ideológico... É um meio, não um fim".

«

Com a incursão do termo "democracia" no discurso do novo presidente, fez-se necessário perquirir até que ponto a transição para um regime não discricionário seria possível com a existência, ainda que informal, da Doutrina de Segurança Nacional (DSN).

Quando se falava em transição, admitia-se a vigência, ainda que oculta, de um outro regime, ora discricionário, que deveria evoluir para uma democracia, ora um "regime democrático", como dizia o presidente.

Para fins deste trabalho, entende-se **democracia** não como um regime político com uma ideologia própria, e sim como um método para tomada de decisões. E quando o termo é utilizado como se fosse um organismo, que encerre uma idéia própria com uma ideologia própria independente da conjuntura, constata-se que foi utilizado como uma falácia e casuisticamente.

Opta-se por interpretar a fala presidencial, referente à questão da democracia, no sentido de se fazer uma transição para que se saísse de um regime discricionário para um regime não discricionário, e não para um "regime democrático" como foi colocado.

Embora sendo transição, ela seria inviável enquanto perdurasse os mecanismos autoritários do governo revolucionário, co-

mo por exemplo, a Doutrina de Segurança Nacional (DSN), a Lei da Segurança Nacional (LSN) e outros.

A DSN tem como um de seus fundamentos básicos o "exorcismo" de qualquer matiz considerado pela Doutrina como "anti-democrático", que "macule" os ideais do mundo ocidental cristão.

O discurso sobre democracia era mais radical. Entre 1932 e 1964, a doutrina da Escola Superior de Guerra (ESG) sofreu uma intensificação ideológica em torno de si mesma, isto é, a Doutrina estava sendo construída para implementar sua própria política de ação.

Essa Doutrina excluía do regime democrático qualquer partido que preconizasse, em seu programa, os ideais do partido único, como por exemplo, o marxismo-leninismo e qualquer de suas facções.

Foram considerados criminosos políticos e enquadrados na LSN, todos os indivíduos que pertencessem a partido que fosse contra a ideologia oficial - a DSN.

A partir de 1979, a Escola Superior de Guerra faz uma readaptação no seu programa, reconhecendo a importância da oposição como legítima expressão da opinião pública, contrária à política do governo, mas ao mesmo tempo criou uma técnica "padrão de neutralização" do discurso crítico de opinião divergente.

Neutralizaram o discurso oposicionista de forma a manter o imobilismo das massas populares.

Entendiam eles que, apesar do avanço da "liberação" do início da "abertura", este processo ainda não estava acabado, porque eles entendiam que a sociedade civil e a sociedade política ainda não estavam em condições para o que eles chamavam de "democracia". Toda a contestação era vista como um ataque direto ao sistema.

Pensavam os setores mais progressistas que, antes de se falar em "impor" uma democracia à sociedade desarticulada, sem seus instrumentos de crítica, exilada de seu pensamento dentro de sua própria terra, fazia-se necessário mudar a estrutura do Estado, que era autoritária, permitindo que a sociedade legitimasse uma nova estrutura. Aí, estar-se-ia construindo um novo período.

rumo a um autêntico regime democrático, porque estaria sendo referendado pelo povo.

2.1,3[^] Estratégias Políticas (nos Bastidores da Política)

Seguindo a política liberalizante de seu antecessor. Figueiredo enviou ao Congresso Nacional, a prometida Lei de Anistia (lei nº 6683, de 28 de agosto de 1979) que trazia de volta para o Brasil, os exilados por crime político, como o Senador Luiz Carlos Prestes (do Partido Comunista Brasileiro - PCB) e Leonal de Moura Brizola (do Partido Trabalhista Brasileiro - PTB), ambos acusados de crime político, porque feriram os princípios, da chamada "democracia ocidental cristã", estipulada na DSN.

Com essa Anistia, se fazia necessário mudar a estrutura partidária em vigor, uma vez que chegariam, inevitavelmente, novas lideranças políticas. A Anistia era uma das estratégias da política de abertura. Ela desarticulava a oposição, e dava ao Brasil uma evidência de que a doutrina da ESG realmente estava sendo flexionada a favor de uma sociedade mais pluralista.

Inicialmente, o executivo enviou ao Congresso, em 21 de dezembro de 1979, a lei nº 6767. O artigo 22 da referida lei, modificava a lei nº 5682, de 21 de julho de 1971 (Lei Orgânica dos Partidos Políticos), extinguindo os partidos criados "como organização" (ARENA E MDB), para a manutenção do sistema em vigor. Com isso o governo reconhece a artificialidade da legislação que criou o bipartidarismo para justificar o regime implantado em 64.

Até a formação oficial dos novos partidos, os blocos então existentes, ou partidos informais não registrados ou que ainda não satisfaziam as exigências legais, deveriam organizar-se, observando os princípios da "fidelidade partidária", embora sem partidos.

Essa medida limitava a organização de partidos com a mobilização das bases populares. Possibilitava a criação de partidos mas, ao mesmo tempo, dificultava sua organização como instrumento de democracia, como canais legítimos de expressão dos vários seg-

mentos sociais 6

Com a Lei de Anistia e a posterior reformulação partidária, Figueiredo deixava claro que, além de ter autoridade e capacidade para enfrentar a "linha dura", iria dar continuidade à política de descompressão ou "liberalização" de Geisel-Golbery.

O estrategista do regime militar havia previsto desde as eleições de 1974 - ano que foi o divisor de águas, porque deu um certo reconhecimento ao MDB como partido de oposição - que era necessário mudar o quadro partidário, uma vez que a oposição se aglutinando como frente oposicionista, precisaria ser desarticulada. E a forma mais eficaz seria trazendo de volta o pluripartidarismo, e mantendo coeso o partido do governo através das "benesses" que o poder central poderia lhe proporcionar.

A oposição assumia seu papel, pedindo explicações sobre os desaparecidos nas mãos da Força de Segurança, a partir de 1964, ponto este que era vulnerável para os militares.

Com o advento da lei 6767/79 e o retorno de Brizola e outros líderes políticos, cassados pelo AI-05, parte da oposição iria se dividir.

2.1.4- Alguns Partidos Criados por Ocasão da Lei 6767/79.

Brizola, antigo líder oposicionista, exilado por crime político em 1964, foi beneficiado com a Anistia e recebido pela ARENA em dezembro de 1979, como o "cavaleiro da esperança" 7

Lutaram, inicialmente, pela sigla do Partido Trabalhista Brasileiro - PTB - Ivete Vargas, Brizola e Lula. Em 30/04/79, a revista Visão publicou um artigo dizendo que Brizola foi quem primeiro fez o pedido de registro do partido. Diziam, no artigo, que o trabalhismo de Brizola tinha inspiração marxista. Talvez este tenha sido o principal motivo para que o trabalhismo de Ivete Vargas obtivesse a aprovação do Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Em seus princípios doutrinários, entregues ao TSE constatava "... o primado do trabalhismo - fonte de todos os bens - sobre o capital, que é trabalho apropriado e acumulado, seja pelo Estado, seja pelos patrões..." E no item número três do documento, di-

zia que "... todo trabalhista deve ter plena consciência de que as únicas defesas contra a super exploração econômica de que dispõem os que defendem um trabalho remunerado para viver, são a liberdade sindical e o direito de greve..."⁸

O Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), extinto em 1965 pelo Ato Institucional nS 02, começou a reerguer-se com a reformulação partidária, mas dividido em dois grupos. A ressurreição da sigla era mais progressista e não estava coincidindo com o espírito que encerrava, em 1965, que Brizola e Ivete Vargas não tinham a mesma linha ideológica.

A divisão do trabalhismo, conforme o ex-deputado Doutel de Andrade⁹, então presidente da Comissão Provisória Nacional do PTB, liderado por Brizola, é muito antiga.

O antigo PTB foi fundado em 26 de março de 1945 e visava a ser o intermediário da relação do Estado com os sindicatos. Sua direção era formada, basicamente, por intelectuais que pretendiam fazer do partido um "partido de massa eleitoral."

O apoio que recebia da sociedade, caracterizava-o como um partido de massas, e seu programa partidário era voltado para as questões sociais populares.

Já em 1945, o partido dividia-se entre o PTB mais conservador, mais formal, e outro PTB mais ideológico, que pretendia uma nova política sindical, com reformas de base. Política esta que as forças conservadoras pré-64 impediram o Presidente João (Zou lart de implementar.

O cientista político Moniz Bandeira¹⁰ afirmava que "os motivos da divisão entre os dois PTBs foram as vinculações estreitas de D. Ivete Tati (ele afirma que Ivete não tinha o nome Vargas por que seu pai era Tati) com o Gal. Golbery.

Ivete queria impor ao partido nomes inaceitáveis por Brizola, como o de Jânio Quadros, Paulo Maluf, Jarbas Passarinho e outros¹¹

Conforme alguns autores, Ivete estaria, deliberadamente ou não, seguindo o caminho traçado pelo Gal. Golbery, no sentido de que apossando-se da sigla de uma legenda populista, logo a desmoralizaria, com o intuito de confundir a população e fazê-la es-

quecer a força política que tivera no passado.

Essa política vem ao encontro de nossa tradição partidária, promovendo a descontinuidade entre um e outro momento histórico.

Era preciso criar um outro PTB, diferente, e que não lembrasse o de Getúlio Vargas, para impedir que um partido progressista futuro viesse a se beneficiar com a ressurreição de um discurso que quase deu certo, ao menos, para manter-se no poder.

Para Ivete Vargas o trabalhismo deveria ser reformista e de ética cristã¹². A síntese era democracia-trabalhismo-nacionalismo. Como linhas de ação preconizava a luta contra o processo desumano e anti-social de acumulação de capital, a criação de uma Central Única dos Trabalhadores(CUT), e lembrava a ideologia da ESG.

Já o trabalhismo de Brizola condicionava a propriedade privada dos meios de produção e a livre iniciativa nas atividades econômicas do capital privado aos interesses coletivos.

Dizia Brizola¹³, "Acreditamos que a riqueza socialmente produzida deva ser socialmente distribuída." Lembrava o que a DSN definia como anti-democrático.

Evidencia-se que os dois PTBs tinham visões diferentes do trabalhismo.

O novo PTB, foi fundado em 26/03/79, e liderado pela deputada Ivete Vargas, após a longa disputa com Leonel Brizola

O atual programa do PTB, não evidencia uma única linha ideológica. A referência que se poderia chamar de ideológica, embora muito abstrata, está inserida no art. 39 de seu estatuto. Onde está definido o PTB como um partido nacionalista e democrático, no qual o trabalhismo é um instrumento de representação política.

Observa-se que não há nada de concreto, apenas afirmações que carecem de significação no plano real.

Um dos devaneios doutrinários do novo PTB consta no artigo 42 de seu programa, quando ele expõe seus objetivos:

"art. 42 - Lutar pelo direito de representação política dos trabalhadores por meio de legítimos trabalhadores."

Torna-se difícil compreender o que os ideários do partido pretendiam dizer com "legítimos trabalhadores."

A partir de sua fundação e com as modificações na legislação, o PTB arriscava não obter o número suficiente de membros fundadores para eleger a comissão diretora nacional para constituir-se em partido, e ter que concorrer nas eleições de 1982 como bloco parlamentar e não como partido.

Conforme a lei eleitoral um bloco parlamentar só poderia adquirir a condição de partido político se obtivesse, nas eleições gerais, uma fatia de pelo menos 5% do eleitorado nacional, distribuído em 09 estados e com uma votação mínima de **3%** em cada um.

Brizola, ainda sem partido, descartava a possibilidade de união com o Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) e/ou com o Partido Popular (PP). E, embora ainda os petebistas pretendessem cooptar Brizola para o partido, ele não aceitou por não se identificar com o novo partido e com os novos membros do partido. Assim, Brizola resolveu criar um novo partido, o **PDT** (Partido Democrático Trabalhista).

Até 1980, o Partido Democrático Trabalhista (PDT), não cresceu muito. A maioria dos "brizolistas" ficaram no PTB de Ivete, só o acompanhando, alguns históricos, como Bocaiúva Cunha, José Maurício e Lysaneas Maciel.

Confirmou-se mais uma vez que, no Brasil, os políticos estão mais preocupados com as questões pessoais emergentes, com as vantagens que certas adesões ou coligações poderão lhes trazer, do que manter viva a memória de uma sigla histórica, embora populista, como foi o PTB nos anos 45/64, haja vista o apoio maciço dos ex-petebistas a Ivete Vargas e não a Brizola. Ivete Vargas tinha o apoio do Ex-Presidente Jânio Quadros, e isto a favorecia nas urnas.

Imediatismo, clientelismo, fisiologismo, em primeiro lugar, e, em segundo lugar, a ideologia partidária.

O fisiologismo, constituído pelo imediatismo, clientelismo, paternalismo e mandonismo, confirma novamente qual é a "ideolo

gia partidária”, dando a nossos partidos um objetivo estritamente eleitoral.

O PDT, quando foi criado, tinha como um de seus objetivos básicos, lutar pela “unidade de todas as correntes do movimento popular...” este movimento, a partir das bases populares, não

somente proporcionaria a unidade dos partidos de oposição, como seria a condição essencial para a democracia no país ¹⁷

Considerava-se um partido que defenderia a democracia, o nacionalismo, o socialismo.

Este partido afirma, em seu manifesto e programa, que re

presenta o Trabalhismo Democrático; e visa a uma sociedade democrática e socialista. É, pois, um partido populista e nacionalista ¹⁸

que pretende implementar um socialismo democrático.

Em relação ao papel das Forças Armadas, o PDT propõe a extinção dos órgãos de repressão e defende que elas devam zelar pela integridade nacional, mas lhes retira a defesa das instituições.

Outro partido, criado por ocasião da reforma partidária de 1979, foi o Partido Popular (**PP**), idealizado por Petrônio Popetela e Tancredo Neves. Era por eles considerado de “centro liberal. “Definiam-se, como declarou Tancredo Neves,” opositores ao governo e não ao regime.” Primeiramente, o PP foi chamado de Partido Democrático Nacional (PDN) por Magalhães Pinto e Tancredo Neves.. Era formado pelos dissidentes da ARENA e “fisiológicos” do MDB.

Consideravam-se partido “de centro”, objetivando fazer uma “oposição responsável e confiável” ¹⁹

Em 24 de março de 1979, trinta e oito ex-arenistas e cinquenta ex-emedebistas assinaram registro no Partido Popular, partido que ganhou este nome por insistência de Tancredo Neves, o partido da “oposição moderada e leal.”

Nessa mesma data, Tancredo Neves faz críticas ácidas ao PMDB, quando este recebe o apoio do Partido Comunista Brasileiro (**PCB**), diz que eles “têm uma mesma linha de coerência e identidade.” Só afirmou isto porque, nesta época acreditava que o PP iria prosperar.

Já na época em que foi criado, o Partido Popular Brasi-

leiro (PPB) dividia-se internamente entre ex-pessedistas como Magalhães Pinto (queria que o partido se chamasse PDN) e ex-udenistas como Tancredo Neves (desejavam que o partido se chamasse PDS - Partido Democrático Social).

Nesta data, Tancredo oficializou a criação do novo partido: "... é hora de conter a corrida das esquerdas ideológicas..." .

Nasceu o PP (Partido Popular). Partido, considerado por ele como de "centro-esquerda, reformista de inspiração cristã na sua política social, de linha oposicionista leal e responsável."

Entende-se tratar de uma trama justamente para confundir a população e vem confirmar também que esta é a ideologia: confundir, para neutralizar, as tendências que poderiam viabilizar um processo mais aberto.

Pela sua postura, entende-se que o PP foi um braço do regime militar, tanto pelos seus figurantes como por suas propostas, programa e estratégia política. Haja vista que, em maio de 1980, líderes deste partido tentaram convencer os militares a implantarem o sistema parlamentarista como "salvação para o regime ora vigente" . Como foi em 1961, como manobra e não como uma constatação de que seria a forma mais democrática pelo funcionamento das instituições.

O PP foi criado, oficialmente, em 07 de julho de 1981, pelo então senador Tancredo Neves, pelos deputados federais Magalhães Pinto, Thales Ramalho e Miro Teixeira. E foi extinto em 20 de dezembro de 1981, como reação ao pacote eleitoral de novembro de 1981 .

Esse pacote motivou também o rompimento do governo Figueiredo com o presidente do PMDB, Ulysses Guimarães. Vinculava o voto à necessidade dos partidos apresentarem candidatos em todos os níveis, vedando coligações partidárias, era entendido por Ulysses como uma nova forma de o executivo dissolver as lideranças oposicionistas que estavam sedimentando-se.

De fato, esta nova legislação unindo o PP ao PMDB dividiu a liderança do PMDB, de um lado ficavam os "tancredistas" e de outro os "ulyssistas". Sendo que os primeiros eram mais confiáveis para os militares.

O PP formado por lideranças historicamente conhecidas como conservadoras, pretendiam, com as eleições de 1982, unirem-se ao Partido Democrático Social (**PDS**) para dividirem com estes as benesses do poder.

Em função, basicamente, deste pacote, o PP dividiu-se, sendo que Roberto Campos, Magalhães Pinto e Thales Ramalho migraram para o PDS, e Tancredo e outros - fisiológicos mais evidentes - forém cooptados pelo PMDB. Este, por sua vez, afastava-se cada vez mais da possibilidade de fortalecer-se como partido.

Desde o golpe militar o então MDB aglutinou, por deliberação do próprio regime, todas as forças opositoras cuja existência era permitida (confiável).

- Desde então, o partido "não conseguiu separar-se dessa destinação", arregimentando sob sua sigla, toda vez que havia uma crise institucional, elementos de qualquer vertente ideológica.

Em 30 de abril de 1979, a revista Visão publicou nota dizendo que o então presidente nacional da ARENA, José Sarney, propunha um novo programa para seu partido. Propunha um partido mais reformista para desviar a imagem que poderia ter ficado na memória nacional, de ser um partido que apoiou e obedeceu ao governo militar, fiel ao Palácio do Planalto desde 1966, e beneficiado com todos os "pacotes e casuísmos legislativos." Sarney propôs a mudança do programa para tentar a sobrevivência da sua legenda no poder.

Para elaborar o novo programa, contou com o apoio do ex-ministro Afonso Arinos de Melo Franco (ARENA), do ex-governador Abreu Sodré, Jarbas Passarinho, ele próprio e Petrônio Portella. Propôs que a ARENA fosse transformada num partido de centro. Pretendia construir um partido liberal mas que não fosse ideológico.

A ARENA adotou a sigla PDS (Partido Democrático Social), e tornou-se um partido cujo programa e manifesto são de "uma verdadeira democracia social", embora sua prática deixe muito a desejar, como será visto, posteriormente, quando toma decisões no poder.

Quanto ao programa, existem algumas contradições, embora mínimas considerando a prática. No manifesto, eles afirmam que não

seria um partido de "gabinetes ou laboratórios"; como a antiga ARENA, mas construído "de baixo para cima", e que não desejavam ser um partido "ideológico, dogmático, mas um partido de idéias... raízes profundas no passado..."^{2 4}

Se têm raízes no passado, e é partido de idéias, como pode ser desideologizado? E qual é o seu passado?

2.1.5- As Primeiras crises do Partido do Governo e os Rumos da "Abertura"

O final do ano de 1979 marcou o início das dificuldades econômicas, com uma inflação de 77%, considerada a mais alta desde 1964.

Em abril de 1980, os metalúrgicos do ABC paulista iniciaram uma greve com 300.000 operários. Eles reivindicavam um aumento real de salário em 15%, mais 40 horas semanais, representação sindical e estabilidade no emprego²⁵

Nesse episódio, vários grevistas foram presos, dentre eles o líder dos grevistas e presidente do Sindicato dos Metalúrgicos, Luís Inácio da Silva - o Lula . Essa greve durou quarenta e um dias (41) e os trabalhadores tiveram que voltar ao trabalho tendo suas reivindicações frustradas²⁶

Em novembro de 1980, o Congresso Nacional aprovou uma Emenda Constitucional, encomendada e patrocinada pelo poder executivo, reintroduzindo as eleições diretas para governadores e senadores, mantendo os biônicos. Todavia essa emenda anulava parcialmente o "pacote de abril".

Embora casuísticas, as medidas provocaram a ira dos setores mais conservadores que não concordavam com a "abertura". Entre 1980 e 1981, uma onda de violência ameaçava as instituições e locais onde havia mais liberdade de expressão.

Colocava-se em ação o chamado "terrorismo de direita"

A imprensa, por exemplo, foi atacada, indiretamente, através de explosões a bancas de revistas, uma forma de manifestar desagrado pela liberdade de imprensa.

A Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) também recebeu uma

espécie de aviso, através de uma carta-bomba que acabou matando
 uma secretária em agosto de 1980²⁸

Os atentados foram se intensificando e, em 30 de abril
 de 1981, aconteceu outro atentado, ainda maior, que colocou em cheque
 que o governo Figueiredo e sua política de governo, que foi a ex-
 plosão da bomba do "Riocentro"²⁹

Conforme Skidmore³⁰, teria sido este o incidente respon-
 sável pela desestabilização do governo e que teria precipitado o
 final dos governos militares. Esse episódio intensificou as crises
 dentro do partido governista e no interior da corporação militar,
 uma vez que houve omissão deliberada por parte do órgão que deveria
 a tomar a iniciativa de descobrir e punir os responsáveis.

O gal. Golbery tentava resgatar a credibilidade do gover-
 no, fazendo pressão para que fossem punidos os responsáveis pela
 explosão da bomba. Mas o governo não acatou.

Em fevereiro de 1980, o Superior Tribunal Militar (STM),
 condenou Lula em aplicação a Lei de Segurança Nacional (LSN) por
 liderar uma greve que foi declarada ilegal. Mas, em abril de 1982,
 o mesmo TSM revogou a condenação e o seu enquadramento na LSN³¹.

2.1.6- As Eleições de 1982

Como foi visto anteriormente, as eleições de 1980 foram
 adiadas porque o PDS receava não conseguir vencer. O PMDB concor-
 dou com o adiamento porque também temia não conseguir organizar-se
 da forma como exigia a nova Lei Eleitoral³².

Essa nova lei exigia que os partidos apresentassem candi-
 datos para governador, em cada estado, medida que dificultava a vi-
 da dos pequenos e recém-criados partidos.

Em julho de 1982, prevendo a derrota do PDS, o governo
 enviou ao Congresso Nacional uma Emenda Constitucional que altera-
 va a composição do Colégio Eleitoral.

Tratava-se da Emenda Constitucional nº 22, de 29 de ju-
 lho de 1982. Ela instituiu o voto distrital, misto majoritário e
 proporcional. E no seu artigo 216, especificava que as eleições de
 15 de novembro, daquele ano, deveriam ser feitas exclusivamente pe

3 3

lo sistema proporcional

Com a acumulação prevista para 1982, o governo cometeu um primeiro engano, pensando que as eleições gerais para todos os níveis, exceto para Presidente da República, favoreceriam o partido governista - o PDS.

O ano de 1982 foi marcado, portanto, pelas eleições para governadores, deputados federais, estaduais, senadores. Todos eleitos diretamente.

O PDS e o PMDB tinham acesso à melhor propaganda eleitoral em detrimento do PT, PTB, PDT que dispunham apenas de cabos eleitorais voluntários.

Os resultados das eleições de 1982 foram os seguintes

3 4.

"Votação e cadeiras obtidas pelos Partidos no Senado, Câmara Federal e Assembleias Estaduais nas eleições de 1982".-

Partidos	Votação (em %)	Nº de cadeiras		
	Câmara Federal	Senado	Câmara Federal	Assembleias Estaduais
PDS	36,7	46	235	476
PMDB	36,5	21	200	404
PDT	5,0	1	23	36
PTB	3,8	1	13	18
PT	3,0	0	8	13
Votos em branco e nulos	15,0			
Total	100,0	(69)	(479)	(947)

O PDS teve uma redução de 33% sobre um total de votantes para deputado federal (41,0% para 36,7%) e de 51% nas eleições para deputado estadual (de 41,1% para 36%)

Nessa ocasião, o PDS equiparou-se ao PMDB na Câmara Federal, mas o PMDB perdeu sua bandeira histórica de oposição ao governo e aos grupos oligárquicos, com o surgimento dos três novos partidos que disputavam o eleitorado trabalhista, que eram o PDT, o PTB e o PT. O PMDB também perdeu votos com a incorporação do PP uma vez que este traria votos da antiga ARENA.

O PDT, por arregimentar a liderança carismática e o discurso populista de Leonel Brizola, recolheu mais votos de zonas urbanas mais pobres, porém tentou manter vínculo entre a prática e a teoria ideológica declarada em seu programa, fato que não ocorreu com o PTB que também aglutinava o eleitorado pobre e de zona urbana. Mas este último perdeu a consistência programática, tornou-se um partido "solto no ar", artificial.

Eleitoralmente falando, o único partido de oposição, que se poderia dizer "nacional", era o PMDB. O PT, PDT e o PTB, não tinham muita expressão a nível nacional.

O PT se caracterizou, em São Paulo, como partido das classes operárias e, ainda que aparentemente paradoxal, reunia jovens universitários progressistas, sendo que, para obter votos, usava o discurso dirigido à classe dos operários industriais.

A nível nacional, a oposição, embora com 59% dos *votos, não obteve maioria no Congresso Nacional, que iria formar o Colégio Eleitoral para escolher o sucessor de Figueiredo em 1984.

Os quatro partidos de oposição juntos, na Câmara dos Deputados, tinham maioria de 240 contra 235 do PDS, porém, no Senado, o PDS tinha uma vantagem de 46 contra 23 da oposição, devido aos Senadores Biônicos. Portanto, no Colégio Eleitoral, o PDS tinha 359 votos garantidos, contra 321 das oposições^{^^}.

De 1982 em diante, o PDS perdeu, consideravelmente, o número de eleitores. Conforme pesquisa da Folha de São Paulo, o "PDS reteve somente 56% dos que votaram nele em 1982...", porque o partido governista começou a apoiar as eleições indiretas para Presidente da República.

A oposição fez nove governadores nos estados maiores. Dentre eles o do Rio de Janeiro com Leonel Brizola do PDT, São Paulo com Franco Montoro e Minas Gerais com Tancredo Neves, ambos do PMDB.

Como a maioria da população pretendia eleições diretas para Presidente da República, o PDS teve que optar: ou defenderia os interesses da maioria da população ou iria contra. Diante destas únicas hipóteses possíveis, teria dificuldade em indicar um no

me que ainda tivesse um pouco de reputação e credibilidade, caso optasse por apoiar à população. O único candidato do PDS, que ainda não tinha sido totalmente repudiado perante a opinião pública, era o de Aureliano Chaves. Mas o partido estava ainda em dúvidas entre Aureliano Chaves, Paulo Maluf e Mário Andreazza.

Embora a maioria do PDS não concordasse com as diretas, o governador de Santa Catarina, Espiridião Amin, aumentou consideravelmente sua popularidade quando, publicamente, se manifestou a favor das diretas.

Figueiredo, até este momento, ainda tinha certa credibilidade por causa de suas medidas redemocratizantes, mas seu prestígio começou a diminuir quando passou a defender o casuísmo de suas sucessão via Colégio Eleitoral.

Para se obter uma eleição direta e democrática para Presidente da República, entendia-se que, primeiramente, dever-se-ia fazer democracia a nível interno, no partido político, na legislação eleitoral, nas instituições de modo geral. O candidato às eleições presidenciais deveria representar um partido nacional com interesses nacionais e não os de um grupo ou região.

A formação moral do eleitor brasileiro exige que seu líder comungue dos princípios da "moral pequeno-burguesa, ocidental, cristã". Moral esta que foi imposta, artificialmente, pela classe dominante, principalmente através do poder condicionado e/ou condigno³⁸, inserido e dissimulado na DSN.

O PDS e o PMDB (ARENA/MDB) partidos que sempre confirmaram a tradição maniqueísta esquerda/direita, polarizam, em consequência, a opinião pública, mantendo-se fiéis ao sistema e satisfazendo as expectativas do eleitorado que estava condicionado a este jogo (de cartas marcadas).

Mas com a intensificação da crise de legitimidade pelo qual o sistema estava passando desde 31 de março de 64, os partidos não puderam ocultar a moral fisiológica da política. Por isso declinaram, a sociedade civil, favorecendo o PT e o PDT que tentavam desfazer aquela imagem do político, criada pelo regime militar.

De certa forma, até 1982, o sistema partidário continua-

va bipartidário. Eram o PDS (ex-ARENA) e o PMDB (ex-MDB), os partidos que tinham maior representação no Congresso Nacional.

Os anos de 1983 e 1984 foram marcados pela implementação de um novo "discurso oficial", que pretendia reunir membros da sociedade civil para fazer um novo "senso comum".

Era a confirmação e o fortalecimento do discurso sobre "democracia" com um novo matiz, unindo-se nesta batalha lideranças de várias linhas ideológicas. O político sobrepunha-se, neste momento, ao ideológico, em nome da "redemocratização". Os interesses emergentes de classes sofreram um recuo em prol de algo que se dizia maior, que envolveria toda a sociedade brasileira: A campanha pelas eleições diretas para Presidente da República.

O discurso sobre democracia quer nos fazer acreditar que ela é um valor em si mesma, mas não é. Democracia se contrói na luta do dia-a-dia, na legitimação dos mecanismos de poder, utilizados pelo Estado na administração dos bens públicos. Como retórica,

é um discurso falacioso porque é populista e demagógico.

A democracia, segundo Weffort³⁹, "acontece quando o povo participa de mecanismos cuja legitimidade reconhece".

Em 1983, os governos estaduais sentiam mais necessidade de apoio financeiro do governo federal. Devido a esse fato colocavam em risco sua popularidade (principalmente o PMDB e o PDT). Em março desse ano, o Deputado Dante de Oliveira apresentou uma Emenda Constitucional propondo eleições diretas. Essa Emenda teve o apoio da Igreja, através do Cardeal Arns, do Secretário Geral da Confederação Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) D. Ivo Lorscheiter, da população em geral e dos partidos de oposição.

Nesse mesmo ano, o PMDB fez um comício em Goiás, com imensa participação popular em prol das "Diretas". Lula, Brizola, Montoro e Tancredo apoiaram o movimento.

A oposição, tendo conquistado o governo dos principais estados, deu, em 1984, importante apoio ao movimento popular das "diretas já", o que incentivou o governo a decretar Estado de Emergência em Brasília, como forma de manter a situação "sob controle".

O movimento "pró diretas" recuperou no cidadão brasilei-

ro á vontade de exercer o direito de opinar, que lhe haviam cerceado, relegando-o a um "limbo" político e institucional desde 1964.

A sociedade civil se reorganizava na luta pela democracia, contra os casuísmos dos "senadore biônicos", a Lei Falcão, a extinção dos partidos políticos, as alterações na legislação eleitoral e outros fatos. Até mesmo os eleitores do PDS, pediam eleições "diretas já".

"ELEITORES DO PDS QUEREM DIRETAS JA" AO

Eleitores do PDS nas capitais							
Na sua opinião, o próximo Presidente deveria ser escolhido por eleições:							
	S. Paulo	R. J an.	B. Horiz.	P. Alegre	Curit.	Salv.	M. Pond.
	%						%
Diretas	69,4	67,6	79,6	95,2	64,9	89,3	73,3
Indiretas	26,5	25,0	10,8	2,4	34,2	10,7	21,9
Não sabe	4,1	7,4	9,6	2,4	0,9	—	4,8
N2 de entrevistas	(170)	(148)	(83)	(82)	(111)	(168)	(762)

A campanha foi ganhando corpo, na sociedade, com a adesão de outros segmentos como a OAB, a imprensa (como o jornal Folha de São Paulo), artistas (como Fafá de Belém, Chico Buarque), retomando o espírito "cívico" dos brasileiros, o que fazia iniciar uma nova etapa da vida nacional.

Em 25 de abril de 1984, um ano após ter sido apresentada a Emenda Dante de Oliveira foi para ser votada, e para ser aprovada precisaria de 2/3 dos votos da Câmara e do Senado.

Com a mobilização em prol das "diretas", era inegável o crescimento do grau de conscientização política da sociedade, estava acontecendo um avanço incontido, o qual dava legitimidade ao movimento, enfraquecendo a autoridade do sistema.

Não era momento para um novo golpe, os militares não te

riam apoio nem do próprio partido que lhes deu sustentação até aquela data.

Mas era necessário conter essa expansão. O sistema arquitetou a criação de um fato novo para desviar os rumos da política. Propôs, na véspera da votação da Emenda Dante de Oliveira, uma outra emenda, a chamada "Emenda Leitão" ou Emenda Figueiredo. Este expediente propunha eleições diretas para Presidente da República em 1988, reduzindo o mandato do próximo presidente de seis para quatro anos, dando direito à reeleição e criava eleições em dois turnos, se o candidato mais votado não obtivesse maioria absoluta.

Assim este "fato novo" poderia dividir as opiniões na hora de decidir a Emenda Dante de Oliveira.

Embora com os maiores comícios já realizados no Brasil, o governo novamente utilizou-se de medidas autoritárias para o dia da votação da Emenda, em 25 de abril de 1984, impondo Medidas de Emergência, em Brasília. Com estas medidas, o governo tentava impedir manifestações populares a favor da emenda, deixando o Congresso Nacional livre de qualquer pressão.

Assim a Emenda foi derrotada por 22 votos. Era necessário 320 votos num total de 479 congressistas, e a Emenda recebeu 298 votos, sendo que destes, 55 eram do PDS.

"Votação da 'Emenda Dante de Oliveira'... na Câmara Federal"

Partidos	A favor	Contra	Ausentes	Abstenções
PDS	55	65	112	3
PMDB	200	NENHUM	NENHUM	NENHUM
PDT	23	NENHUM	NENHUM	NENHUM
PT	8	NENHUM	NENHUM	NENHUM
PTB	11	NENHUM	1	NENHUM
Sem filiação	1	NENHUM	NENHUM	NENHUM
Total	298	65	113	3

O principal casuísmo utilizado pelo governo, nessa ocasião, foi a decretação das medidas de emergência para impedir que a população sensibilizasse os políticos na hora da votação, e a au

sência, previamente, combinada de membros do partido governista.

Essa última medida obteve sucesso, recebendo a emenda uma abstenção de 113 parlamentares (todos do PDS), e dentre eles cita-se Bonifácio Andrada (PDS-MG), Magalhães Pinto (PDS-MG), Thales Ramalho (PDS-PE), e Paulo Maluf (PDS-SP) .

Dos que votaram contra a Emenda, cita-se os nomes de: Ricardo Fiúza (PDS-PE), Amaral Neto (PDS-RJ), e Nelson Marchesan (PDS-RS).

Com a derrota da emenda das diretas, fortaleceu-se a oposição e evidenciou-se a ilegitimidade do regime que então agonizava.

Restava ao governo criar um novo incidente para tentar desarticular a oposição. Entendia o então ministro da Justiça, Ibraim Abi Ackel, que a Emenda Leitão, proposta pelo governo, não seria aprovada dado o alto índice de politização por que, agora, estava passando a sociedade civil. Restava ao Planalto outra alternativa, já que a população queria "diretas já". Era a criação de um mandato Tampão para efetivar a conciliação nacional. Figueiredo seria reeleito por um mandato de dois ou três anos, e convocaria eleições diretas para Presidente da República.

O movimento das diretas levou o partido governista PDS a uma crise interna muito séria, deixando o país praticamente sem uma liderança. Em primeiro lugar, havia a indecisão ou a falta de vontade de Figueiredo para indicar um nome para sua sucessão.

Em segundo lugar, depois da Convenção do PDS ter escolhido Paulo Maluf para disputar no Colégio Eleitoral, consolidou-se a cisão dentro do partido e do governo.

Este foi o estopim para a explosão do PDS, provocando a criação de um novo partido, o Partido da Frente Liberal - PFL. Integrado pelo ex-presidente da ARENA, José Sarney e o então vice-presidente da República, Aureliano Chaves.

O PFL não quis insistir com o nome de Aureliano Chaves para concorrer com Paulo Maluf, porque seu nome lembrava muito sua recente vinculação com o regime militar.

Observa-se que devido à crescente conscientização popular e conseqüente aumento da politização da sociedade, à atenção

que se deu aos problemas nacionais, principalmente à questão da cidadania e da legitimidade do poder governamental, foi necessário mudar o discurso político.

Houve um deslocamento na retórica dos partidos. O populismo teve seu momento culminante, propiciando um novo alinhamento de tendências.

O maniqueísmo esquerda/direita cedeu lugar para a "voz" popular. Nascia uma nova forma de obter o consenso. Os valores pelo qual se definia um partido para obter votos foram modificados.

O conflito se fazia do ponto de vista daqueles que apoiavam ou não a continuação do governo militar.

Era o momento de se desarticularem os grupos ideológicos. Dissolviam-se as ideologias e abria-se um espaço para o populismo, tanto de direita quanto de esquerda, e enfatizava-se a questão da democracia "moderna". Surgia um novo discurso sobre 'democracia.

Em função disso, precisava-se desaglutinar os grupos que ainda, formavam idéias para obtenção do poder via processo eleitoral. Dissolviam-se os partidos que tinham propostas "ideológicas" e criava-se uma noção nova de partido. O partido ideológico cedia lugar para as "frentes" populistas.

Em agosto de 1984, a Convenção Nacional do PMDB homologou a candidatura indireta de Tancredo Neves e do Senador José Sarney a presidência e vice-presidência da República. Tancredo Neves obteve 656 dos 688 votos apurados. Sarney ficou com 543, 113 a menos que Tancredo Neves

Logo após o resultado, Tancredo fez um discurso reafirmando os principais pontos do programa da Aliança Democrática. Coni prometiam-se a convocar o "poder constituinte para com urgência necessária, discutir e aprovar nova Carta Constitucional"

Oficializou-se, então, a Aliança Democrática, como uma "frente oposicionista", através de manifesto de União do Partido da Frente Liberal com o PMDB, em 07 de setembro de 1984. Tancredo Neves como conciliador e candidato de consenso entre as esquerdas para disputar a sucessão de Figueiredo no Colégio Eleitoral.

A Aliança tinha, para candidato à vice presidência, o

nome do "ex-udenista", "ex-arenista", e recém "ex-presidente" do PDS, José Sarney. Considerado um tipo político equilibrado, o qual as forças conservadoras poderiam confiar para disputar o cargo.

Tancredo Neves estreitou contatos com o Gal. Geisel e os militares mais influentes, recebendo destes todo o apoio necessário .

Embora ex-udenista e ex-pepista, Tancredo Neves tinha seu passado fisiológico já esquecido, principalmente, porque setores da sociedade como a mídia, principalmente através da Rede Globo de televisão, se encarregaram de preparar a opinião pública neste sentido. Além de outros fatores que contribuíram para direcionar este evento, pode-se citar a derrota das "diretas", a fusão do PP ao PMDB, transformando este em uma frente popular, retirando-lhe toda a ideologia que teve ou teria, e descaracterizando-o como partido, além dos casuísmos na legislação eleitoral manipulada.'

A maioria das forças políticas e segmentos da sociedade esqueceram-se do passado "fisiológico" de Tancredo Neves, exceto alguns políticos e/ou líderes políticos.

O PT, no momento em que a população estava totalmente envolvida em recuperar seus direitos políticos, preocupava-se com a história, isto é, com o passado do qual o presente estava se fazendo. O PT, inicialmente, não quis apoiar a Aliança Democrática, entendendo que o objetivo havia sido desviado. O movimento popular era em prol de "diretas já" e não indiretas via Colégio Eleitoral.

Mas devido às pressões populares e para manter a coerência com sua política, o PT obrigou-se a ceder ao movimento. A frente que estava se formando, devido ao movimento sob o comando agora, da Aliança Democrática, teve resistência também do PDT. Este condicionou seu apoio a Tancredo Neves se ele fizesse um governo de no máximo dois anos⁴⁵

Em 15 de janeiro de 1985, o Colégio Eleitoral deveria escolher entre Paulo Maluf e Tancredo Neves. E escolheu Tancredo Neves e José Sarney, por 480 votos num total de 686, e Paulo Maluf foi derrotado obtendo apenas 180 votos, com 17 abstenções e 09 ausências. Tancredo teve o apoio de 175 do PMDB e 166 do PDS .

As vésperas de sua posse, 15 de março de 1985, na Presi-

dência da República, Tancredo Neves é obrigado a se submeter a uma intervenção cirúrgica de urgência, e vem a falecer em 21 de abril do mesmo ano. Este foi o destino do primeiro presidente civil ou da chamada "transição democrática".

O processo de abertura, como disse Lamounier⁴⁷ se deu principalmente, via eleições. Concorde-se com o autor, em termos.

Sabe-se que o voto é a regulamentação do direito de participar. Negar este direito ao cidadão de um país, é torná-lo estrangeiro em sua própria terra. Mas este instituto tem sido violado desde que se "inventou" o chamado "sistema representativo". Quando o resultado não sofre manipulações diretas do poder executivo, sofre manipulações, de forma ainda que indireta através das Forças Armadas, do poder econômico, do poder legislativo ou de qualquer outro de seus braços auxiliares.

Neste sentido, concorda-se com Skidmore :

48

"... a condição de um partido utilizar se ou não dos benefícios clientelísticos do Estado para ganhar apoio dos grupos sociais, vai depender da forma como o partido inicialmente estabeleceu ligações com suas bases populares. Será esta ligação que determinará o caráter do partido em termos de mecanismos que deverá acionar para manter esta base".

Além disso, evidencia a "guerra surda entre os poderes Executivo e Legislativo"... "o primeiro quando se hipertrofia, exprime e ditadura, o autoritarismo... o segundo quando diminuído em suas prerrogativas e funções representa a decadência do poder civil... a queda da democracia e da participação"

49

Donde se percebe que, se o processo de transição brasileira se deu unicamente via eleições, como interpretou Lamounier, este processo não foi legítimo, pelo fato de se constatar que o sistema representativo, dificilmente, representa o que a teoria indica, e a legislação eleitoral foi, várias vezes, manipulada em benefício do partido governista, como ficou evidenciado pela história.

2.2 - A "Transição Democrática" para a "Nova" República

2.2.1 - Aliança Democrática e a "Transição"

Lembra-se que a "transição" brasileira teve início com o processo de "distensão" do Presidente Ernesto Geisel, graças a sua política liberalizante que foi prevista para ser feita num processo de "abertura lenta, gradual e segura".

Para fins deste trabalho será considerado apenas a última etapa da "transição". A partir da "entrega" do governo aos "civis" isto é, a partir de 1985 até a promulgação da Constituição de 1988. Os quatorze anos que antecederam, eventualmente, poderão ser indicados como referencial teórico.

Optou-se por entender que a chamada "Nova República" foi o produto de um jogo armado, combinado, previamente, entre a cúpula do regime militar e Tancredo Neves, para em nome deste, criar um novo "mito" e desarticular o movimento em prol das "diretas já". Entende-se que o movimento das diretas foi o que precipitou o nascimento da "Nova República".

Reitera-se que foi um jogo armado porque o governo e o partido que lhe dava sustentação - PDS - sentiram-se enfraquecidos e sem credibilidade (principalmente após o episódio do Riocentro). Desenvolveram-se, no interior do sistema, inúmeros conflitos entre os atores que compunham a cena política do momento.

Em função dos vários conflitos, a sucessão do presidente Figueiredo desenvolveu várias crises, principalmente no núcleo do então maior partido do país, o PDS.

As crises tiveram início no interior do planalto, pois o presidente Figueiredo desistiu de indicar um nome para sua sucessão, deixando esta missão para o partido decidir em convenção Nacional.

A Convenção escolheu o nome de Paulo Maluf (que também recebeu o aplauso do General Golbery), embora ele tenha sido, publicamente, repudiado pelo presidente Figueiredo desde as eleições de 1982, ocasião esta em que Maluf subornou vários parlamentares para ter seu nome indicado ao governo de São Paulo

De um lado o governo e o partido do governo enfraquecidos perante a opinião pública e, por outro lado, o PMDB, como maior partido da oposição, já dividido entre o grupo UNIDADE – liderado por Tancredo Neves e que pretendia uma acordo com a ala “moderada” do partido do governo, e o grupo TRAVESSIA – liderado por Ulysses Guimarães e que pretendia as eleições “diretas ja”⁵¹

Ulysses Guimarães sabia que este era o melhor momento para ele chegar à presidência da república, primeiro em função de toda a bagagem de luta, que trazia desde 1964, contra o regime militar e, em segundo lugar, pelo maciço apoio popular que teria em função do movimento das “diretas”.

Em busca de um acordo entre as “esquerdas”, o deputado Roberto Freire (PMDB), do grupo unidade, tentava, unir forças em torno de Tancredo Neves, candidato que iria disputar com Paulo Maluf, no Colégio Eleitoral.

A oposição aproveitou-se do movimento em prol das “diretas” para fazer sua campanha à sucessão presidencial. Por outro lado o governo não fez campanha alguma, deixando transparecer que estava consentindo com os rumos da política.

O equívoco cometido pela oposição neste momento foi de ter personalizado a campanha, a ponto de retirar a questão ideológica, neutralizando as idéias em torno de um programa de governo legitimamente elaborado e negociando o retorno da cidadania através de um discurso falacioso.

Nesse episódio as “esquerdas” se deixaram enganar pelo discurso populista e carismático de suas elites dirigentes. Este, quando usado em demasia, traz em si sua própria destruição.

O nome de Tancredo foi mitificado. Personalizaram a “transição”, transformando-o no primeiro instrumento, para a implementação do plano Golbery

Durante sua campanha para o Colégio Eleitoral, recebeu o título de “presidente da esperança”, observa-se aí o caráter populista da campanha, ponto vulnerável na sociedade civil.

Sabe-se que Tancredo tinha um programa mínimo de governo, o qual já havia tornado público durante a campanha das “diretas”. Ele dizia que iria fazer um governo de transição (de qua-

tro anos de mandato) descumprindo a Constituição, em vigor que previa um mandato de seis anos; abriria mão de dois anos de mandato em troca do apoio da sociedade ao seu governo. Tancredo nada mais era que um presidente "biônico", que recebeu uma "pseudo" legitimidade porque por vias indiretas. A sociedade pediu eleições diretas para presidente da República e em resposta à rejeição da Emenda Dante de Oliveira, a indicação de um candidato a presidência que seria eleito por um Colégio Eleitoral espúrio, porque era composto por senadores biônicos e mais uma legislação casuística.

A convenção do partido escolheu, por meio de acordos de lideranças ou Convenções Partidárias,⁵² um nome de consenso para fazer a "transição". Um nome que não perturbasse o processo de "abertura lenta, gradual e segura".

Se faz mister retomar os ensinamentos de Maquiavel⁵³ para lembrar o quanto o homem público está precisando conscientizar-se da "força". Colocando-a em prática, não no sentido demagógico mas como força social, poder legislativo eficiente e legítimo, fruto da vontade coletiva e consciente. Delineando, deixando transparecer os conflitos, rompendo com a ilusão da coligação de "todos com todos", reafirmando a autoridade governamental que se encontra em crise, dando ênfase especial à administração dos conflitos, que é o objetivo da democracia.

Tancredo Neves torna-se presidente escolhido no Colégio, Eleitoral. Escolhido, eleito, mas não empossado. Por ocasião de sua morte, surgiu o primeiro conflito constitucional da "Nova República" ou a primeira perversão jurídico-doutrinária. *Como ficaria a sucessão?*

Antes de sua morte, por ocasião da campanha, Tancredo Neves já havia tornado público seu programa mínimo de governo, onde prometia à nação (Carta Compromisso) um governo de transição, com um mandato de quatro anos, e a convocação de uma Assembléia Nacional Constituinte para remover toda a legislação autoritária, resta belecendo ao país o "legítimo Estado de Direito" com uma nova Constituição Federal.

Mas por ocasião de seu falecimento, era preciso definir como ficaria a sucessão. A Emenda Constitucional n201/69, em seu ar-

tigo 78, mencionava que a ordem para assumir a presidência no caso de impedimento ou de vagância do cargo seria: o vice presidente, o presidente da câmara, o presidente do Senado ou o presidente do Supremo Tribunal Federal. No caso assumiu, assumiu após a declaração de vagância feita pelo presidente do STF (Supremo Tribunal Federal), o vice-presidente, ^{II} na figura de José Sarney, embora o presidente não tivesse sido empossado no cargo.

Até chegar-se a esta conclusão, surgiram muitas críticas e dúvidas. Como deveria ser interpretado o artigo 78 da Constituição em vigor?⁵⁴

Surgiu aí, uma questão de interpretação da lei, sendo que para decidir dever-se-ia optar por uma interpretação doutrinária constitucional ou por uma argumentação política. Pela letra da lei não haveria quem sucedesse, exceto temporariamente, por trinta dias, período em que deveria ser feita nova eleição. Não haveria sucessor porque não houve presidente empossado no cargo.

Foi acordado entre as elites e o Congresso Nacional, que o sucessor do presidente, eleito e não empossado, seria mesmo José Ribamar da Silva - o José Sarney, embora Figueiredo tenha se omitido em passar a faixa presidencial a Sarney, por entender que ele não era um político digno do cargo e nem mesmo possuísse respaldo legal para tanto.

Sarney deveria assumir o governo, provisoriamente, até a convocação de uma Assembléia Nacional Constituinte.

José Sarney foi da "bossa nova da UDN" tanto quanto Tancredo, mas não tinha a mesma estrutura política deste. Não era confiável pelas forças que lutavam contra o autoritarismo porque, até pouco tempo, ocupava o cargo de presidente do partido que sempre dava sustentação ao regime militar.

Prometeu cumprir o programa de Tancredo Neves e não se utilizar dos expedientes do autoritarismo como Lei de Segurança Nacional, Decreto-Lei e outros. Prometeu convocar uma Assembléia Nacional Constituinte, o mais breve possível para decidir sobre o futuro da nação, e também no que diz respeito ao mandato e assuntos constitucionais mais urgentes.

Com a posse desse novo presidente, em 15 de março de 1985,

nasceu a chamada "Nova República" sob o governo da Aliança Democrática (coligação PMDB-PFL). Nesse momento, inicia-se uma nova fase: a "Nova República" foi tida como um "frankenstein", porque foi feita aos pedaços, dependendo do que o momento incitaria.

A primeira legislação da "Nova República" foi a Emenda Constitucional n225, de 15 de maio de 1985, uma nova distorção. Restaurava eleições diretas para Presidente da República, dando nova redação ao artigo 74 e 75 da Constituição em vigor. Esta emenda também possibilitava o voto ao analfabeto (art. 174, 42). Vedou para as eleições municipais de novembro daquele ano, a sublegenda e permitiu as coligações partidárias. Revogou as nomeações para prefeitos e governadores dos territórios, a infidelidade partidária, a disposição que previa a perda do mandato de Deputado ou Senador pela prática de atos de infidelidade partidária.

Revogou também o item IX do artigo 137 da Constituição, que dava como atribuição dos juizes e tribunal eleitoral a decretação de perda de mandato por Senadores, Deputados e Vereadores nos casos do artigo 152, 52 (infidelidade partidária ou abandono de partido sob cuja legenda fora eleito) - casuísmo.

E os atores, desse momento, foram os mesmos do período do autoritarismo. Desde o Presidente da República que, há poucos meses, atuava em "co-autoria" com o regime militar. Ministros de Estado que também participavam como cúmplices da repressão, (como Prisco Viana, Antônio Carlos Magalhães e outros 23 senadores "biônicos" remanescentes) estavam ainda participando daquilo que chamou de "novo período da vida política brasileira".

A existência do movimento em prol das "diretas" coagiu o novo presidente a fazer um governo de transição, porque, em 1984, clamava-se por eleições diretas e não por uma Assembléia Nacional Constituinte. A forma que o novo governo encontrou para obter certa legitimidade foi de prometer à nação convocar uma ANC para, desta forma, provocar uma ruptura jurídica no regime.

Com a posse de José Sarney, a questão do mandato ficou incerta'.

Qual o critério para definir o tempo de duração do mandato presidencial em se tratando de um governo que seria de transição?

o da Constituição em vigor, ou os acordos políticos que iriam se fazer no Congresso ao qual o presidente iria conferir poderes constituintes? Como fazer para ter o respaldo popular diante destas questões?

Com Sarney na presidência, tornou-se visível a divergência no interior da Aliança Democrática. O PMDB não estava satisfeito com um ex-arenista na presidência da República.

Devido ao "casuísmo incompetente" constatado com a proposta da Emenda Constitucional n.º 25/85, nasceu o primeiro governo da "Nova República" já enredado numa teia de questões jurídicas controvertidas.

A 27 de novembro de 1985, foi promulgada a Emenda Constitucional n.º 26, que convocava a ANC. Com esta emenda, surgiu novo conflito: se a constituinte era soberana ou não. Se teve como origem uma emenda, tratava-se de um poder constituído e não poderia um poder constituído e ilegítimo dar origem ao poder constituinte, que é originário do povo.

A partir daí decorreram várias outras dúvidas de ordem constitucional. Uma delas foi a forma como interpretar as decisões do poder executivo que teve eficácia jurídica embora contra a doutrina jurídica. Outra, de como propor uma nova ordem jurídica que acabasse com a constituição autoritária de 1967/69, legitimamente? Elegendo uma ANC? De que forma? Logo em 1985, como inicialmente pretendiam o PT e o PDT? Ou em 1986, junto com as eleições para governadores, como queriam o PMDB, PFL, PDS? O Presidente José Sarney optou por esta última data, alegando que o Congresso eleito se reuniria em ANC. Transformaria o Congresso em Congresso Constituinte com a soberania de uma ANC exclusiva. Para agilizar o processo, Sarney propôs a formação de uma Comissão para Assuntos Constitucionais que iria elaborar um projeto de Constituição. Era o projeto "dos notáveis" ou projeto Afonso Arinos

A partir deste projeto, os constituintes começariam seus trabalhos em 1987.

Nessa época, este projeto de notáveis foi muito criticado pelos partidos de oposição, embora fizessem parte da comissão além de especialistas em assuntos constitucionais, entidades da sociedade

de civil, como a OAB, de sindicatos e outros.

Esta emenda pretendia também alterar a organização partidária para dar sustentação ao governo. Mas tratava-se de uma sustentação artificial, porque era fabricada nos laboratórios do Palácio do Planalto. Dava popularidade, mas isto não assegurava a sustentação política de que o governo precisava. O voto ao analfabeto, a revogação da lei de fidelidade partidária, por exemplo, visavam à obtenção de votos nas eleições municipais em 1985, e para o Congresso em 1986.

O fato gerador da ANC foi uma Emenda à Constituição ora em vigor, e não um movimento popular como foi o das "diretas". Como se poderia falar em soberania, se não havia um poder constituinte originário?

Trata-se de saber se o ato do poder executivo é suficiente para dar a titularidade a um poder constituinte originário. Evidencia-se um vácuo entre o político, o social e o jurídico.

Há de se perquirir se a forma utilizada, se o "ato normativo" que deu origem a esta pretensa ruptura teria sido suficiente e legítimo para ocasionar uma verdadeira "revolução jurídica".

Entende-se que não. Tudo foi um jogo de "faz de conta", havendo um consentimento tácito da grande maioria, tanto oposicionista quanto governista, o que confirma a tradição política. Os partidos têm um perfil clientelista.

Novamente, deixou-se de cumprir uma decisão jurídica doutrinária optando-se por uma decisão política, uma vez que o presidente representava as forças conservadoras do "antigo" (mas nem tão antigo assim) regime.

No início de maio de 1985, o Congresso aprovou as leis que visavam à restauração das instituições políticas democráticas.

A primeira já foi vista, e restabelecia eleições diretas para presidente, eliminando o Colégio Eleitoral. Aprovaram o voto ao analfabeto e legalizaram o Partido Comunista.

Em relação à legislação arbitrária como a LSN, e o decreto 1077, (censura prévia) nada foi feito. Os partidos ainda estavam funcionando aos moldes de 1979. Até as eleições de 1984, havia uma tendência a polarizar a esquerda, no PMDB e a direita, no PDS.

A partir das eleições para o Colégio Eleitoral, precisamente após a Convenção Nacional do PDS que escolheu Paulo Maluf, começou a ruir esta polarização, enfraquecendo o maniqueísmo instituído, ainda que informalmente, após o golpe de 1964.

Com as eleições municipais de 1985, estabilizou-se mais este quadro, tendo o PDS e o PFL uma queda considerável, o PMDB perdeu as principais capitais para o PDT (Rio Grande do Sul e Rio de Janeiro) e para o PTB (São Paulo).

O eleitorado votava mais para o "centro-esquerda", mais à esquerda do que o PMDB se mostrava. Nesta época o PT cresceu consideravelmente, mas formava maioria a coligação PMDB-PFL em 1985, que já, nessa data, dividiam-se em diferentes facções.

O PMDB histórico tentou se beneficiar com a morte de Tancredo, apropriando-se do discurso daquele que obteve o consenso popular, e obrigando o presidente José Sarney a fazer o mesmo. •

O presidente soube tramar o jogo de forma a implodir com o PMDB e a Aliança Democrática. Vira novamente o jogo a favor da classe conservadora.

2.2.2 - As Eleições Para o Congresso Constituinte

Os partidos da Aliança Democrática em 1986, vincularam, oportunisticamente, sua campanha à campanha para governadores, já que a população em geral não tinha conhecimento do que significavam exatamente as eleições para a Câmara e o Senado, especificamente naquele momento. E não houve interesse por parte dos candidatos em fazer uma campanha mais esclarecedora, nem debates em função dos temas constitucionais.

Os constituintes foram eleitos sob influência do "Plano Cruzado" e à sombra das eleições para governadores e não em função das propostas ou ideologias.

O resultado das eleições de 1986, em relação aos membros que iriam compor o Congresso Constituinte, mostrou uma hegemonia aparente do PMDB. Foi aparente porque o partido já estava fracionado, internamente pelo menos, desde a formação da Aliança Democrática.

ca. ^«

Os partidos ou tendências aglutinadas na "frente" denominada Aliança Democrática foram rompendo o elo durante a "Nova República", tendo seu ponto mais significativo durante os meses de elaboração da Nova Constituição.

Durante a ANC, dissolveu-se a Aliança Democrática, criou-se o Centrão e manifestou-se a União Democrática Ruralista (UDR), nasceu o Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) e Partido da Renovação Nacional (PRN), dentre outros

A "Nova República" serviu como "divisor de águas", formou e esfarelou partidos, sendo o PMDB, o partido mais atingido devido a heterogenidade de propostas e de idéias entre seus componentes.

Bolívar Lamounier ^{5,9}, entende que nossa transição aconteceu via eleições, isto é, "a abertura foi regulada pelo "calendário eleitoral" e afirma que não foi uma "transição transada", um arranjo oligárquico ou um jogo armado®*^.

Concorda-se com o autor que a transição teve um aspecto plebiscitário, mas existem outras subquestões que estão inseridas nesta questão. Dizem respeito à forma como se deu este processo eleitoral, e à forma como se regulamentaram as eleições nestes 16 anos que antecederam a Constituição de 1988, sabendo-se que o sistema representativo é falho.

Entende-se que o fato de ter existido um processo eleitoral não excluiu a participação oligárquica, haja vista a atuação da UDR, com a forte influência do poder econômico e/ou dos "lobbies" militares.

Conforme a tradição político-institucional brasileira, estes fatores sempre estiveram presentes. E as eleições, partidos calendário e legislação eleitoral, sempre foram utilizadas, casuisticamente, como instrumentos do Poder Central.

O que a simples existência de eleições pode diagnosticar, é o "grau" ® ^ de legitimidade na representação dos partidos envolvidos em um processo eleitoral.

A autonomia dada pelo legislativo ao executivo, fez com que este comandasse toda a cena política em troca das benesses que concede ao Legislativo.

Muito pertinente foi a análise do cientista político Guillermo O' Donnell⁶² quando disse que a "atual transição Democrática é um imenso pastiche". Ele se atém aos diversos graus de continuidade, na influência que as Forças Armadas continuaram exercendo nas decisões de Estado, na presença do pessoal político-civil que participou do período do autoritarismo e que estão, hoje, novamente, aproveitando-se da situação. Aproveitando-se da falta de autoridade do Congresso, diante da influência exercida pelo Executivo para desviar os objetivos das forças mais progressistas.

Todo o processo que envolveu a Assembléia Nacional Constituinte serviu apenas para acalmar os ânimos e desaglutinar os grupos que estavam sedimentando-se.

Do ponto de vista de um possível progresso democrático, a "transição" foi um retrocesso, porque não permitiu o avanço de novas ideologias. Ela neutralizou este avanço. E, neste particular, a imprensa teve um papel importantíssimo (algumas vezes foi utilizada como instrumento para viabilizar esta política). Produziu uma imagem negativa do político, mas, por outro lado, intensificou a crítica. Este foi um fator positivo.

Em decorrência disto, houve também um avanço que foi o despertar da sociedade civil para os interesses nacionais. Desmitificando-se a imagem do político, construiu-se uma imagem mais verdadeira.

As discussões foram estendidas para fora de Brasília, para o cotidiano, fator que contribuiu para aumentar o grau de politização na sociedade brasileira.

2.3- Visão Militar do Funcionamento dos Partidos Políticos

(Casuísmos da Legislação Eleitoral)

63

Gramsci acreditava no partido político como mediador entre a sociedade civil e a sociedade política, isto é, acreditava que a sociedade civil conquistaria a sociedade política (Estado stricto sensu) via partido político.

Comentou-se, anteriormente, o desgaste histórico dos partidos políticos no Brasil em relação ao Estado e em relação aos próprios políticos. Os comportamentos reais ofuscaram qualquer ideologia

pretendida, reconduzindo um tipo desvirtuado que consiste na prática clientelista e nos mandonismos no interior do partido político, transformando o partido num grupo comandado pela vontade de um "chefe". A esta prática se convencionou chamar "fisiologismo".

O partido político, enquanto poder legislativo, não tem força política sem o apoio do poder executivo, e este perde espaço sem o apoio do poder militar. ("Quarto Poder" ou "Suprapoder").

Historicamente constatou-se que, desde o Império, principalmente a partir do Estado Novo em 1930, os militares tiveram uma participação considerável na política, se não diretamente no poder (período 1964 - 1985), ao menos indiretamente e nos momentos decisivos, como "Árbitros" do processo de sucessão política e/ou "guardiões" da Constituição.

2.3.1- Situação no Tempo 6 4

No Período Imperial, os militares participavam normalmente da vida política como cidadãos porque, nesta época, as Forças Armadas, ainda embrionárias enquanto poder político, não tinham uma ideologia muito definida além de uma categoria profissional. Deve-se excetuar o episódio da abdicação de D. Pedro I em 1831, quando a corporação militar aliou-se à população do Rio de Janeiro, pressionando a decisão do imperador.

Com a Guerra contra o Paraguai, o exército adquiriu importante papel político, influenciando decisivamente na Proclamação da República (o Exército apoiava os ideais republicanos, enquanto que a Marinha apoiava a Monarquia).

Como o Partido Republicano ainda era muito inexpressivo, o Exército consolidou um golpe militar no dia 15 de novembro de 1889, derrubando a Monarquia e proclamando a República.

Esse momento foi considerado como sendo a primeira intervenção militar, de forma direta, no poder, consubstanciada na figura do Marechal Floriano Peixoto, representante da classe média, militar. Esse figurante não foi escolhido por acaso. Ser representante da classe média, influenciava positivamente, tanto na classe militar quanto na maioria da sociedade civil, uma vez que era a classe

que mais ascendia no momento.

Após a Primeira Guerra Mundial, é trazida para o Brasil uma missão militar francesa. O objetivo era o de aperfeiçoar o oficialato brasileiro e de desenvolver culturalmente o indivíduo. Este fato marcou o início da socialização das Forças Armadas, quando os militares perceberam que, além da função profissional, poderiam participar na vida civil. A partir desse momento, nos anos vinte (1920) surgiu o movimento político-militar denominado "tenentismo".

Os jovens oficiais pretendiam substituir as elites dirigentes, por sentirem-se uma elite intelectual. Essa nova geração participou de vários movimentos como a Revolta do Forte de Copacabana (1922); a Coluna Prestes, desde o Rio Grande do Sul (1925 até 1927); a Revolução de 1930, quando sobem ao poder junto com Getúlio Vargas; o Golpe do Estado Novo (1937); a deposição de Vargas, em 1945; os dois pronunciamentos militares de 1955, que garantiram a posse de Juscelino Kubitschek; a Crise Político-Militar de 1961, decorrente da renúncia de Jânio Quadros; o Golpe de 1964 e, finalmente, a transição negociada para a "Nova República", em 1985.

A estrutura das Forças Armadas brasileiras mudou, substancialmente, com a Segunda Guerra Mundial e, o desempenho do Brasil, nesse conflito, proporcionou a alguns militares brasileiros, principalmente do Nordeste, sua participação, junto com os Estados Unidos da América, na invasão do Norte da África. Assim, o oficialato brasileiro começou a ter contatos mais estreitos com o exército norte-americano. Desde então, os EUA começaram a promover cursos de aperfeiçoamento para oficiais brasileiros das três armas.

Começa a mudar o papel das Forças Armadas (FFAA). O enfraquecimento da sua consciência profissional, colaborou para a politização dos militares e evidenciar a submissão dos militares brasileiros aos norte-americanos. Nesse momento, a ESG pretendia formar um alto nível de elites dirigentes militares e civis para influenciar o pensamento da ESG-ADESG (Associação dos alunos da Escola Superior de Guerra) entre a elite militar, a política-burocrát

ca e a empresarial.

A partir dos estudos e ensinamentos ministrados na ESG, difundiu-se, no Brasil, a Doutrina de Segurança Nacional. Foi transformada na Ideologia de Segurança Nacional, permeando todos os governos militares, até 1985.

Em 1964, houve a constatação das elites conservadoras de que o Brasil estava "ameaçado" de ser transformado em um república comunista, devido à forma como o então presidente João Goulart estava conduzindo a nação. Propunha uma série de reformas e, dentre elas, a reforma agrária e a sindicalização de soldados e oficiais. Estas medidas ameaçavam a disciplina e a hierarquia militar.

O Brasil passava por uma grave crise econômica. As exportações dependiam exclusivamente do café, e este, com preço instável no mercado internacional, provocava uma ameaça à tranquilidade dos produtores. Colocava o Brasil em uma situação delicada frente aos importadores, como os EUA, por exemplo.

Com essa crise, elevaram-se as taxas de juros das dívidas de empréstimos estrangeiros, e a inflação chegou ao patamar dos 50% ao mês⁶⁵. Esses foram os principais motivos que levaram o presidente Goulart a implantar sua "reforma de base". Essa tentativa de fazer uma política nacionalista aterrorizou as forças conservadoras civis e militares e foi o estopim para o golpe militar que o destituiu da Presidência da República.

Nesse episódio, pode-se comprovar a incapacidade da oposição "reacionária" em conseguir êxito numa manobra política honesta, sem precisar da intervenção das Forças Armadas, do poder militar para obter sucesso. Sabe-se que as F.F.A.A. não fazem "manobras" sem o apoio da sociedade civil, dos setores mais conservadores ou da classe média, quando utilizadas como massa de manobra.

Em consequência do golpe, foi necessária a escolha de um presidente. Os políticos nesse momento, haviam perdido território devido ao aumento da autonomia militar. Eles é quem iriam fazer o sucessor de João Goulart. Os oficiais da "linha dura" entendiam que deveria acabar o tácito acordo entre eles, no sentido de fazer intervenções e, logo após, entregarem o governo aos civis (como fizeram desde 1945). Dessa vez, eles pretendiam implementar uma nova

política, embasada na Doutrina de Segurança Nacional (DSN), evitando que o Brasil se tornasse uma república Comunista e construindo uma grande potência na América Latina.

Assumiu interinamente o governo, em abril de 1964, o Presidente do Congresso Nacional, Ranieri Mazzilli. Em 7 de abril de 1964, os novos governantes fardados exigiam que se fizesse uma legislação de emergência.

Em 9 de abril, emitiram por conta própria o Ato Institucional nº 01. Com esta medida, pretendiam convencer e convenceram-se da legitimidade do golpe. "A revolução vitoriosa se legitima a si mesma". Afirma-se também, no preâmbulo do A.I-1, que "A Revolução vitoriosa se investe no exercício do poder constitucional".

66

O ato continha várias modificações. Aumentava, consideravelmente, os poderes do Executivo. Justificava essa medida a necessidade da "reconstrução econômica, financeira, política e moral do Brasil"... "Os novos poderes eram necessários porque os poderes constitucionais existentes não tinham sido suficientes para deter um governo que estava deliberadamente tentando "bolchevizar" o país".

67

Esse Ato estipulava entre outras medidas, que: "o Presidente, no interesse da paz e da honra nacional, os comandantes e chefes, que editam o presente ato, poderão suspender os direitos políticos por dez anos de qualquer cidadão e cassar os mandatos legislativos federais, estaduais e municipais. Excluída a apreciação judicial desses atos".

68

Dizia que era mantida a Constituição Federal de 1946, mas modificava todos os itens que lembravam democracia, substituindo-os por medidas arbitrárias. Observa-se como as Forças Armadas (F.F.A.A.) consideravam-se um poder superior aos poderes constituídos acima, inclusive, do poder constituinte.

As F.F.A.A. têm a capacidade de transferir sua visão do mundo para o núcleo do Estado. Conforme a Constituição Federal de 1946, estava chegando o momento de eleger um novo governante. Foi escolhido pela maioria civil e militar revolucionária, foi o general Castelo Branco, com 361 votos, contra 72 abstenções e 5 votos para outros militares conservadores.

Castelo Branco também era reconhecido como líder do grupo da "Sorbonne" (oficiais ligados à ESG), mesmo grupo dos Generais Golbery do Couto e Silva e Ernesto Geisel. Mais tarde, foram identificados como "Castelistas"; influenciaram sobremaneira nos governos militares subsequentes.

Castelo Branco, primeiro ministro militar na presidência após o golpe, preocupou-se também em modificar a lei eleitoral. Editou-se o A.I. nº 2, de 27 de outubro de 1965, que aboliu todos os partidos políticos existentes, sendo que o Ato Suplementar nº 4/69 criou as regras que exigiam no mínimo cento e vinte deputados e vinte senadores para a formação de novos partidos. Mas, no Congresso, havia um total de 409 cadeiras para deputados e 66 para senadores, podendo, então, formarem-se três partidos.

Utilizando-se do poder estatal, o Governo conseguiu organizar a agremiação pró-Governo, arregimentando 250 deputados e 40 senadores. Esses dariam sustentação política ao Governo em troca de favores pessoais, e o restante formaria apenas um partido que abringeria toda a oposição parlamentar (159 deputados e 26 senadores).

O partido do governo constituiu a ARENA (Aliança Renovadora Nacional) e a oposição consentida e constituída pelo regime, formou o Movimento Democrático Brasileiro (MDB).

Por ocasião do primeiro aniversário do movimento de 64, no dia 31 de março de 1965, o Marechal Arthur da Costa e Silva, então Ministro da Guerra de Castelo, referindo-se ao Exército, proferia um discurso dizendo que... "é o partido forte que o governo conta para que jamais voltem a frutificar no solo pátrio a subversão e a corrupção...". Nota-se a importância do partido para o governo. O governo precisava autolegitimar-se num partido político, que seria seu porta-voz.

Constatamos que, de fato, as Forças Armadas enquanto poder executivo, mantiveram-se ativamente no poder político como partido único por 21 anos. Concentraram as decisões da vida política da Nação, com a sustentação das três armas, do capital internacional e das forças conservadoras na sociedade civil (elite econômica). Essa situação só terminou com a "Nova República", em 1985, quando

foi criada a Emenda Constitucional nº 25/85 que dava nova chance aos partidos clandestinos e à formação de novos partidos.

Com a "transição" negociada, os militares optaram por não atuarem mais diretamente no poder, devido ao desgaste que o governo vinha sofrendo por ter sua legitimação frustrada. Esse desgaste se agravou com a explosão da bomba do Riocentro, em 1981.

Em 13 de dezembro de 1968, a ditadura militar consolidou-se com a expedição do Ato Institucional nº 5. Em 7 de setembro de 1969, após a morte de Costa e Silva (segundo militar no poder após o golpe de 64), assumiu o poder uma junta militar formada também pelas três armas (Marinha, Exército e Aeronáutica). Outorgou a Emenda Constitucional nº 01/69, que se tornou, praticamente, uma nova Constituição, por revogar muito da anterior, porém, mantendo, aplicando o A. I. 05.

De 1969 até 1974, o Brasil viveu períodos de terror sob o comando do Gal. Emílio Garrastazu Médici (4 anos e quatro meses). Foi considerado o momento de maior imobilismo político devido à forte repressão em que o sistema manteve toda a sociedade civil, principalmente aqueles que foram enquadrados na LSN como "subversivos".

Em 15 de março de 1974 até 1979 (cinco anos), assume o governo outro general, Ernesto Geisel (quarto militar no poder). Representante da ala mais moderada, colocou em andamento seu processo de redemocratização constante do projeto de distensão política, isto é, democratizar novamente, mas de uma forma "lenta, gradual e segura", com um controle parcial e paternalista.

Em primeiro de janeiro de 1979, extingue-se o A. I. nº 05. Como Geisel não "conseguiu" redemocratizar o país nos cinco anos de seu mandato, deixou esta incumbência para seu sucessor, João Batista de Oliveira Figueiredo, ex-chefe do Serviço Nacional de Informações (SNI) de Geisel, cabendo-lhe a tarefa de continuar o processo liberalizante. E para facilitar a viabilização desse plano, tratou-se de ampliar o mandato deste presidente para 6 anos.

2.3.2- O Último Governo Militar

No dia 15 de março de 1979, assumiu o governo brasileiro, o último representante direto do regime militar, o general João Batista de Oliveira Figueiredo, filho do general Euclides Figueiredo, comandante da tropa que se rebelou contra o governo de Getúlio Vargas, em São Paulo, em 1932.

Figueiredo, em 1960, participou do grupo de "Sorbonne", tendo cursado a ESG por um ano. Em 1961, durante os 7 meses do governo de Jânio Quadros, trabalhou no Conselho de Segurança Nacional (CSN), sob as ordens do Gal. Golbery do Couto e Silva. Foi um dos conspiradores do golpe contra João Goulart. Após o golpe, voltou a trabalhar para Golbery, no Serviço Nacional de Informações (SNI).

Em 1969, participou do governo Médici como chefe do Gabinete Militar da Presidência. No governo Geisel, retornou ao SNI, fato que lhe proporcionou acesso às decisões de alto nível. Era visto, no meio militar, como uma "ponte entre Castelistas e os amigos de Médici" . :

A personalidade política mais importante neste governo continuava sendo o Chefe do Gabinete Civil, Gal. Golbery, que mantinha o firme propósito de continuar o processo liberalizante de acordo com as diretrizes controladas e graduais.

O ministério de Figueiredo era composto por um número considerável de personalidades importantes, citando-se, no Ministério do Interior, Mário Andreazza, do Exército Walter Pires. Mas a figura política de maior destaque era a do senador Petrônio Portella (ARENA - PI).

69

No discurso de posse, Figueiredo comprometeu-se a dar continuidade ao processo liberalizante, insistindo na retórica sobre democracia: ... "reafirmo, portanto, os compromissos na revolução de 1964 de assegurar uma sociedade civil livre e democrática" ...

"reafirmo meu inabalável propósito...de fazer deste país uma democracia" _____ "garantir a cada trabalhador uma remuneração justa—".

O maior desafio para o governo, nesse momento inicial, era impedir o fortalecimento da oposição, concentrada no Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) e, para isso, era fundamen

tal evitar a polarização "direita x esquerda" (ARENA X PMDB).

Como pretendia o estrategista do regime militar, Golbery, era necessário efetivar a "desarticulação do sistema oposicionista, proporcionando-se o surgimento de múltiplas frentes distintas"⁷¹.

Em 1979, a sociedade civil exigia do governo a negociação em torno do que ainda restava de autoritarismo criado pelos governos anteriores e que, desde Geisel, pretendia-se extinguir. Como Figueiredo prometeu fazer valer a democracia, era necessário abolir os instrumentos autoritários.

Membros dos Sindicatos de Trabalhadores de São Paulo, Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e outras entidades da sociedade civil, exigiam a volta do "Estado de Direito".

A OAB pretendia, junto com membros da oposição, extinguir a Lei de Segurança Nacional (LSN) e demais instrumentos autoritários e arbitrários.

O Sindicato dos Metalúrgicos do ABC (Santo André, São Bernardo e São Caetano, subúrbio industrial paulista), através de seu líder sindical, Luiz Inácio da Silva - Lula, convocou uma greve geral dos 160.000 membros do sindicato, pelo fato de os empregados terem negado, naquela data, atender suas reivindicações salariais. Eles reivindicavam um aumento salarial de **78%**, isso em março de 1979, início do governo Figueiredo*

Essa manifestação foi mais séria do que a de 1978, porque, agora, os empresários resolveram não ceder às exigências do operariado, pensando que obteriam com isto o apoio do governo. Nesse episódio, Lula foi detido e, com ele, mais de 200 grevistas foram reprimidos.

Os detentores do poder econômico imaginavam dissolver o movimento, haja vista que os trabalhadores parados ficariam sem recursos para manter a greve. Essa pretensão foi frustrada pelo nível de adesão e coesão da categoria.

Desde o final da década de 70, iniciara-se na sociedade civil um movimento chamado "novo sindicalismo". Compartilhavam dessas mesmas idéias os católicos radicais de esquerda, dentro da Igreja Católica (Teologia da Libertação), representada principal-

mente pelo cardeal Paulo Evaristo Arns.

Os metalúrgicos do ABC Paulista abriram um precedente em relação à greve. Com esse fato surgiram relações de trabalho em várias categorias, com uma atmosfera grevista.

De janeiro à outubro de 1979, o governo se debateu com mais de 400 greves, por exemplo a dos motoristas de ônibus, em março; a dos portuários; dos trabalhadores da construção civil; dos siderúrgicos; dos bancários; da telecomunicação; dos funcionários civis dos Estados de São Paulo e Rio Grande do Sul.

A inflação aumentava de 41% para 77% em 1979. O processo **li**beralizante começava a ser desacreditado devido à instabilidade econômica.

O ministro do planejamento Mário H. Simonsen previa que era necessário desacelerar a economia, porque seria impossível o país afastar-se da economia mundial e manter altas taxas de crescimento.

Esses fatos precipitaram o descrédito de Simonsen e o aumento de crédito de Antônio Delfin Neto. Em agosto de 1979, Simonsen renunciou e Delfin assumiu o seu lugar.

De agosto a dezembro Delfin conseguiu elevar a Economia devido ao III Plano Nacional de Desenvolvimento, que consistia num aumento de investimentos (da produção e do emprego) reduzindo as expectativas inflacionárias na medida em que pudessem conviver lado à lado. E com um aumento da produção agrícola também seria possível reduzir a inflação e expandir as exportações.

O governo de Figueiredo preocupava-se, além do problema econômico, com a questão política. Ele pretendia colocar em prática a "anistia", para caracterizar o início da saída do autoritarismo.

Em 28 de agosto de 1979, foi aprovada pelo Congresso a lei nº 6683-Lei da Anistia-que beneficiava todos os presos políticos desde 02 de setembro de 1961 (data da última anistia) sendo excluídos apenas aqueles culpados por "atos de terrorismo" e de resistência armada contra o governo, e também restabelecia os direitos políticos dos que haviam perdido em função dos atos institucionais. Foram beneficiados, dentre outros Leonel de Moura Brizola e Luís Carlos Prestes, excluídos pelo presidente Geisel. Esta determina-

ção reforçou, neste momento a popularidade de Figueiredo.

O Governo preocupava-se em continuar o processo liberalizante de Golbery, e para isto teria além do desafio econômico enfrentar o grave desafio político concentrado na oposição ao regime militar.

Além da lei da anistia, se fazia necessário efetivar uma reforma na legislação partidária, com estas duas medidas estratégicas, abertura prometida pelos militares por ocasião do golpe de 64 estaria sendo cumprida, e uma vez cumprida possibilitaria a legitimação do regime, aumentaria a credibilidade do governo na sociedade civil e política, delineando uma forma de democracia, principalmente a nível internacional, demonstrando que o sistema representativo se mantinha ativado (vivo).

A principal meta a ser alcançada: Legitimação do regime militar através da cooptação de diversos segmentos do corpo social, via poder econômico e eleições.

Tanto a lei de anistia, quanto a lei 6767/79 - reformulação partidária, pretendiam a desmobilização da classe política de oposição ao governo. Este, intento comprova-se, primeiramente, com o discurso do Gal. Golbery à ESG ;⁷²

"A estratégia recomendaria - ...- pronta desarticulação do sistema oposicionista, proporcionando-se o surgimento de múltiplas frentes distintas, em relação às quais volta-se a ser possível levar a cabo novo tipo, mais ampliado, da mesma manobra em posição central que fora penhor de êxito alcançado na fase anterior".

Com a reforma partidária-lei 6767 de 20 de dezembro de 1979 e a formação de vários partidos (multipartidarismo), dividiu-se a oposição, proporcionando ao governo manobrar com os partidos que se formariam sem base sólidas, sem ideologia e sem programa definido. Assim, conforme o arquiteto do golpe, seria fácil dominar os partidos, alimentando uma política de clientela, recorrendo ao expediente de "punições e recompensas", cooptando os possíveis aliados como PTB e PP e isolando o inimigo principal-a frente oposicionista que se aglutinava no MDB⁷³

74 Constata-se novamente esta pretensão com o discurso de Golbery

“Tratar-se-á, em nosso caso, de manter e ampliar uma área central de manobra, essencial à promoção, em tranqüilidade e segurança, de nossos objetivos políticos mediante a aplicação, em sucessão irregular, de golpes inopinados, contra as várias frentes circundantes, cada uma de per-si. Dessa forma, buscar-se-á balizar, desde logo, limites às reações adversárias permitidas, ampliando-se gradativamente, a seguir, nosso espaço de segurança e manobra. (...) Para tanto, cuidar-se-á de consolidar e, se possível ampliar as próprias forças, mantendo sempre dissociada a frente oposicionista, já agora, pelo atendimento privilegiado das pretensões deste ou daquele partido ou grupo, em detrimento dos demais. E isso será tanto mais exequível quanto mais nossos propósitos sinceros de liberalização democratizante incluem muitas das aspirações de outros partidos ou grupos, de maior afinidade conosco e cuja aliança ou apoio poderá vir a ser alcançado, numa hábil e esclarecida manobra de cooptação por partes”.

De fato esta manobra deu certo, pode-se conferir voltando aos fatos:

Em relação ao “atendimento privilegiado das pretensões deste ou daquele partido...em detrimento dos demais...convencionou-se chamar isto de política de clientela ou fisiologismo, esta manobra de Golbery, foi colocada em prática neste momento inicial, com o PTB de Ivete Vargas. Em agosto de 1983, o Planalto pretendia negociar o apoio deste partido no Congresso em torno da aprovação do dec. nº 2045, que limitava os reajustes de salário em 80% do INPC e proporcionava um novo acordo entre o Brasil e o FMI, em troca de favores a este partido. Então o PTB deu apoio ao governo em troca de cargos e salários em 13 autarquias e empresas estatais. O acordo não saiu porque o governo não concordou com a exigência do partido.

A política que os militares pretendiam que se solidificasse no Brasil era a política do casuísmo, oportunismo, fisiologismo e

demais "ismos", exceto a do "ideologismo".

A oposição utilizada como massa de manobra fragmentava-se. Dispersa e enfraquecida compreendia o PP, PT, PDT, PTB e PMDB. O pia no deu certo conforme pode-se comprovar com as eleições de 1982 para o governo dos estados, que embora dando à oposição o controle dos principais estados (São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro) mantinha para o partido do governo a maioria no Congresso e Colégio Eleitoral - o que impossibilitava a oposição de efetivar qualquer plano de mudança.

Confirma-se a "abertura controlada" dos militares.

Assim como os militares sabiam que só poderiam se manter no governo com o apoio de grupos ou partidos "fisiológicos", também a oposição aprendeu que para passar para um regime aberto, só poderia com a cooperação dos militares.

A estratégia dos partidos "de oposição" menos radicais e mais organizados no momento, consistia basicamente em negociação. Utilizando-se de vários episódios que contribuíram de certa forma para enfraquecer o regime, como, por exemplo, o atentado do Riocentro e a vitória dos metalúrgicos do ABC Paulista, (fato que deu origem ao Partido dos Trabalhadores), a oposição insistia nas eleições diretas para presidente da república em 1985.

O projeto de Emenda Constitucional "Dante de Oliveira", foi derrotado no Congresso, com isso, evidenciou-se o distanciamento entre o político e classe que o elegera e deveria estar representando, uma vez que a abertura estava consolidada e "democracia" era o discurso oficial. A sociedade civil, através dos movimentos populares, fortaleceu-se pedindo eleições "diretas já" mas, por outro lado, os políticos chamados de fisiológicos faziam a política do "sim, senhor", em troca de favores dos mais espúrios, absolutamente contrários ao que se pretendia fazer acreditar ser "democracia representativa", embasada num sistema de partidos e calcado na soberania popular.

Observou-se que nos momentos de crise institucional, quando a "democracia" esteve fortemente ameaçada pelo regime autoritário, os partidos políticos assumiram um papel passivo, colaborando com o processo de "despolitização" da sociedade civil na medida em

que os militares ocupavam lugar na política dentro do Estado, como aparelho ideológico do Estado sem fazer o vínculo orgânico com a sociedade civil, (cumplicidade com o sistema).

2.3.3. Atuação do Poder Executivo na Democracia Brasileira:

Após a apresentação dos fatos históricos, se faz mister apresentar alguns exemplos que comprovam como as Forças Armadas no exercício do poder político estão acima dos poderes constituídos, atuando como um quarto super-poder.

O primeiro deles diz respeito à medida legislativa denominada "Ato Institucional nº 01/64". A segunda, diz respeito à lei nº 6767 de 20 de dezembro de 1979, que modificou dispositivos da lei orgânica dos Partidos Políticos. E a terceira, diz respeito à Emenda Constitucional nº 25, de 15 de maio de 1985, especificamente o artigo 62 que trata da reorganização de partidos cujos registros anteriores foram cassados.

Para os militares de 1964, o Ato Institucional nº 01, de 09 de abril de 1964 legitimou a "revolução". Mas primeiramente trataram de "definir" como deveria entender-se "revolução". Consistia na vontade da Nação. Portanto deveria se entender, que a Nação não desejava as reformas de João Goulart, por isto "autorizou" as Forças Armadas a assumir o governo.

Em segundo lugar, os militares modificaram o conceito de Poder Constituinte Originário, uma vez que a sociedade fez a "revolução" e sendo esta a forma mais expressiva e mais radical do Poder Constituinte. "Assim a revolução vitoriosa **como** Poder Constituinte, se legitima por si mesma." Aqui, os militares falaram "em nome" da população. Mais tarde em seu nome dizendo que "... para demonstrar que não pretendemos radicalizar o processo revolucionário, decidimos manter a Constituição de 1946, limitando-nos a modificá-la, apenas na parte relativa aos poderes do Presidente da República..."⁷⁶

O artigo **42**, do referido Ato, reza que:

"O Presidente da República poderá enviar ao Congresso Nacional projetos de lei sobre qualquer matéria..."

E o art. 10 autoriza os Comandantes em Chefe, a suspender os direitos políticos pelo prazo de dez anos...

A legitimidade foi maculada assim como a lei e a doutrina foram manipuladas recebendo nova roupagem, nova leitura. Os poderes constituídos foram desrespeitados assim como foi usurpado o poder constituinte.

Em relação à lei 6767, de 10 de dezembro de 1979, pode-se observar o mesmo tipo de expediente utilizado pelo poder executivo para obter o consenso da população. A ação "pedagógica" utilizada pelo sistema consistia em fragmentar, confundir, desarticular, embora tudo isto travestido na lei 6767/79 que reformulava o sistema partidário, criando um multipartidarismo ou pluripartidarismo aparente.

Era aparente porque o poder executivo mantinha instrumentos para obter apoio no Congresso. Foi desenvolvido com Golbery, a política do fisiologismo. Esta descendeu da visão organicista do Estado, fundamento teórico que justifica a geopolítica ^{76-a}

Outro momento em que se evidenciou a autonomia do poder executivo foi quando da Emenda Constitucional nS **25/85** que permitia o retorno dos partidos que tiveram seus registros cassados pelo "Comandantes Chefes."

Por um ato do poder executivo, interferiu-se, novamente, na competência do poder legislativo.

Nestas três etapas da vida do país, fazia-se menção de uma mesma questão, sempre se falou em nome da sociedade, porque, em todos os momentos, as decisões foram tomadas em nome do povo. Este, embora sem exercitar a cidadania, tentava manter diálogo com o Estado Paternalista através de alguns partidos de oposição e de movimentos populares.

Observou-se uma continuidade nas ações do poder executivo, tanto na fase do autoritarismo, quanto no final da "transição", no início da "Nova República".

O período mais recente, no final da "transição" para o governo civil foi marcado pela evidente violação dos princípios constitucionais tanto em relação à sucessão de Figueiredo, quanto na implementação da "nova" República.

Constata-se que emergem duas questões: A tarefa de descumprir a lei, desrespeitar os poderes constituídos faz parte dos vícios da democracia representativa e o problema reside na legitimidade do processo eleitoral e na estrutura do poder executivo e também os atores destes momentos estão impregnados da política de clãenteia. Considera-se que as Forças Armadas e segmentos da sociedade civil (elite econômica) centralizaram e usurparam o poder em todos estes momentos

Entende-se que o problema está na estrutura do poder ou na forma como ele se manifesta. A sociedade política, enquanto Estado, utiliza-se, além do poder político, também do poder econômico não podendo desvincular um do outro devido ao modelo de Estado (paternalista) e de sociedade (submissa) criada.

O Poder Político se sustenta no consentimento dos cidadãos (que é a legitimidade). É um instrumento de domição e se manifesta na forma do jurídico. A legitimidade é o ponto de sustentação da população, que se forma através da ideologia.

A ideologia dos cidadãos deve sustentar-se no discurso unificador das divergências sociais. Tanto a legitimidade quanto a ideologia, estão vinculadas aos valores dos indivíduos, a autoridade por eles constituída, na lei e na realidade social.

No discurso militar, quanto no discurso da "oposição" se fala em democracia. Quando os militares discursam sobre democracia, incorporam os anseios da nação, as elites interpretam os anseios populares, desaparecendo aí os conflitos entre a vontade da Nação e a vontade do Estado.

Quando os militares tentaram legitimar a "revolução" através do Ato Institucional nº 01/64, visivelmente utilizaram-se desta retórica falaciosa. E por ocasião da lei 6767/79, tentaram a legitimação do regime, tentando cooptar a sociedade civil no sentido de obterem o seu consentimento, com a manipulação dos Partidos Políticos .

E quando os "civis" transacionaram a "nova" República repetiu-se o fato. Ideologicamente, manipularam o consentimento para a "transição via Colégio Eleitoral", em um primeiro momento, transformando o movimento popular pelas eleições "diretas já" legitima-

formando o movimento popular pelas eleições "diretas já" legitimamente constituído por lideranças na sociedade civil, em uma eleição "biônica" para Presidente da República", com todos os vícios, como seu viu anteriormente. E, num segundo momento, quando manipularam o Congresso Nacional, no sentido de obterem aprovação da Emenda Constitucional nS25/85.

Esta Emenda descumpriu toda a lógica do processo legislativo e fugiu dos conceitos jurídicos-doutrinários. Em primeiro lugar, porque a autoridade que emitiu o Ato não tinha competência para convocar uma Assembléia Nacional Constituinte, porque o poder executivo, enquanto poder constituído, não tem legitimidade para convocar o poder constituinte, que é originário do povo.

Historicamente, constatou-se que no Brasil, os partidos têm uma estreita ligação com as eleições e que os militares brasileiros são legalistas. Isto não significa que ocorra um processo eleitoral normal, sem vícios e que a definição Constitucional do papel das FFAA, impeça a existência de um golpe militar.

A função dos partidos é de fazerem o vínculo orgânico entre a sociedade civil e a sociedade política enquanto Estado. Este vínculo é feito quando se trata de partido ideológico, representante da sociedade civil a nível parlamentar. Mesmo numa sociedade capitalista, dividida em classes, o partido ideológico, necessariamente, deve representar e conciliar diferentes interesses e conflitos, entre os segmentos sociais.

No Brasil, constatou-se que os partidos não fazem este vínculo, mas outro, não orgânico. O partido que não tem uma carga ideológica definida faz o jogo do poder para nele se manter. Estes são os chamados partidos eleitorais, que se preocupam com os eleitores (cidadãos - os representados) somente por ocasião das eleições. Após esse momento há uma visível ruptura com a sociedade civil, passando eles a representarem interesses da própria classe (política).

Estes são os partidos cuja "ideologia" foi fabricada, nos gabinetes, em reuniões do alto escalão das Forças Armadas - ESG. Tratam-se de partidos fisiológicos, com uma "ideologia" impregnada de um vírus que a degenera, deformando todo o sistema de partidos, pop

que não existe legitimidade. Esta espécie de ideologia só contagia partidos que não têm origem nas massas. São partidos que Gramsci denomina de partidos de "elite", partidos sem ideologia e descomprometidos com a classe que lhes deu origem.

No Brasil, no período em estudo, o único exemplo de partido orgânico, "de massa", no sentido enfocado por Gramsci foi o PT, porque o ele nasceu da mobilização de uma classe, "o novo sindicalismo", surgiu na sociedade civil e tornou-se sociedade política, através de um líder, naturalmente, determinado, fez o vínculo orgânico entre a sociedade (classe trabalhadora) e o Estado.

Será identificado, mais adiante, um outro fenômeno que se acredita ter marcado a história partidária no Brasil, durante a Assembléia Nacional Constituinte (ANC), que foi o surgimento de um grupo de extrema direita chamado UDR (União Democrática Ruralista), reunindo o que havia de mais conservador em termos fundiários. Personalizada na figura de Ronald Caiado, líder da UDR. Influenciava-se e patrocinavam-se constituintes, na ANC, com o objetivo de obter a aprovação dos itens que fossem de seu interesse

^ 8

Esses grupos sociais que representam uma classe social determinada, como o "novo sindicalismo" e a UDR, quando atuam somente na sociedade civil, com o objetivo de obter do Estado, a satisfação de uma reivindicação para a própria classe, esses grupos podem promover mudanças políticas e ideológicas fundamentais.

NOTAS

- (01) BORGES Fz, Nilson. Intervenções Militares no Brasil. Florianópolis, UFSC, 1986. p. 11. Monografia de Doutorado.
- (02) SKIDMORE, Thomas E. A Lenta via brasileira para a democratização: 1974 - 1985. In STEPAN, Alfred, Org. Democratizando o Brasil. Trad. Ana Luíza Pinheiro. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1988. p. 46.
- (03) FIGUEIREDO, João B. Discurso (15/março/1979). In Discursos. Brasília, Secretaria de Imprensa e Divulgação, 1981, V.I. p. 5.
- (04) VISÃO. 19/fev./1979. p. 16
- (05) SILVA, Golbery do Couto e. Conjuntura Política Nacional: O Poder Executivo & Geopolítica do Brasil. Rio de Janeiro, J. Olympio, 1981. p. XII a XIV.
- (06) O governo pretendia garantir a maioria nas duas casas do Parlamento com a formação de um só partido. Dividindo o MDB em trabalhistas, autênticos (que formam o PTB) e os moderados que se aglutinariam em um partido independente. Mas os "autênticos" não desejavam ingressar no PTB de Brizola, estes pretendiam formar um partido nacionalista e popular voltados para a distribuição de renda. Faziam parte dos "autênticos": Cristina Tavares, Euclides Scalco, Alceu Collares. Ulysses Guimarães era considerado adesista; da ala fisiológica ou "moderado" do MDB. ("Domando a Abertura". Visão, 06/08/79. p.16)
- (07) Brizola foi recebido nos círculos do oficialismo como "Cavaleiro da Esperança", seria aquele que iria dividir a oposição, satisfazendo os interesses casuísticos do poder. ("E o PTB não deu

- certo". Visão, 10/dez/1979 -p. 26)
- (08) Visão, 30/04/79. p. 25
- (09) idem, 06/08/79. p. 16
- (10) idem, p. 17
- (11) ibidem, p. 17
- (12) idem. p. 18
- (13) ibidem, p. 18
- (14) "Ivete ganha e racha". Visão, 19/05/80. Em maio de 1980, o TSE deu ganho de causa à Ivete Vargas sob a alegação de que foi ela quem ie fez o pedido de registro do partido. Nesta ocasião, Brizola classificou a decisão do TSE de "esbulho" fr«to de "sórdida manobra governamental. Acusou Ivete Vargas de "oportunista"... e de converter o PTB em instrumento de engodo da classe trabalhadora" .
- (15) MONTEIRO, Brandão e Oliveira, Carlos Alberto P. de. Os Partidos Políticos. São Paulo, Global, 1989. p. 182
- (16) Lei 6767 de 20/12/79. Lei orgânica dos Partidos Políticos, art. 14. VIEIRA, Jair Lot, (supervisor editorial). Código Eleitoral e Legislação Complementar. São Paulo, Jalovi Ltda, 1988 - 2ª ed. p. 162
- (17) MONTEIRO, op. cit. p. 71
- (18) O programa do PDT não explica claramente o que vem a ser "socialismo democrático". MONTEIRO, op. cit. p. 72
- (19) Visão. 10/dez/1979. p. 25
- (20) idem, 24/dez/79. p. 19
- (21) idem, 19/maio/80. p. 12. A classe conservadora quando sentia-se ameaçada de perder seu lugar no poder, criava um fato novo ou complicador, para desestruturar a política de oposição.
- (22) idem, 30/abril/79 p. 19
- (23) Visão, 30/abril/79. p. 20

- (24) MONTEIRO, op. cit. p. 67
- (25) SKIDMORE, Thomas E. A lenta via brasileira para a democratização: 1974 - 1985. In STEPAN, Alfred. Democratizando o Brasil. Tradução de Ana Luíza Pinheiro. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1989. p. 57.
- (26) STEPAN, op. cit. p. 59
- (27) Esta expressão é utilizada por Skidmore, In Stepan op. cit. p. 41
- (28) Folha de São Paulo, 28/agosto/1980. p. 5 e 6
- (29) SKIDMORE, In Stepan, op. cit. p. 59
e Folha de São Paulo, 2/maio/1981. p. 05
- (30) SKIDMORE, In Stepan, op. cit. 59
- (31) RODRIGUES, Newton. Brasil Provisório (de Jânio a Sarney) Rio de Janeiro, Guanabara, 1986. p. 263
- (32) Lei 6767, de 20/dezembro/1979 - art. 14
- (33).SOARES, Gláucio Ari Dillon. Colégio Eleitora, Convenções Partidárias e Eleições Diretas. Rio de Janeiro, Petrópolis, 1984. p. 94
- (34) LAMOUNIER, Bolivar e MENEGUELO, Rachel. Partidos Políticos e Consolidação Democrática - O Caso Brasileiro. São Paulo, Brasiliense S.A., 1986, p. 124
- (35) SOARES, Gláucio Ari Dillon. Op. cit. p. 38
- (36) STEPAN, op. cit. p. 63
- (37) SOARES, op. cit. p. 76
- (38) GALBRAITH, Jonh Kenneth. Anatomia do Poder. Trad. de Hilário Torloni. São Paulo, Pioneira, 1984. p. 15 à 38
- (39) WEFFORT, Francisco C. Por que Democracia? São Paulo, Brasiliense. 1986 - 4ª edição, p. 116
- (40) Folha de São Paulo. 26/02/84. p. 01
- (41) LAMOUNIER, op. cit. p. 125
- (42) Folha de São Paulo. 26 de abril de 1984. p. 01
- (43) SKIDMORE, Thomas E. Brasil de Castelo a Tancredo: 1964 - 1985. Trad, de Mário Salviano Silva. **2ª**

Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1988. p. 468.

- (44) Folha de São Paulo. 13/08/84. p. 4 e 5.
- (45) LAMOUNIER. op. cit. p. 83
- (46) Folha de São Paulo. 16/jan/85. p. 4 a 18
- (47) LAMOUNIER, Bolivar. Partidos e Utopias - O Brasil no liminar dos anos 90.
São Paulo, Loyola. 1990. p. 36
- (48) SKIDORE. Brasil de Castelo a Tancredo. op. cit.
p. 572
- (49) BONAVIDES, Faulo. Constituinte e Constituição: a democracia, o idealismo e a crise contemporânea. Fortaleza, IOCE, 1987. p. 62
- (50) DIMENSTEIN, Gilberto. O conplô que elegeu Tancredo. Rio de Janeiro, ed. J.B., 1985. 193 p.
- (51) idem p. 67
- (52) Novamente constata-se a manobra utilizada para fazer a "transição" quando optaram para a Convenção do Partido, indicar um nome para implementar a transição. As convenções partidárias não são democráticas, porque as bases do partido geralmente não são consultadas.
- (53) MACHIAVELLI, Nicolo. O Príncipe. Trad, de Livio Xavier. 4^a ed. São Paulo, Nova Cultural (Os Pensadores), 1987- p. 237.
- (54) Ch. G. CAUBET, faz estudo sobre a ascensão do Presidente José Sarney ao poder, e qualifica a atuação de "golpe branco." Neste artigo, CAUBET classifica o ato da sucessão presidencial como "clara violação dos princípios constitucionais em vigor na época (art 76 a 79 da constituição) Juridicamente, Tancredo Neves não foi sucessor do Presidente Figueiredo, pois não foi realizado o ato de sua posse"...e ao Congresso não cabia declarar vago um cargo que não fora preenchido." CAUBET, Christian Guy. A "nova" República em seu contexto americano: Dos Golpes dos 60

- às democratizações dos 80. Advogado (Porto Alegre - RS) Ano. IV. nS 12. Mai./Ago. 1987. p. 22
- (55) Conforme prometera em seu discurso de posse.
- (56) Projeto dos Notáveis - Projeto de Constituição elaborado por juristas e alguns representantes da sociedade civil.
- (57) O chamado "plano cruzado" foi uma medida econômica do governo que visava manipular as eleições para o "Congresso Constituinte". Em termos eleitorais o "plano" deu certo devido ao grande número de votos dados ao PMDB em novembro/86.
- (58) A Aliança Democrática representava uma "frente" heterogênea e não um partido ideológico, por isso, foi impossível sua sobrevivência devido às divergências internas e correlação de forças envolvidas.
- (59) LAMOUNIER, Bolívar. Partidos e Utopias. O Brasil no Limiar dos anos 90. São Paulo, Loyola, 1980. p. 36.
- (60) Em oposição a esta interpretação, vide CAUBET, Christian Guy. A "nova" República em seu contexto americano: dos golpes dos 60 às democratizações dos 80. Advogado (POA - RS) Ano. IV. n2 12. Mai./Ago. 1987 p. 22.
- (61) Embora não compartilhe-se da corrente que aceita a existência de "graus" de legitimidade pelo mesmo motivo que não se pode aceitar "graus" de democracia ou de juridicidade.
- (62) O'Donnell, Guillermo. "A transição é um imenso . pastiche." Senhor 18/08/1987. p. 5
- (63) PORTELLI, Hugues* Gramsc e o Bloco Histórico. Trad, de Angelina Peralva. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987. p. 65
- (64) GARCIA, Maria. A República no Brasil. Revista de Direito Constitucional e Ciência Política. Rio de Janeiro, Forense, 1987. p. 73 a 112

- (65) SKIDMORE, Thomas E. Brasil: De Castelo a Tancre-
do - 1964 - 1985. Trad, de Mário Salviano Sil-
va. 2^a ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1988.p.
83
- (66) CAMPANHOLE, Adriano e Hilton Lobo. Constituições
do Brasil. São Paulo, Atlas, 1981. 2i edição,
p. 309
- (67) SKIDMORE, op. cit. p. 49
- (68) CAMPANHOLE, op. cit. p. 309
- (69) Discurso de posse de Figueiredo. Discursos. 1979
Vol. I p. 05
- (70) SKIDMORE - Brasil de Castelo a Tancredo. op. cit.
p. 412
- (71) SILVA, Golbery do Couto e Conjuntura Política Na-
cional: O Poder Executivo & Geopolítica do Bra-
sil. Rio de Janeiro, Livraria José Olímpio Edi-
tora, 1981. 2i edição, p. 28
- (72) SILVA, Golbery. idem p. 28
- (73) MELLO, Leonel ítuassú Almeida. Golbery Revisita-
do: Da Abertura controlada à Democracia Titula-
da, In ALBUQUERQUE, J.H. Guilhon e MOISÉS, Jo-
sé Alvaro (organizadores). Dilemas da Consoli-
dação Democrática. Rio de Janeiro, Paz e Terra,
1989. p. 212
- (74) SILVA, Golbery do Couto e op. cit. p. 33 e 34
- (75) Idem. p. 33 e 34
- (76) CAMPANHOLE, op. cit. art. 10. p. 310
- (76-a) CHIAVENATO, Júlio José. Geopolítica, arma do
facismo. São Paulo, ed. Global, 1981, 103 p.
- (77) No início da "nova" República pode-se constatar
novamente a forte presença das FFAA na política
Brasileira, quando do chamado "Acordo ns 15" as-
sinado em Mar Del Plata, na Argentina no curso
da 17^a Conferência dos Exércitos Americanos
(CEA), realizada entre 16 e 20 de novembro de
1987. Neste "acordo internacional" (composto

líor representantes dos Exércitos de 15 países das Américas, representando o Brasil, o gal. de divisão Carlos Tinoco Gomes, Gal. de Brigada, Paulo Neves de Aquino e os coronéis Dilermando Soares Adler e Grant Wall Barbosa de Carvalho eles previam a intervenção militar: "A Segurança e Defesa do Continente Americano contra o MCI (Movimento internacional do campo militar, as ações nos demais campos do poder".

O Jornal Folha de São Paulo denuncia a inconstitucionalidade desta 17ª Conferência, citando o art. 81, item 10 da Constituição em vigor que dizia: "Compete privativamente ao Presidente da República (...) celebrar tratados, convenções e atos internacionais, ad referendum do Congresso Nacional". (Rossi, Clovis. "Exércitos fazem pactos secretos para intervir no poder". In Folha de São Paulo, 25/09/88. p. A - 6)

Nesta ocasião várias entidades da sociedade civil, dentre elas o Comitê Pró - Participação popular na Constituinte e a OAB declararam estudar a possibilidade de mover uma ação judicial contra o Presidente da República por ter incorrido em "crime de responsabilidade". MOREIRA, Dalton. "Leonidas defende relatório da Conferência dos Exércitos". In Folha de São Paulo, 26/08/88. p. A-6).

Até 05 de outubro de 1988, data da Promulgação da Constituição de 1988, não se teve notícia, ou continuidade desta matéria. Não houve informação sobre o conhecimento ou não, do Presidente da República nesse acordo internacional.

- (78) Este dado constata-se com a pressão manifesta da UDR durante a votação dos temas na ANC, como os bilhões de gados, passeatas em todo o Brasil, dos fazendeiros quando da votação do item sobre a "reforma agrária", por exemplo.

CAPITULO III

A SOCIEDADE CIVIL COMO ATOR DO PROCESSO DEMOCRATIZANTE

Procura-se, neste capítulo, discutir o papel dos movimentos sociais no caminho para a democracia brasileira, e para isso, se faz mister compreender o perfil desta sociedade, bem como sua relação com o Estado.

Será demonstrado quando estes movimentos surgiram, qual sua finalidade inicial e em que sentido eles podem contribuir para formar uma nova consciência popular e participativa.

Outro aspecto a ser discutido, mesmo que brevemente, diz respeito ao papel dos partidos políticos e dos movimentos sociais enquanto instrumentos de democracia e como que eles estão colaborando para o crescimento no grau de politização da sociedade.

A sociedade civil, aqui, deve ser entendida no seu sentido mais amplo, que vai desde o simples cidadão eleitor, passando pelos grupos populares e de pressão, até chegar a nível parlamentar, com os partidos políticos.

Finalmente, após ter-se constatado historicamente a ineficácia dos partidos na "democracia" brasileira, vai-se perquirir quais são as instituições que se fazem necessárias nos processos de construção da democracia, quais as instituições que podem obter o consentimento ativo, com a franca adesão dos vários setores sociais.

3. Conquista de Espaço Político

3.1- A Sociedade Brasileira

O perfil da sociedade brasileira, deve-se, inicialmente, ao tipo de produção. Como a cultura era agrícola, a fisionomia da sociedade se ia fazendo de modo bipolar. De um lado, a classe dos senhores agricultores, latifundiários e, por isso, detentores de poder e de privilégios. De outro lado, os escravos, a quem se atribuía somente deveres, por isso inexistente politicamente.

Não existia uma classe intermediária, a classe média. Vivia-se sob uma evidente aristocracia, patriarcal e latifundiária. A política era reduzida aos interesses, da família burguesa, às suas propriedades, à tradição e aos costumes das oligarquias regionais.

Constatou-se, pela história, que os principais fatos como a Independência e a República - por exemplo, não foram objetos de lutas, de discussão e participação nacional, mas sim de acordos entre as elites dominantes.

O sentimento de nacionalidade sempre esteve mais vinculado ao aspecto geográfico, isto é, considerou-se mais as questões relativas aos limites de fronteiras, do que o aspecto histórico, relativo à participação do cidadão na condução dos fatos que constroem a personalidade do Estado. Há uma falta de conteúdo social e humano vivido pela sociedade.

O Estado e a Sociedade Brasileira foram construídos artificialmente, porque de cima para baixo, sem a participação e manifestação da grande massa popular. Essas foram mantidas afastadas do processo histórico.

A participação direta do cidadão na condução do processo político foi muito fraca, senão inexistente em muitos momentos, demonstrando, com isso a permanente manipulação das massas pelas elites dominantes (seja econômica ou politicamente); manipulação essa feita com apoio do poder condicionado exercido pelo Estado paternalista, incorporado de líderes políticos ou carismáticos.

Até a década de 1930, não existia a classe média. Essa

surgiu a partir dos anos trinta, com o surgimento da indústria, localizada principalmente na região Sudeste do Brasil, representada pelo operariado urbano.

Nos anos sessenta, a sociedade brasileira teve seu processo de modernização urbano-industrial em nível bastante elevado, o que criou na classe média, a ilusão de que a produção iria dar-lhe acesso ao consumo.

A imprensa foi quem, inicialmente percebeu que haveria um declínio na produção e, em conseqüência haveria inflação e recessão.

2

Em 1965, o jornal A Razão publicou matéria dizendo que'

"A iniciativa da FOLHA de lançar a campanha 'Nada Resiste ao Trabalho'... foi muito oportuna e tornou-se "patrimônio da coletividade" ... O que a Nação precisa e todos nós pretendemos é debelar a inflação e não adotar fórmulas que comprometam a situação futura. A suspensão das compras pelo público ... trará dificuldades para os produtores ... a solução é o trabalho e todos devem comprar o necessário para a manutenção de sua vida".

O avanço, a nível de produção, fazia parte da política desenvolvimentista do regime militar. Essa política teria muita possibilidade de dar certo se fosse mais nacionalista e menos entreguista. Nesta época, o Brasil deu grande passo rumo ao crescimento, principalmente nas construções de estradas e pontes (preocupação geográfica), para facilitar o acesso às fronteiras. Com isso, tornar-se-iam mais fáceis as exportações e seria viabilizado o acesso ao Oceano Pacífico, fator extremamente importante para o crescimento do Brasil como uma "grande potência" na América Latina, tendo como matriz, a política da DSN, liderada pelos Estados Unidos.

A idéia de "Brasil, Grande Potência", é muito antiga. Em abril de 1945, por ocasião de um discurso pronunciado pelo embaixador Leão Veloso, na Conferência de São Francisco, nos E.E.U.U., ficou declarado que

"...desaparecem as decisões entre grau

des e pequenas nações, de forma que os esforços de todos sejam unidos para um só objetivo, porque as nações que são hoje consideradas pequenas podem ser grandes e ricas amanhã...

...demos o exemplo de suprema lealdade e confiança quando colocamos à disposição de nosso grande aliado, os Estados Unidos, as bases aéreas e navais, de onde suas forças e nossas forças operaram para expelir os corsários inimigos do Atlântico Sul... garantindo a segurança do material de guerra remetido para o Norte da África...

Os princípios tradicionais e as fatalidades geográficas nos impelem, portanto, a impedir a guerra e desejar uma sólida organização de um sistema definitivo de segurança para a eficiência do qual dedicamos todos os nossos recursos na paz e na guerra, sem pedir recompensa e sem medir sacrifícios".

O Brasil não suportou os gastos em construções faraônicas, como a estrada Transamazônica, Itaipu-Binacional etc, e foi levado ao Fundo Monetário Internacional (FMI), iniciando com isso seu processo de "auto-falência", intensificando gradativamente, as desigualdades sociais. A classe alta se mantinha da mesma forma e aproveitava-se do aumento das taxas de juros, que provocavam aumento da inflação. A classe média alimentava-se das suas economias, não sobrando mais o direito ao lazer e ao consumo, e a classe miserável entrava em, processo de extinção.

DINIZ [^] ilustra este avanço, que desequilibrou a distribuição de bens e reprodução do capital, com os seguintes dados estatísticos :

"... observa-se, (...) , que a faixa mais rica da população (1%) detinha 11,9% em 1960, elevando-se essa proporção para 14,7% em 1970 e 16,9% em 1980. Igualmente, entre os 5% e os 10% mais ricos da população, observou-se um aumento gradual entre 1960 e 1980, verificando-se para este último ano, que esses mesmos 10% detinham 50,9% da renda. Em contraste para os 20% mais pobres da população, verificou-se um declínio, passando sua participação na

renda de 3,9% em 1960, para 3,4% e 2,8% em 1980”.

O poder político que antes era exercido pelos senhores proprietários latifundiários e pelas oligarquias rurais, passou a ser disputado principalmente pelo empresariado urbano. O poder político, que era exercido às custas da mão-de-obra escrava, passou a ser exercida às custas da mão-de-obra do trabalhador urbano.

Nesse sentido, BONAVIDES⁶ diz que há um “divórcio” entre a sociedade e o Estado. Em regra o Estado é o sujeito e a Sociedade o objeto, mas um sujeito personalizado... na vontade do líder oligárquico.

O Estado brasileiro foi institucionalizado por ocasião da promulgação da Constituição Federal de 16 de julho de 1934. Nella estava implicitamente declarada a soberania popular de que o poder político emanava do povo (“art. 22- todos os poderes emanam do povo, em nome dele são exercidos”).

Esse princípio perpetuou-se nas Constituições futuras porque proporcionava uma “magia” ao texto, escamoteando a contradição entre a teoria e a prática e ocultando que o sufrágio era obtido de forma manipulada.

Com o Estado moderno, e a partir da Revolução Francesa, criou-se uma nova ordem jurídica, porque a antiga já não satisfazia as necessidades da nova sociedade.

Teoricamente, o poder político do novo Estado deveria ser legitimado pelo povo (cidadão). Com o processo de industrialização, as estruturas foram tornando-se mais complexas e, de certa forma, os ideais da Revolução se foram frustrando, retrocedendo. As camadas sociais, que antes eram excluídas do processo político, agora, após a industrialização, assumiram o papel daqueles que as exploravam e o lugar, que antes ocupavam, foi preenchido por uma nova “classe dos excluídos”.

Para atenuar essa contradição, criou-se o Estado Liberal que ocultava estas desigualdades sociais através da doutrina positivista e liberal, elaborando-se um consenso normativo de que “todos são iguais perante a lei”.

Sabe-se e comprovou-se que essa não é a realidade. Todos são iguais perante a lei somente no momento em que esta juridiciza o fato, tornando-o fato jurídico, porque o fato do mundo dos fatos (as desigualdades sociais enquanto fato social) enquanto realidade social, é desprezado pelo jurídico e manipulado pelo político.

Frente a essa realidade, faz-se mister criar uma nova forma de reger o social e uma nova legitimidade, diferente da legitimidade formalista dos juristas. Deve ser exercitada a soberania popular, mas não como retórica, para justificar a relação de dominação e sim, como prática pelos grupos sociais organizados na luta pela transformação desta situação caótica.

Surgiram em função dessas contradições, os movimentos populares, que agiam inicialmente para fazerem somente reivindicações locais, e que recentemente estão atuando como partidos políticos informais, fazendo vínculo entre o Estado (lato sensu) e a Sociedade Civil, já que os partidos políticos estavam sendo cooptados pelo clientelismo estatal. Reivindicações relativas ao salário mínimo sempre perturbaram a ordem vigente, principalmente nos setores mais conservadores, como as F.F.A.A., mas as manifestações continuavam independente da repressão do Exército ou das políticas militares.

A evolução histórica dos movimentos sociais demonstra um aumento no grau de politização desses grupos, em consequência de seu envolvimento em questões de interesse nacional.

Em 09 de novembro de 1960, foi marcada uma passeata na capital Federal (Brasília) pelo Sindicato dos Trabalhadores na Indústria da Construção e do Ríobiliário. Essa passeata tinha como objetivo marcar uma data para uma greve, que iria forçar o governo a fazer uma revisão dos níveis do salário mínimo.

O jornal "Folha da Manhã", do dia 10 de novembro de 1960, comunicou aos grevistas que a chefia da polícia de Brasília informava que proibia a passeata

6

Em razão do subdesenvolvimento do Estado capitalista brasileiro, uma série de benefícios foram criados para simplificar a vida em sociedade. Porém, devido aos desníveis sociais, são poucos

os segmentos que têm acesso a esses benefícios, o que intensifica as diferenças e conflitos entre vários setores populacionais.

3.2. Mobilizações Sociais

Há um hiato entre a vontade coletiva (expressa nos movimentos sociais) e a representação dessa vontade coletiva a nível político-parlamentar. Para perceber-se esta diferenciação é mister diferenciar a função e a área de atuação dos grupos e dos partidos políticos.

A diferença entre grupo de pressão (ou lobby) e partido político, é que "estes visam alcançar o poder estatal para obtenção de medidas que lhes favoreçam os interesses..." .⁷

Os grupos de pressão estão situados fora do Estado, e procuraram conduzir o Estado via poder público, com uma tomada de posição através da ação direta exercida sobre ele. A ação será direta quando eles atuarem como "lobby", pressionando diretamente o partido político ou o Estado pelo uso do poder econômico. A ação será indireta quando eles atuarem simplesmente como movimentos sociais, a nível somente de sociedade civil, sem utilizarem-se dos instrumentos do Estado (atuam como instrumentos do Estado, ou Aparelhos Ideológicos do Estado: a Imprensa, alguns partidos políticos, alguns sindicatos...).

Os grupos de pressão, enquanto movimentos sociais fazem o vínculo orgânico entre o cidadão e o Estado, porque na realidade os partidos estão atuando como parte do Estado não representando mais a sociedade civil na sociedade política. A nível de parlamento, os indivíduos são cooptados pela política clientelista do Estado. Sabendo disso, esses grupos procuram, os partidos para obterem deles a satisfação de suas reivindicações.

Os grupos de pressão passam a ocupar informalmente o lugar de partidos políticos. J.A. de Oliveira Baracho[®], diz que a "ausência de atuação partidária ampliou a importância dos grupos ou entidades que passaram a exercer, como intermediários, atividades que deveriam ser dos partidos".

A história demonstra que os grupos de pressão enquanto

"lobbies" sempre existiram no Brasil. Antes, sob o nome de "oligarquias rurais", influenciaram e financiaram movimentos, tais como aqueles ligados à Independência, à libertação dos escravos etc.

Esses grupos fizeram tais mudanças, mas pode-se observar que, por trás de uma pretensão progressista, esses "pseudo" avanços apenas dão uma nova roupagem aos fatos. Não há avanços sociais realmente. Pode-se constatar, ainda hoje, a discriminação sofrida pela raça negra, só para citar um exemplo. A própria Constituição Federal de 1988 precisou proteger seus direitos, condenando como crime inafiançável qualquer discriminação de raça ou de cor. (Art. 5--XLII-a prática de racismo constitui crime inafiançável e imprescritível, sujeita a pena de reclusão, nos termos da lei).

Por outro lado, mantém-se a discriminação de sexo, embora tenha se abolido a figura do "cabeça do casal". Na prática, atualmente, o mercado de trabalho para a mulher tornou-se mais restrito pelos avanços que a nova Constituição Federal consolidou.

Atualmente é dado às empresas a preferência pelos empregados do sexo masculino. Reza o art. 52, XVII- "Licença à gestante, sem prejuízo do empregado e do salário, com duração de cento e vinte dias"; estes cento e vinte dias de licença à gestante não é bem visto pelos empresários o que lhes faculta optar por empregados do sexo masculino.

Os grupos de pressão, enquanto movimentos populares, são construtivos para promover uma mudança ideológica. No entanto, esses grupos de pressão enquanto "lobbies", enquanto grupos de resistência, atuando junto ao poder legislativo, na pretensão de fazerem o vínculo orgânico com o Estado, são passíveis de cooptação pela política clientelística, o que não contribui em nada para a democracia, porque assim não agem como instrumentos de democracia.

Com a implantação do regime militar, a partir de 1964, houve uma modificação na mentalidade brasileira, em termos de produção, e um aprofundamento do capitalismo, o que tornou a classe empresarial um braço de sustentação do Regime e do Poder.

Para tentar dirimir o conflito entre capital e trabalho.

o "Sistema" construiu um discurso político fal-acioso sobre democracia e uma política sobre as formas de reprodução do capital. A política gerou conflitos no Poder, devido aos limites de atuação entre o Direito Público e o Direito Privado.

Em maio de 1978, por ocasião do I Congresso dos Trabalhadores das Indústrias Urbanas, em Praia Grande, foi decidido e confirmado pelo então vice-presidente da FIESP, Dilson Funaro, que seria permitida a participação dos trabalhadores em decisões de seu interesse. Declarou Funaro que: "como cidadãos-empresários, reivindicamos, para todos os segmentos da sociedade, o mesmo direito de influir e de propor".

Ao mesmo tempo em que o Estado se interessava pelo aumento da produção industrial privada, para receber deste setor o apoio necessário à continuidade da política de ação governamental o setor privado cresceu em autonomia, não permitindo a ingerência do Estado no capital privado. Daí porque a maioria dos empresários sempre lutou contra a estatização da economia.

Para diminuir o conflito entre a esfera pública e privada, o empresariado se dispôs, e teve o apoio do Estado, a participar mais diretamente dos negócios públicos, ocupando cargos administrativos e concorrendo a cargos eletivos, para, assim, resguardar seus interesses .^g

Em qualquer país que considere o sufrágio como "coisa séria", não se admite que setores que detenham uma parcela considerável da riqueza nacional venham a "competir", disputando nas urnas como um cidadão qualquer. Essa tolerância por parte dos políticos, demonstra que eles também têm interesse em manter tal situação,

A classe empresarial compreendeu a necessidade de resguardar seus direitos e, para isso, criou seu próprio espaço de atuação no poder político, através de órgãos representativos.

Surgiram recentemente no Brasil algumas entidades que ilustram esta questão, pela atuação que tiveram durante os meses de elaboração da nova Constituição Federal. Uma delas denominada UBE - União Brasileira de Empresários, que durante os trabalhos constituintes, reunia-se com o objetivo de discutir os interesses do empresariado nacional e obter um consenso no Congresso Consti-

tuinte, conseguindo, assim, vetar as emendas conforme os interesses da classe.

Essa entidade foi criada em julho de 1985, e voltou a se reanimar em novembro de **1987**, com o objetivo de unificar a ação política dos empresários, divididos em várias entidades nacionais, e tentar reverter, no plenário do Congresso Constituinte, a tendência estatizante consagrada em vários artigos elaborados pela Comissão de Sistematização.

Sob a presidência do empresário Antônio Oliveira Santos, a UBE tinha, nessa época, um Conselho Consultivo com 72 empresários, que representam juntos todo o espectro da economia nacional e que somam a parcela mais significativa do Produto Interno Bruto-PIB, produzido pelas empresas privadas.

O porta-voz do Conselho é o empresário Antônio Ermirio de Moraes, presidente do maior grupo privado nacional. A UBE é dirigida por um colegiado, formado pelas cinco confederações nacionais patronais (Comércio, Indústria, Agricultura, Transportes Terrestres e Instituições Financeiras) e pela Confederação das Associações Comerciais do Brasil.

A UBE fez campanha contra a estabilidade no emprego e contra a estatização da economia

10

Pode-se ilustrar esse fato com a votação de n° **535** no Congresso Constituinte, que dizia respeito à estruturação do Sistema Financeiro Nacional. O deputado Luiz Gushiken (PT-SP), propunha a estatização do sistema financeiro. Essa emenda teve 316 votos de rejeição, num total de 462 constituintes presentes em plenário, 136 votos a favor da Emenda e 10 abstenções. Votaram pela aprovação a unanimidade do PT, PC do B, PCB e PSB.

Internamente, a classe empresarial tem profundas divergências ideológicas, e se divide em duas correntes.: a corrente desenvolvimentista, que dá prioridade a uma economia de mercado mais privatizada, e a corrente neo-liberal, que dá prioridade a uma economia mais estatizada. A retórica da maioria converge na direção desenvolvimentista ou anti-estatizante como ficou evidente por ocasião da votação da Emenda de n° 535, mas essa tendência, não exclui outra tendência que é a de ampliação da participação do em-

presariado na ocupação de cargos públicos e eletivos.

Por outro lado, as organizações operárias não têm uma estrutura dessa envergadura, que a represente no cenário político e facilite a aprovação de matérias de interesse dessa classe, como ocorre com a classe empresarial

A comprovação dessa falta de apoio e de união do operariado, necessários para que a classe trabalhadora possa progredir dentro do Estado brasileiro, pode ser constatado pelo comportamento dos partidos por ocasião das votações no Congresso Constituinte, conforme abaixo se relata.

A votação de nº 97 dizia respeito a uma Emenda do Deputado Olívio Dutra (PT - RS) e do Dep. Edmilson Valentim (PC do B RJ), que propunha uma jornada de trabalho não superior a 48 horas semanais. Compareceram em plenário 509 constituintes, destes, 60,5% votaram contra a emenda. O PC do B, e PCB, e PSB e o PT votaram a favor da emenda por unanimidade. O PDT votou 26 votos a favor e 1 contra; O PTB votou 15 a favor e 5 contra; O PDS votou 25 contra e 22 a favor, com uma abstenção, o PFL teve 100 votos contra e 14 a favor, com duas abstenções. Essas foram as votações dos principais partidos conforme João Gilberto Lucas Coelho^{1 2}. É interessante também registrar que, dos constituintes presentes e que votaram, do PDS e PFL, 89% e 86%, respectivamente, manifestaram-se contra a classe trabalhadora em seus interesses maiores.

Outros segmentos sociais se organizaram também em movimentos populares, com o intuito de obterem demanda para o grupo, através de propostas reivindicatórias e também questionavam o desempenho do Estado, exigindo deste uma contraprestação de serviços.

o regime verdadeiramente democrático deve possibilitar a existência desses mecanismos de controle do poder, através da institucionalização de um espaço, que permita fazer-se justiça social.

A atual Constituição Federal institucionalizou a existência de grupos, quando reforçou a cidadania:

"Art. 12 (...)

- Parágrafo único - Todo o poder emana do po-

vo, que o exerce por meio de representantes eleitos, ou diretamente, nos termos desta Constituição.”

A democracia brasileira ainda está em fase de construção, porque o espaço para o exercício pleno da cidadania ainda está muito reduzido pelo uso do poder econômico dificulta a ocupação desses espaços, apesar da existência de grupos e movimentos sociais.

As estruturas se formam verticalmente e de cima para baixo, as classes dos menos favorecidos não têm acesso àquilo que o Estado Democrático tem a lhes oferecer e o monopólio dos meios de comunicação social, por parte dos mais favorecidos política ou economicamente, impede que outros segmentos façam, qualquer denúncia ou manifestem sua opinião.

Vive-se ainda outro tipo primitivo de discriminação, além da econômica e política: a discriminação do sexo (o papel da mulher trabalhadora rural, por exemplo, não é reconhecido), de idade e de raça.

o novo discurso sobre democracia foi consolidado ainda nos governos militares. Esse novo discurso se deve principalmente à influência política, provocada pelos movimentos das Associações de Bairro, ao denunciarem as ações ilegítimas de governos militares.

Estudiosos dos movimentos sociais acreditam que a expansão desses movimentos pode criar uma ideologia mais democrática. Embora sendo movimentos que objetivam fazer “pressão” e abrir caminho para a construção de uma democracia social, obrigam o Estado a ampliar o seu papel, atendendo reivindicações, muitas vezes ignoradas, se não fossem as denúncias.

Um dos principais movimentos criados no Brasil, que teve início com reivindicações locais e que tomou expressão a nível nacional, foi o Movimento de Amigos de Bairro (MAB), da cidade de Nova Iguaçu, no Estado do Rio de Janeiro^{1 3}. Esse movimento surgiu na década de 1950 e teve sua expressão máxima ainda durante o Regime Militar, na década de 1970. Em 1979, com o surgimento do multipartidarismo, muitos dos líderes desses movimentos ingressaram em par

tidos políticos, tais como o PT e o PMDB.

3.3. Os Movimentos Sociais no Processo de Abertura e na Transição para a "Nova" República

o processo de "abertura" (1979) facilitou a formação dos movimentos sociais. Esse procedimento caracterizava uma das estratégias de sustentação no poder. Uma vez atendidas as demandas populares, mantinha grande parte da população satisfeita e escamoteava outras ações arbitrárias (feitas nos bastidores). Atendendo às reivindicações populares, exercitava também a política do clientelismo, em troca de apoio nas urnas.

Além de ser uma estratégia para obter apoio, via manipulação demagógica do eleitorado, a estratégia da reformulação também foi aproveitada para neutralizar processo que poderia avançar, a ponto de colocar em risco o Governo Militar e forçar seus líderes a "entregar" o Governo aos civis.

o pluripartidarismo serviria como uma das estratégias para dividir as lideranças dentro dos movimentos, enfraquecendo-os.

A partir de 1979, aumentou a frequência de mobilização popular, enquanto que a área de reivindicações se ampliava, para além das questões locais.

A sociedade mobilizada preocupava-se com as questões de interesse nacional, e qualquer mobilização que afetasse interesses de áreas maiores poderia colocar em risco a estabilidade do sistema. Eram questões que preocupavam os militares: reivindicações por melhores salários, direito à terra, melhores serviços urbanos, etc.

A Sociedade Brasileira teve um considerável avanço em termos políticos com o surgimento e intensificações das mobilizações sociais. A partir da década de 1970, esses movimentos começaram a atuar com o objetivo de conquistar espaços políticos, mas sem vínculo permanente com eles, e sem uma ideologia partidária que os "rotulasse".

Esses movimentos surgiram da necessidade de determinados grupos sociais terem resolvidos seus problemas emergentes, mantendo

do-se coesos enquanto perdurassem tais problemas; Uma vez atendida a demanda, tendem a dissolverem-se. E, para a satisfação de suas reivindicações, vão buscar apoio em qualquer partido político, independentemente de ideologia.

Em função dessa ligação esporádica, há uma difícil integração entre os partidos e os movimentos sociais, pois esses são independentes, têm uma unidade de propósitos, que nega qualquer manipulação clientelística, e vão além do campo unicamente político. Eles resistem à política tradicional, porque não estão preocupados em fazer das questões nacionais política nacional, embora possam, ainda que de forma indireta, influenciar e mudar os rumos da política.

Observou-se que os movimentos sociais, se expandem na razão inversa da expansão do poder político. Quanto mais fechado o sistema, mais crescem os movimentos sociais, porque as oposições se unem. Isso se comprovou com maior evidência na década de setenta, quando o país vivia sob o regime militar autoritário.

Nessa época, as entidades de classe, como a Ordem dos Advogados do Brasil, setores mais progressistas da imprensa e setores mais progressistas da Igreja Católica (a Pastoral da Terra), atuaram junto à sociedade para pressionar o Governo, no sentido de colocar em prática a tão falada política distensionista do Governo do general Ernesto Geisel e a política de abertura do Governo Figueiredo. Era urgente que o país recuperasse o seu estado de direito, e que as instituições se democratizassem, em função do exercício pleno da cidadania. E para isso era necessário romper com a situação vigente. Esse rompimento deveria ser radical, pelas bases e não através de eleições, como determina nossa tradição.

Ao assumir a presidência da OAB, seccional paulista, Mário Sérgio Duarte, pediu o auxílio da Nação para compor um pacto nacional a favor de uma Assembléia Nacional Constituinte, livre e soberana, declarando que: "a hora de novos tempos se aproxima", e exortou todos os segmentos da Sociedade para o diálogo "...o Governo que se despede do País e o novo que se avizinha falam em restauração do Estado de Direito, mas ainda não é certamente o que clamou-se e tantas vezes reivindicamos"

Quanto mais aberto o sistema e quanto mais pluralista o Estado, menor a possibilidade de sucesso na mobilização desses grupos, porque eles fragmentam a oposição.

Comprovou-se que no pluripartidarismo há uma diluição

dos movimentos populares pelos partidos políticos. Muitos líderes de movimentos e de grupos de pressão passaram a se identificar com partidos políticos, como foi o caso do Luís Inácio da Silva, o presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo - São Paulo, que passou a identificar-se com propostas de nível nacional, fundando junto com outros intelectuais, o Partido dos Trabalhadores¹⁵.

Outra liderança de movimento que migrou para partido político foi Fernando Gabeira, líder de movimentos ecológicos, que criou a nível nacional, junto com outros intelectuais, o Partido Verde (PV).

Os partidos não têm interesse em levar aos órgãos do Estado os múltiplos problemas com que se defrontam os vários segmentos da sociedade, por isso, formam-se e são tolerados grupos, como meio de expressarem seus problemas e dirigirem-se ao Estado, utilizando-se principalmente da mídia (quando obtém, através de reivindicações, expressão a nível nacional, esta poderá render lucros para os meios de comunicação de massa) e dos partidos políticos para influírem em suas decisões.

Paulo Bonavides diz que:¹⁶

estamos diante de uma indústria transformadora, que estabeleceu e aperfeiçoou soluções casuísticas de oportunismo sem grandeza para manipular o voto popular, converter derrotas de opinião em triunfos eleitorais, confiscar a autonomia do sufrágio e neutralizar o que ainda resta da minoria participante”...

Essa indústria que manipula votos, conforme Bonavides, é formada por grupos de pressão ou “lobistas”, que foram cooptados pelo Estado, para não mais intermediar interesses da classe dos subordinados, mas para intermediar interesses de outro grupo, o grupo pertencente à classe dominante, que faz parte do bloco no poder. Como exemplo desses grupos tem-se o dos empresários e dos la-

latifundiários, que através da União Brasileira de Empresários (UBE) ou da União Democrática Ruralista, respectivamente, eles influenciam de maneira as decisões a nível parlamentar.

A UDR, é uma organização dissuasiva, que põe frente à frente produtores rurais e camponeses, evitando com isso a ação de outros "medidores", como o poder legislativo. Eles evitam, através da manipulação dos políticos, que haja uma legislação que venha a dificultar a comunicação direta, entre o latifundiário e o camponês.

Após um ano de encontros a nível nacional, foi criada a UDR, em 12 de julho de 1986. O presidente nacional dessa organização economicamente poderosa declarou à imprensa que os produtores rurais convenceram-se de que "uma entidade classista, não atrelada ao Ministério do trabalho, seria mais conveniente do que um partido político...".

Assim a entidade teria maior autonomia para garantir o direito absoluto da terra, sem intermediação, nem mesmo de Estado.

Em abril de 1988, a UDR tinha representantes em todos os estados do Brasil, contando com 259 regionais e 250 mil associados

Agruparam-se com os seguintes objetivos iniciais;

- Organizar os proprietários de grande extensão de terras;
- Manter vigilância armada nas fazendas, para evitar invasão de terceiros.
- Pressionar o Governo, no sentido de impedir que se executasse o Plano Nacional de Reforma Agrária: PNRA.
- Eleger o maior número de constituintes e de ocupantes de outros cargos políticos

19

A UDR é constituída em grande parte por pecuaristas, grandes produtores agrícolas, industriais, comerciantes e banqueiros. Nasceu do poder econômico, tendo a seu favor os meios de comunicação da massa, para obtenção e manipulação do senso comum, compra de votos e controle de políticos.

Consegue adeptos em leilões de gados para atrair pequenos pecuaristas e, assim, repassa sua ideologia, através de uma doutrinação política e social. É explicitamente contra os movimen

tos populares e contra políticos com ideologia. Defende a iniciativa e a propriedade privadas.

Pode-se constatar o **desempenho e** o sucesso dessa recém criada entidade durante os trabalhos na Assembléia Nacional Constituinte. Ela se mobilizou para aprovar a emenda do Centrão (grupo suprapartidário, composto pelos constituintes mais fisiológicos), que proibia a desapropriação de propriedades rurais produtivas. Eram necessários 280 votos para que a emenda fosse aprovada. Caiado reuniu-se com os constituintes do Centrão para coletarem 280 as sinaturas a favor da emenda²⁰

Em 10 de maio de 1988, foi votada a emenda sobre a reforma agrária, e a emenda do Centrão foi aprovada por 268 sim, contra 253 não, 11 abstenções e 29 ausentes (sobre essa votação, ver anexo III). A UDR conseguiu, via Centrão, retirar do capítulo da Reforma Agrária a possibilidade de desapropriação de terras produtivas, mesmo que a propriedade não cumpra o conjunto de requisitos para satisfação da função social.

Em 30 de novembro de 1986, Ronaldo CAIADO declarou ao jornal Folha de São Paulo, que desejava unir fazendeiros e empresários urbanos para influir no Congresso Constituinte. Nessa ocasião, declarou também que, para as eleições de 15 de novembro 1988, a UDR iria organizar um "lobby" (grupo de pressão) que defendesse os interesses dos ruralistas no Congresso Constituinte, também declarou à "Folha", que nessa data, o grupo já dispunha de várias salas alugadas em Brasília e também contava com toda uma assessoria de imprensa, para realizar o trabalho de influenciar os parlamentares a defender os pontos de vista dos produtores rurais.

"Nosso 'lobby' será feito por nós mesmos", complementou, "sem intermediação". Também negou, nesse episódio, que a UDR fosse uma entidade "direitista". A UDR se diz liberal, e no dia da votação da emenda do Centrão sobre a Reforma Agrária, Caiado declarou ao mesmo jornal, que "com a medalha de Nossa Senhora das Graças" que trazia em seu bolso, "evitamos que os incoseqüentes levassem o país a uma convulsão social"²¹

Caiado declarou-se não "direitista" e, no entanto, recebeu apoio da entidade ultraconservadora denominada TFP (Tradição, Famí

lia e Propriedade). Entende-se que a TFP é um dos suportes ideológicos da UDR e, sendo assim, ambos são conservadores e direitistas.

Em março de 1985, um ex-membro da TFP denunciou a existência de "voto de escravidão" feito por membros da Sociedade de Defesa da Tradição, Família e Propriedade. Essa denúncia foi feita pelo industrial paulista Guiulio Folena, ex-integrante dessa entidade²²

Tem-se constatado historicamente que as eleições são na maioria das vezes, manipuladas pelo Poder Econômico, e que os partidos políticos têm "ideologia" apenas no momento das eleições; Esta ideologia consiste na obtenção das urnas, e a campanha recebe apoio dos interessados e daqueles menos privilegiados economicamente, que não têm consciência política e, por isso servem como massa de manobra para políticos fisiológicos.

O governo da transição brasileira, intitulou-se democrático por ser um governo civil, mas não se preocupou em criar mecanismos de controle de uso do poder econômico por grupos, como a UBE e a UDR, nas eleições de 1986, para eleger os deputados e senadores, que iriam compor o Congresso Nacional por ocasião da elaboração da Constituição Federal, (ver anexo II)

O resultado das eleições muitas vezes não manifesta a realidade e, no dizer de Gramsci "o número de votos não expressa, necessariamente, o grau de conscientização da sociedade". Pode o resultado de uma eleição não ser o resultado honesto da vitória dos interesses da maioria, mas a de pequenos e poderosos grupos econômicos.

O discurso do PMDB, nas eleições de 1982, era centrado no binômio participação-descentralização, porque assim o favoreceu os movimentos das entidades sindicais e de classes, como a OAB, no sentido de romper' com o sistema centralizador do governo em vigor.

O Partido dos Trabalhadores, embora se tenha originado do movimento denominado "novo sindicalismo"²³ não representa politicamente de forma homogênea a classe dos trabalhadores, porque essa não tem consciência política, como têm as organizações da classe dominante.

Os grupos de interesses ou "lobbies", agem, noutras vezes, junto aos parlamentos, buscando apoio e encaminhando matérias de seu interesse, tentando obter a adesão dos partidos políticos.

Nesse sentido, o apoio de um grupo influente como a UDR, por exemplo, pode mudar totalmente os rumos de uma eleição, e o próprio andamento da política a nível conjuntural (por exemplo a reforma agrária).

Uma vez tolerada a existência paralela dos lobbistas no Congresso Nacional, o poder Legislativo se elitiza cada vez mais neutralizando sua principal função, que é a de representar segmentos e zonas do País, e da Sociedade como um todo.

A simples justificativa de que os "lobbies" trazem ao legislador reivindicações das mais variadas esferas da Sociedade, descompromete o político de suas funções e o compromete com outros interesses e interessados. Também é inconsistente a justificativa da permanência dos "lobbies" por facilitarem o relacionamento na sociedade pluralista, porque não se pode deslocar esferas de competência de institutos regulamentados para grupos paralelos, informais, onerando de forma ilícita a máquina estatal, e este eventual prejuízo será pago mesmo que de forma indireta, por aumento ou criação de impostos pelo trabalhador comum.

A relação dos movimentos sociais com os partidos políticos e com o Estado, tem sido objeto de estudos recentes²⁴. Até agora não se tem certeza da influência desses movimentos flutuantes na caracterização de uma consciência de classe, capaz de formar na sociedade uma nova mentalidade, uma nova visão de mundo ou ideologia.

Uma vez sendo facilitada a formação de partidos e a livre manifestação da mídia, as ações dos movimentos populares serão direcionadas para favorecer estes segmentos.

A "transição" negociada para a "nova" república, procurou incorporar, (ao menos a nível de discurso, para com isso obter o consenso e legitimar a transição) ao discurso "oficial" falacioso dos governantes, as aspirações populares, demonstrando à população que foi devido à "abertura" que se fez "democracia" no Brasil porque assim o desejou e o conquistou a Sociedade.

Na retórica dos governantes da "nova" república, e da "abertura" proporcionou a mobilização de setores da população, no sentido de denunciar o autoritarismo que permeava a Sociedade. Essa atitude criou uma força de resistência política, que durante a "transição", teve uma parada.

Os instrumentos autoritários do Governo Militar foram mantidos durante o primeiro governo civil da "nova" república. Isso implica dizer que a "nova" república embora alterando novamente a legislação eleitoral e facilitando ainda mais a formação de partidos políticos, não efetivou o "pluralismo" democrático, porque continuou centralizando no Estado (poder executivo) as decisões, impossibilitando aos partidos fazerem o vínculo orgânico entre a sociedade civil e a sociedade política.

Sabe-se que, em determinados momentos, os "lobbies" podem decidir os rumos da política e da história, como ocorreu por ocasião da votação da Emenda Dante de Oliveira, em abril de 1984. E na ANC constatou-se uma expansão considerável desses grupos.

Estudiosos do assunto questionam se estes movimentos são capazes de formar uma consciência nacional a ponto de modificar as concepções da sociedade civil e da classe política. Entende-se que sim, desde que haja a cooperação da mídia e do poder econômico a favor destes movimentos, como aconteceu em 1984 e em 1987/88, caso contrário eles têm apenas um aspecto regional.

Durante a ANC, esses grupos atuaram fazendo uma política informal, e tiveram todo o apoio da imprensa escrita e falada, além do apoio do empresariado nacional, naqueles assuntos que também eram do interesse deles.

Nos dois primeiros casos (Emenda Dante e do movimento das "diretas"), os movimentos pareceram não ter obtido sucesso em sua ação política. Por outro lado, não pode ser negada a importância da manifestação popular para demonstrar desagrado às ações governamentais, e denunciar a ilegitimidade de certas ações políticas. (por exemplo: o presidente José Sarney, no Rio de Janeiro, em 1987, e o presidente João Figueiredo, em Florianópolis, em 1989).

Entende-se que a principal função destes movimentos seja

a de *demonstrar* a legitimi/nidade ou ilegitimidade das ações do Estado (lato sensu), contribuindo para a educação política do cidadão.

A constituição Federal de 1988, ampliou a possibilidade de manifestações populares, permitindo o exercício do poder de forma direta, institucionalizando assim a ação dos movimentos sociais e a manifestação direta do cidadão nas ações do Estado.

Ficou constatado historicamente que o Estado brasileiro foi e continua sendo instrumento que líderes influentes, política ou economicamente, utilizam para controlar a sociedade, no sentido de fazê-la manter a estrutura de poder por eles e para eles criada

Para romper com essa estrutura conservadora, formam-se grupos populares que reivindicam melhorias a nível local.

Quando essas reivindicações atingem grande número de pessoas e recebem o apoio, principalmente, da imprensa, essas propostas de mudança podem mudar a conjuntura nacional.

Os movimentos sociais e os grupos de pressão atuam como se fossem partidos políticos informais, e fazem com eficácia o vínculo orgânico entre a sociedade e o Estado. São eles os mediadores de interesses e não mais os partidos políticos.

Os partidos, enquanto instituição política, fazem parte do Estado, e defendem seus interesses, porque a política do fisiologismo estatal assim os conduz.

Não existe representação. A retórica da representação ocorre apenas em períodos pré-eleitorais; após esse momento, se alguma modificação deve ser feita na ordem vigente, os grupos é que deverão pressionar para haver a mudança ou a institucionalização de uma reivindicação.

Não existe legitimidade na representação de interesses a nível parlamentar. Os interesses representados serão os do grupo mais influente, mais organizado. Durante o processo constituinte, ficou evidente essa constatação, bem como a formação de "lobbies".

NOTAS

- (1) GALBRAITH, John Kenneth. Anatomia do Poder. Trad, de Hilário Torloni. São Paulo, Pioneira, 1984. p. 25 a 38
- (2) Jornal Folha de São Paulo , 20 de maio de 1985. «I Ideia vitoriosa”, p. 01 .
- (3) Jornal Folha da Manhã , 28 de abril de 1945, p.01
- (4) Diniz, Eli e outros: Atores Sociais e o processo de Democratização, In:Modernização Democrática no Brasil Dilemas da Nova República . São Paulo, Revista dos Tribunais, 1989. p.27
- (5) BONAVIDES, Paulo. Constituinte e Constituição: a democracia, o federalismo, a crise contemporânea .Fortaleza, IOCE, 1987, 29 ed. p.287
- (6) Folha da Manhã, 10/11/60. p.01
- (7) Revista de Direito Constitucional e Ciência Política. Rio de Janeiro Forense, 1987. p. 479
- (8) BARACHO, J. A. de Oliveira. Teoria Geral dos Partidos Políticos. Revista de Informação Legislativa , Ano 16 nº64, out./dez. 1979, p.165
- (9) Foi o que ocorreu em São Paulo, com a candidatura do empresário Antonio Ermirio de Moraes, em 1986, considerado um dos maiores empresários nacional. Também com a candidatura de Tasso Jereissati, outro bem sucedido empresário do Ceará, que saiu vitorioso na eleição para governo de seu Estado.
- (10) Folha de São Paulo , 13/11/87. p. A-8.
- (11) COELHO, João Gilberto Lucas, e OLIVEIRA, Antonio Carlos Nantes de. A Nova Constituição - avaliação de texto e perfil dos Constituintes . Rio de Janeiro, Revan Ltda, 1989. p.93
- (12) Idem, p. 89/90
- (13) SKIDMORE, Thomas F. Democratizando o Brasil .trad, de Ana Luiza Pinheiro, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1988 p.275

- (14) Folha de São Paulo , 02/02/79. p.01
- (15) Gramsci diferencia intelectual orgânico e intelectual tradicional. Intelectual orgânico é aquele líder que surge de uma classe social e vai defender os interesses desta mesma classe a nível de parlamento. Este líder investido no partido, vai fazer o vínculo orgânico entre a sociedade civil e a sociedade política, enquanto Estado, Administração.
- (16) BONAVIDES, op. cit. p.286
- (17) UDR Patrocínio anúncios pagos pela TFP. Senhor , São Paulo, Três Ltda. (183):34-35, jun. 1986.
- (18) Comissão Pastoral da Terra-SC. Mini-dossiê:UDR , Florianópolis, Set. 1987 p.09
- (19) CAIADO, Ronaldo. "Tive a coragem de dizer: defendo a propriedade." Correio Brasiliense. 20/7/1987 .p.04
- (20) "UDR fez coleta de assinatura" Folha de São Paulo , 07/ 05/88. p.A-6.
- (21) Folha de São Paulo , 11 de maio de 1988. p. A-6.
- (22) Folha de São Paulo , 13 de março de 1985. p. 21
- (23) O movimento denominado "novo sindicalismo", conforme Diniz, op, cit., p. 34 e 36, teve início com uma forte concentração setorial,...abrangendo o operariado da grande indústria e dos setores de ponta da economia. . .localizada no estado de São Paulo...e deu origem ao Partido Dos Trabalhadores - PT.
- (24) DINIZ, Eli e BOSCH, Renato. "Atores Sociais e o Processo de Democratização", in Modernização e Consolidação Democrática no Brasil: Dilemas da Nova República. São Paulo, Vértice, 1989. p. 25
- CARVALHO, Inaiá M. Moreira e LANIADO, Ruth Nácia. "Transição Democrática, Políticas Públicas e Movimentos Sociais", in O Estado e as Políticas Públicas na Transição Democrática. São Paulo, Vértice, 1989, p. 108

CAPITULO IV

OS PARTIDOS POLÍTICOS E A "NOVA" REPUBLICA

A "Nova" República deu início a um novo ciclo histórico, a partir de 1985, com o primeiro governo civil, após 21 anos de regime militar.

Para fins desse trabalho, vai-se relatar alguns dos principais fatos que deram início a esse processo de composição da "Nova" República e quais os rumos que a política tomou neste momento, iniciando com a "transição" democrática (1985) e terminando com a promulgação da Constituição de 1988.

Tendo em vista uma série de eventos ocorridos durante o processo constituinte, optou-se por destacar apenas alguns dos casos empregados quando da escolha entre decisões políticas ou jurídicas, referentes à soberania da Assembléia Nacional Constituinte, ao mandato do presidente José Sarney, ao sistema de governo. A polêmica em torno desses três assuntos evidenciou de forma inequívoca o fisiologismo dos políticos e dos partidos políticos.

4. Os partidos políticos no Processo Constituinte: (1986 - 1988)

4.1. Evolução Constitucional Brasileira

O Brasil, em toda a sua história, teve sete Constituições. Destas, duas foram outorgadas pelo poder executivo (a de 1824 e a de 1937), as demais foram promulgadas pelo Legislativo ou

Congresso Nacional, com uma peculiaridade em relação à Constituição de 1967, que foi promulgada, mas a sua emenda (Emenda Constitucional n201/69) foi outorgada pelos militares.

A primeira Constituição brasileira surgiu de um "equivoco e de uma intervenção militar. Equívoco, que foi o golpe de Estado e intervenção militar, que deu a base autoritária ao poder do Primeiro Reinado"

A emancipação política representou a vitória dos antigos senhores de terras e de escravos. A camada popular, que constituía a maioria da população, também apoiou a emancipação, porque sonhava com uma libertação econômica e social. Essa emancipação não teve o caráter de revolução, porque o povo esteve ausente das "negociações."

A Assembléia Nacional Constituinte de 1823, que deveria elaborar e promulgar uma Constituição, foi dissolvida pelo Imperador, através de um golpe de Estado, sendo punidos com exílio os deputados que se colocaram contra a decisão do Imperador. No ano seguinte, em 1824, o Imperador outorgou a primeira Carta Constitucional. Iniciou-se com esse desvio dos fatos, o processo de tutela e paternalismo do detentor do poder central sobre os subordinados.

A Constituição do Império foi considerada a primeira Carta do Brasil Independente; durou 65 anos, tendo vigência do ano de 1824 até a promulgação da República. Pelo texto Imperial, só era considerado Constitucional, assunto referente às atribuições dos poderes políticos e dos direitos políticos e individuais do cidadão.

O poder político era compartilhado por quatro esferas: o Legislativo, o Executivo, o Judiciário e o Moderador. Esse último era entendido como a "chave de toda a organização política" e foi delegado ao Imperador, que era o chefe da Nação e deveria velar pela manutenção da independência, do equilíbrio e harmonia entre os Poderes.

A Constituição de 1891 foi a Constituição que instituiu a forma federativa de governo, trouxe a república e o regime "presidencialista" de governo (em realidade: "prepotencialista")

O período Imperial marcou a sociedade pelas desigualdades sociais e contradições, que tornavam impossível a convivência harmônica dentro do Estado.

Em função disso, intensificaram-se os conflitos em diversos pontos do país. Cita-se, como exemplo, alguns dos principais movimentos revolucionários surgidos nesse período: Cabanagem, no Pará (1833 - 1836); Revolução Farroupilha, no Rio Grande do Sul (1835-1845); Balaiada, no Maranhão (1838-1841); Levante dos Escravos, na Bahia (1835); Praieira, em Pernambuco (1849). Todos esses movimentos revolucionários deram a sustentação para o posterior movimento que culminou com a República, em 1891, o que neste trabalho não será analisado com a profundidade merecida.

Esses movimentos revelaram o grau de conscientização que a sociedade desses estados estava tomando em relação às contradições econômicas, políticas e sociais. Esses movimentos só não se transformaram em uma "revolução" maior, com abrangência nacional, porque, na época, faltaram-lhe maiores lideranças, com visão estrutural. Eram inconsistentes a maturidade ideológica e a forma de articulação fora da zona regional porque não existiam os meios de comunicação de massa, hoje existentes, para "reduzir" as distâncias.

As autoridades constituídas preocupavam-se com a unidade nacional e, por esses motivos, os movimentos foram violentamente reprimidos, porém, as denúncias de insatisfação popular se mantinham, o que precipitou as negociações em torno da República.

O constituinte de 1891 cuidou de afastar qualquer proposta secessionista, imprimindo à República um caráter perpétuo e indissolúvel e inserindo no texto constitucional (art.90, 4^o) a proibição expressa de projeto de Emenda à Constituição, que tendesse a abolir a forma republicana federativa. Este princípio tornou-se tradicional para todos os outros constituintes que fizeram as demais Constituições brasileiras.

A Constituição de 1891 durou 39 anos, sendo seguida pela Constituição de 1934.

Os primeiros anos da República foram marcados pelos conflitos e descontentamentos em todos os segmentos da sociedade, principalmente em relação aos desmandos do Poder Central e das ol^h

garquias regionais. O latifúndio mantinha-se como cúpula dirigente, ao lado do Executivo nacional, inexistia um corpo eleitoral representativo da maioria da população.

Tentava-se romper esse vínculo entre os grandes proprietários rurais e o governo central. Os principais focos de inquietação com essa estrutura, manifestavam-se nas universidades e nos quartéis.

O país ingressou numa fase de novas crises, culminando com a Revolução de Trinta. Esse movimento foi o centro de convergência das aspirações por renovação da vida nacional. Pela primeira vez na história do Brasil, novas classes começaram a disputar o poder: as classes médias e a dos trabalhadores urbanos, que passaram a ter maior influência nas decisões.

A crise gerada pela ideologia nazi-fascista repercutiu no Brasil, através da Ação Integralista Brasileira e do Partido Comunista. Ambos pretendiam chegar ao poder, mas, por outro lado, o presidente Getúlio Vargas, pretendia manter-se no poder por um período maior.

Com este quadro, Getúlio Vargas deu uma conotação demagógica aos acontecimentos; utilizou-se da crise para dar o golpe de Estado Novo, mantendo-se no Poder, para "defender os interesses da sociedade e defendê-la da infiltração comunista. Para isso, dissolveu a Câmara e o Senado e revogou a Constituição de 1934, outorgando uma nova Carta Constitucional, em 10 de novembro de 1937.

A novidade dessa nova Constituição residia no papel destinado às Forças Armadas de assegurar a unidade da Nação, institucionalizando seu poder de intervenção nos poderes constituídos, quando fosse para manter a integridade nacional.

As forças políticas e a sociedade civil não estavam satisfeitas com o governo ditatorial de Getúlio Vargas e, em 29 de novembro de 1945, o presidente é deposto, assumindo o governo provisório o presidente do Supremo Tribunal Federal, José Linhares.

Em 2 de dezembro de 1945, houve nova eleição para presidente da República, vencendo o general Eurico Gaspar Dutra, e, logo após sua posse, foi convocada uma Assembléia Nacional Constituinte, em 02 de fevereiro de 1946.

A Constituição de 1946 foi considerada a mais democrática que o país obtivera, em virtude de ter sido legitimamente oriunda da vontade popular pois, além de encerrar o período da ditadura de Vargas, procurou atender as reivindicações sociais geradas pelo pós-guerra. Considera-se como o maior avanço social o reconhecimento do direito de greve e, talvez, tenha sido esse o fato que determinou o final desse ciclo democrático culminando com o Golpe Militar de 1964, uma vez que a classe dominante não estava acostumada com a liberdade de expressão dos demais segmentos sociais.

A Constituição de 1967 aumentou os poderes da União e do presidente da República, seguiu basicamente os moldes da Constituição de 1937, diminuiu a autonomia individual, permitindo a suspensão dos direitos e garantias constitucionais, o que caracterizou-se como a mais autotitória de todas as Constituições brasileiras, perdendo somente para a Carta de 1824.

A maior inovação da Carta de 67 foi a criação do decreto-lei, gerado para dar ao presidente da República poderes para legislar em casos de "urgência ou de interesse público relevante, e desde que não resultasse em aumento de despesa", sobre "segurança nacional e finanças públicas."

Constatou-se que, nesse período, o Brasil viveu a fase de maior concentração e centralização do poder, foi o período mais fechado e rígido do regime militar. Sob a criação do A.1-05, DOU de 13/12/68, o sistema Constitucional brasileiro foi violentado, a ponto de ter sua expressão desintegrada. Nem a doutrina, nem os princípios legais eram respeitados.

Com a morte do presidente Costa e Silva, assumiu o governo uma junta militar (triumvirato que compreendia os ministros da Guerra, do Exército e da Aeronáutica), que investiu-se no poder constituinte e promulgou a Emenda Constitucional nS 01, de 1969.

Essa emenda não modificou substancialmente a Constituição de 1967, porque não modificou o espírito que a encerrava, que era os ideais da DSN, colocava o cidadão e as liberdades individuais sob a vigilância do Executivo, e via no cidadão o inimigo eminente. A emenda Constitucional nS 01/69 manteve a lógica maniqueísta dos militares e essa situação evoluiu a ponto de tornar o

regime enfraquecido por excesso de centralização e hipertrofia do Executivo, gerando indisciplina nas F.F.A.A, o que contribuiu para desestabilizar o sistema.

Ocorreu uma seqüência de crises dentro do governo militar, que se tornou insustentável até o episódio da sucessão do general João Batista Figueiredo. Este já era repudiado pela sociedade a ponto de defrontar-se fisicamente com a população.

Pode-se conferir isto quando o presidente fez uma visita oficial à cidade de Florianópolis - SC, em novembro de 1979, e enquanto falava, foi objeto de vaias e insultos pessoais. Em resposta, o Presidente da República desceu da sacada do Palácio Cruz e Souza, então sede do executivo estadual, respondendo aos manifestantes com gestos obscenos e agressões físicas ■.

Mais do que nunca, era ui' gente elaborar-se uma nova ordem jurídica, capaz de legitimar o poder, mas era preciso manter as rédeas da situação.

Surgiu, para a cúpula militar um dilema: como fazer uma transição sem romper com o regime e dar uma fachada de "legitimidade" às instituições "democráticas"? A resposta foi encontrada na própria história: manipulando a legislação, porque, afinal, foi para essas ocasiões que se criou o liberalismo; para trocar o rótulo daquilo que era preciso mudar, mas que não deveria, em essência, ser modificado.

Chegava o momento da decisão. A sociedade civil exigia uma nova ordem legítima, um novo Estado, com instituições legítimas e democráticas. O modelo militar autoritário não tinha mais condições de sobreviver aos fatos gerados tanto a nível interno, no Palácio do Planalto, com as controvérsias de ordem política e administrativa, quanto a nível externo, nos partidos e segmentos da sociedade civil. Cresciam as mobilizações populares, dos movimentos de base, dos sindicatos e demais instituições, retratando e tornando pública a impossibilidade de governar o país.

Lideranças políticas, tanto da oposição quanto do governo, entenderam que não era possível manter esta situação, mas também não poderiam entregar o poder sem transacionar algo que lhes garantisse outra esfera de poder. Compreenderam que era hora de

"negociação", de "todos com todos".

A chamada "oposição" seria a mediadora dos interesses entre os militares e a sociedade civil, podendo com isto tirar a melhor "vantagem": tornar-se governo, mas sem governar. Os principais partidos de oposição que apoiaram a Emenda Dante de Oliveira, passaram a apoiar Tancredo Neves como conciliador de interesses, o homem confiável historicamente, tanto para a direita, quanto para a "esquerda".

Tancredo Neves lançou um programa mínimo de governo,, e nele prometeu fazer uma "ruptura lenta, gradual e segura", negociando com a sociedade civil, um pacto de consentimento por omissão, (não exigiria o cumprimento de certas formalidades) e com o governo, um pacto de não imposição. A sociedade não exigiria a legitimidade da transição, e o governo não precisaria temer com punições, como fez o governo civil de Raul Alfonsín, na Argentina.

Tancredo Neves prometeu não "argentinizar" o Brasil. Com um "pacto de Cavalheiros", fez a "transição" para o governo civil, negociada entre os militares, os partidos políticos e as lideranças civis (Imprensa, OAB, sindicatos...).

O início da "nova" República foi marcado por uma série de conflitos político-jurídicos que seriam instrumentos para demonstrar o grau de fisiologismo e oportunismo dos políticos. Neste capítulo serão apresentados apenas três, que se optou privilegiar', entendendo-se mais próximos do nosso tema objeto.

O incidente da morte de Tancredo Neves provocou o primeiro conflito da "nova" República. Criou-se um dilema relacionado com a forma de interpretar a Constituição em vigor. No artigo 76 da Constituição de 1967/69, e quanto à legitimidade da sucessão.

O Congresso declarou vago um cargo que não fora preenchido. O presidente Tancredo Neves não teve tempo de ser empossado no cargo de Presidente da República. Tão logo apurou-se o resultado do Colégio Eleitoral, ele foi internado no hospital de Brasília e depois transferido para o hospital de São Paulo, onde faleceu.

O conflito relacionou-se com a legitimidade da sucessão e o tempo de duração do mandato do sucessor (sucessor de um candi-

dato eleito para um cargo e não empossado neste cargo, portanto um vice-presidente que não existiu, porque não existiu um presidente) Esta questão tornou-se polêmica porque os políticos nesta ocasião acharam conveniente por várias razões, considerar a "vontade" de Tancredo Neves em reduzir o tempo de duração do mandato, considerando que fora eleito para cumprir, "inconstitucionalmente", um mandato de "transição" (isto não era previsto na Constituição em vigor).

A onda de denúncias sobre a ilegitimidade do governo de José Sarney passava para a esfera pública, a população não acreditava mais nos discursos populistas, nas fórmulas milagrosas para tirar o país da crise que estava vivendo. Este exemplo ficou documentado quando da visita do presidente ao Rio de Janeiro, em julho de 1987, para divulgar o seu novo plano econômico de governo, após o fracasso do Plano Cruzado. Nessa ocasião, o ônibus, que transportava o Presidente e sua comitiva foi cercado por manifestantes e apedrejado, sendo que uma picareta atingiu o vidro do ônibus a pouca distância de onde estava o Presidente José Sarney.

Com esse episódio, constatou-se que a conjuntura era semelhante a do regime militar. A sociedade civil esteve insatisfeita com o governo Figueiredo e permaneceu descontente com o governo Sarney, demonstrando que a política e a forma de administrar continuava a mesma.

Outra questão polêmica foi a relacionada com o ato de convocação da ANC para elaborar a Constituição Federal de 1988, que será analisada separadamente no item 4.3.

4.2. Cronologia da Campanha pela Constituinte

A campanha pela conyocação de uma Assembléia Nacional Constituinte teve início na década de 1970, quando eclodiam os movimentos populares e o regime autoritário se utilizava dos meios mais violentos para reprimí-los.

A primeira manifestação que se teve notícias, foi em julho de 1971, com a "Carta de Recife", documento resultante do sem^ nário de Estudos de Debates da Realidade Brasileira, patrocinado

pelo MDB de Pernambuco, incluindo uma referência expressa, e discreta, à convocação de uma Assembléia Nacional Constituinte.

O assunto retornou à pauta de discussões dos políticos, em setembro de 1975, quando o senador Orestes Quércia propôs a convocação de uma Constituinte, a ser eleita no final de ano 1977, junto com governadores, devendo ser instalada no princípio de 1978, quando o AI-5 deveria deixar de vigorar.

No ano de 1977 se intensificaram as manifestações dos partidos e de juristas sobre a legitimação de uma nova ordem constitucional.

Nos dias 17 e 18 de julho de 1977, o Instituto de Estudos Políticos Pedroso Horta, vinculado ao Movimento Democrático Brasileiro (MDB), promoveu o simpósio "A Luta pela Democracia", com a participação do sociólogo Fernando Henrique Cardoso e do jurista Dalmo de Abreu Dallari. A maioria dos conferencistas pregava a convocação da Constituinte.

Em 4 de setembro, o MDB realizou uma convenção nacional, especialmente convocada, onde aprovava a defesa da constituinte como posição oficial do partido. Em nota dirigida à nação, o MDB clamava "o povo brasileiro para participar de um amplo e patriótico movimento em prol da convocação de uma Assembléia Constituinte".

Em agosto do mesmo ano, por motivo do sesquicentenário da instalação dos cursos jurídicos do país (11 de agosto de 1927), o jurista Goffredo da Silva Telles Jr. lançou, na Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, a "Carta aos Brasileiros". O documento, assinado por 93 juristas e entidades da sociedade civil, defendia a convocação de uma Assembléia Nacional Constituinte. Dizia o documento

"Partimos da afirmação de que Poder Constituinte não é poder legislativo... Não pode o Congresso ser convertido em Assembléia Nacional Constituinte. O ato que o fizer será ilegítimo e autoritário... Ele é exercido privativamente pela ANC.

Os poderes do Estado... são poderes constituídos, por ato do poder constituinte originário.

... para nós, convocar a Constituinte é convocar o povo, o eleitorado para eleição dos deputados constituintes.

... queremos uma ANC autônoma e soberana, capaz de dar ao nosso país uma constituição brasileira legítima."

No ano de 1978, o MDB consolidou seu papel de "oposição" ao regime militar, propondo a convocação de uma Assembléia Constituinte, concessão da anistia ampla, geral e irrestrita e o restabelecimento da Constituição de 1967 até a elaboração da nova Carta.

Em 1979, na solenidade de posse, a maioria dos deputados federais eleitos em 15 de novembro de 1978 pelo MDB declarou-se favorável à anistia ampla geral e irrestrita e à convocação da Constituinte.

Em junho do mesmo ano, o senador Orestes Quércia anunciou proposta de emenda constitucional convocando uma Constituinte a ser eleita em 15 de novembro de 1982. A proposta foi formalizada em setembro, mas não prosperou diante da maioria arenista do senado.

A 6 de janeiro de 1980, a Folha de São Paulo defendeu a convocação de uma Assembléia Nacional Constituinte para reorganizar institucionalmente o país. Foi a primeira manifestação da grande imprensa, no sentido de romper com o regime em vigor.

O deputado Rubem Figueiro (PP-MS) apresentou, em 11 de junho de 1981, um projeto de decreto legislativo pelo qual os senadores e deputados eleitos em novembro de 1982 teriam poderes constituintes para elaborar a Carta Magna. A propositura foi subscrita por 232 deputados e 23 senadores.

A 7 de maio de 1982, o então porta-voz da Presidência da República, Carlos Atila, reafirmava a posição do governo, a qual era a de que a convocação de uma Constituinte ocasionaria necessariamente uma ruptura da ordem constitucional. E em 18 de dezembro do mesmo ano, o senador Orestes Quércia encaminhou a direção do PMDB nova proposta de emenda à Constituição convocando uma constituinte, a ser eleita em 15 de janeiro de 1985.

Em fevereiro de 1983, a nova bancada do PMDB, ao prestar

o juramento de posse, reafirmou a necessidade da convocação de uma Constituinte "livre e soberana". Em 4 de agosto do mesmo ano, o congresso da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) aprovou a "Declaração de São Paulo", conclamando novamente a sociedade civil a mobilizar-se pela convocação de uma Constituinte.

Em 25 abril de 1984, com a derrota no Congresso da emenda Dante de Oliveira (diretas-já para presidente da República), resurgiu o tema da Constituinte. No dia 11 de dezembro do mesmo ano, foi lançado oficialmente, no Rio de Janeiro o Movimento Nacional pela Constituinte. E no dia 13, Tancredo Neves, candidato indireto do PMDB à Presidência da República, reafirmou sua rejeição à idéia de a Assembléia Constituinte funcionar simultaneamente ao Congresso em **1985**. O jurista Raymundo Faoro pregava a convocação da Constituinte exclusiva logo depois da posse do futuro presidente da República (**15** de março de 1985).

Novamente, o jornal Folha de São Paulo manifestou em editorial de primeira página, no dia 16 de dezembro de 1984, sugerindo ao novo presidente, a ser eleito indiretamente em 15 de janeiro de **1985**, que propuzesse ao Congresso eleições para Constituinte o mais breve possível, fazendo-as coincidir ainda em 1985 com eleições presidenciais diretas.

Em dezembro de 1984, já havia a preocupação com o ato convocatório da ANC: quem iria convocá-la? quando e por quê período? como compatibilizar a convocação da ANC com o funcionamento simultâneo do Congresso Nacional e dos demais poderes? como convocá-la para romper com o governo vigente?

Durante dois anos, discutiu-se sobre a titularidade do poder constituinte originário. Mas essa discussão se dava nos escalões mais altos, tanto da sociedade civil quanto da sociedade política. A sociedade civil não participou de debates e nem de plebiscito, para decidir sobre a convocação da Constituinte ou em que implicaria o ato convocatório.

Em 17 de janeiro de 1985, o Plenário "Pró-Participação Popular na Constituinte", movimento formado por entidades da sociedade civil, realizou sua primeira reunião, em São Paulo.

A 13 de março do mesmo ano foi instalada a Comissão In-

terpartidária do Congresso encarregada de modificar a legislação eleitoral e partidária para as eleições do Congresso.

Em 28 de junho, o presidente José Sarney assinou mensagem ao Congresso propondo a instalação do Congresso Constituinte a 31 de janeiro de 1987; no dia 19 de julho assinou decreto instituindo a Comissão Provisória de Estudos Constitucionais, e em 20 de agosto o presidente designou os cinquenta membros da Comissão Provisória de Estudos Constitucionais, a ser presidida pelo jurista Afonso Arinos de Melo Franco.

O Congresso Nacional aprovou, no dia 22 de novembro de 1985, o projeto de convocação do Congresso Constituinte.

No final do mês de agosto de 1986, a Comissão Provisória de Estudos Constitucionais concluiu a elaboração do anteprojeto de Constituição que deveria ser entregue ao presidente José Sarney e que serviria como subsídio ao Congresso constituinte.

Em setembro do mesmo ano, a Comissão entregou o anteprojeto ao Presidente, que decidiu que o documento só seria enviado ao Congresso constituinte caso fosse por ele requisitado.

A 15 de novembro de 1986, realizou-se a eleição foi a eleição dos 559 deputados e senadores que integraram o Congresso Constituinte, juntamente com os 23 senadores eleitos em 1982, cujos mandatos terminam em 1990.

4.3. Histórico da Convocação da ANC para Elaboração da Constituição Federal de 1988

A população convoca uma Assembléia Nacional Constituinte, quando percebe que a ordem vigente já não corresponde à realidade de seus fatos sociais, então o povo clama por uma nova forma para reger o social.

Desde o golpe militar de 1964, a sociedade brasileira sentiu-se cerceada no seu direito de expressão. No setor político, o Congresso Nacional era absolutamente periférico ao processo de tomada de decisões, não participava daquilo que os militares chamavam, a partir da Doutrina de Segurança Nacional, de objetivos nacionais permanentes.

O círculo do poder decisório era centrado no Poder Executivo, restando ao Congresso concordar com algumas definições estratégicas para alcançar seus objetivos.

Os parlamentares exerciam a função de mediadores de interesses, isto é, como as decisões eram centradas no Executivo, restava aos representantes dos partidos políticos a nível federal transacionar para obterem transferências de recursos para suas regiões e, para isso subordinavam-se aos caprichos e interesses do Executivo nacional.

Criou-se, com isso, uma visão do político como agenciador de interesses regionais; negociava-se decisões em troca de liberação de verbas para determinada região. E enquanto não fossem resolvidos os problemas regionais, o parlamentar não poderia dedicar-se exclusivamente às questões regionais. Essa era uma estratégia do Executivo; centralizar cada vez mais o repasse de recursos para, dessa forma, manter o Parlamento em suas mãos.

Na tentativa de mudar esse quadro, segmentos da sociedade civil, e alguns partidos de oposição, começaram a organizar as massas, no sentido de conscientizá-la de que era preciso interessar-se por problemas de âmbito nacional.

Era chegada a hora de mudar a estrutura e o paradigma de Estado. O velho Estado precisava morrer e o novo precisava nascer. Enquanto não se rompia com a ordem anterior, o Estado brasileiro entrava em crise: crise de legitimidade das instituições, do conceito de "democracia", de política e em decorrência, crise social e de governabilidade.

O regime ora centralizava as decisões, ora as descentralizava, conforme a receita do general Golbery:

"Conselho aos estadistas, estrangeiros e planejadores: evitem deslocação do sistema e o perigo de rupturas, cuidando em que o processo, seja de centralização ou descentralização não se retarde em excesso num dos campos qualquer em relação aos demais...".

Com a campanha pelas "diretas já", em 1984, a expectati-

va voltou-se para o iterato "Compromisso com a Nação", afirmado por Tancredo Neves, tendo em vista a convocação de uma constituinte livre e soberana em 1986.

Tornava-se mais aberto o sistema e se intensificava o processo de descentralização, mas não poderia ser esquecida a receita do gal. Golbery do Couto e Silva, de que era preciso manter a seqüência de "diástoles e sístoles - sujeita com tal a arritmias, isquemias e enfartes,... quando não a fibrilações altamente perigosas"⁶. Essa passagem evidencia a previsão de descentralizar o regime, mas de forma controlada, para evitar a perda do controle da situação.

Verifica-se que o Governo Geisel caracterizou-se pela política da "distensão"; o Governo Figueiredo pela política da "abertura"; e a "nova" república nasceu de um pacto político, realizado com a colaboração de Tancredo Neves. Tancredo Neves "pensou" a transição a partir de um pacto social, (sem participação social) ou um plano de emergência, que não permitia a participação de lideranças representativas de setores importantes da sociedade civil, como por exemplo os sindicatos em geral.

Não houve nem um pacto social nem um pacto político, porque não se definiu uma política de governo e não houve liberação das forças sociais em termos participativos, nem um acordo de lideranças políticas, sindicais, empresariais ou governamentais e não houve conversação. O que ocorreu foi um acordo de cúpula, feito nos bastidores, excluída qualquer participação popular.

Com o fim do Governo Militar, tentava-se normalizar a ordem jurídico-constitucional e a sociedade civil pedia eleições diretas para presidente da República. Depois, outros segmentos clamavam por uma Assembléia Nacional Constituinte.

Em 1985, com a morte do presidente eleito, o "sucessor", José Sarney, prometeu cumprir os compromissos que Tancredo Neves assumira nos palanques, por ocasião de sua campanha para vencer no Colégio Eleitoral.

Assumindo a presidência da República, José Sarney viabilizou os planos de Tancredo Neves, formalizando, através da Mensagem de nº 330 ao Congresso Nacional, (através de uma Emenda à Constituição de 1967), que seria convocada uma ANC exclusiva, para

fins de reforma total.

Aos 26 de novembro de 1985, foi promulgada a Emenda Constitucional de nº 26 (Emenda à Constituição, de 24 de janeiro de 1967), pela qual, deputados e senadores, eleitos em 15 de novembro de 1986, e mais vinte e três indicados "bionicamente", em 1982, deveriam reunir-se em Assembléia Nacional Constituinte, em 15 de fevereiro de 1987 (ver ANEXO IV).

A comissão mista que examinou a proposta do Executivo foi formada por 22 deputados e senadores e instalada a 8 de agosto. O PMDB indicou nove representantes e como relator da comissão, o deputado Flávio Bierrembach (PMDB-SP). O PDS teve sete parlamentares e indicou o presidente da comissão, o senador Helvidio Nunes (PDS-PI). Ao PFL couberam cinco vagas e a vice-presidência para o deputado Oscar Corrêa (PFL-MG). Dos pequenos partidos, apenas o PDT conseguiu indicar um representante.

Por três vezes o prazo para conclusão dos trabalhos da comissão foi prorrogado por trinta dias. No dia 18 de outubro, chegou ao plenário da sessão conjunta do Congresso Nacional o parecer, na forma de substitutivo, do relator Flávio Bierrembach, que se fixou na idéia de que se deveria convocar uma Assembléia Nacional Constituinte única e exclusivamente para produzir a nova Constituição do país, e não um Congresso Constituinte. O substitutivo não foi votado e seu autor foi destituído do cargo de relator.

A proposta de Bierrembach tinha dezoito artigos abrangendo, além da convocação da Constituinte, a instituição de uma data específica para a eleição dos constituintes (7 de dezembro), definição de imunidades, e impedia o acesso à elaboração da Constituição aos senadores eleitos em 1982 (que comporiam uma comissão que legislaria ordinariamente), salvaguardas, anistia e segurança nacional.

No lugar, de Bierrembach, o deputado Valmor Giavarina (PMDB-PR) subscreveu como relator um novo substitutivo, elaborado no Palácio do Planalto. A tramitação do substitutivo enfrentou sucessivas tentativas de obstrução por parte de um grupo de parlamentares encabeçados por José Genoíno (PT-SP), que conseguiu que a legalidade da proposta tivesse de ser examinada pela Comissão de Constituição e Justiça da Câmara dos Deputados.

Os parlamentares incluíram na Emenda nº 26 a extensão da anistia aos servidores civis e militares, novas regras para desincompatibilização de detentores de cargos no Poder Executivo e na administração pública que seriam os candidatos em novembro de 1986. (Ver ANEXO V)

A partir daí, ocorreram várias outras crises e dúvidas de ordem jurídica, referentes ao modo de interpretar a decisão política do poder executivo, que teve força efetiva, embora contra a doutrina jurídica.

Por ocasião da instalação da Assembléia Nacional Constituinte, e por ela ter sido convocada através de um poder constituinte derivado, instituído, e não por um poder constituinte originário, surgiram controvérsias relacionadas com a soberania da constituinte. Qual seria a sua área de abrangência, o que poderia e o que não poderia ser mudado na ordem legal, quando se trata de uma "Assembléia Nacional Constituinte" convocada por um ato do poder executivo, originado, portanto, em uma emenda à Constituição vigente? Entenderam alguns que por se tratar de uma convocação através de uma emenda, essa teria limitado a soberania da ANC e não poderia o constituinte modificar toda a constituição em vigor, poderiam apenas reformá-la.

E em se tratando de poder constituinte derivado, não seria uma Assembléia Nacional Constituinte, e sim um Congresso com poderes constituintes. Um congresso que seria eleito, "exclusivamente, como constou na Emenda Constitucional nº 26, de 27 de novembro de 1985, com o fim de elaborar uma reforma na Constituição de 1967/69. Esta reforma, entenderam alguns, devolveria a legitimidade que a Carta de 67/69 retirou da legislação, porque o povo iria escolher "livremente" os parlamentares constituintes, embora em pleito normal e acumulado com eleições para governadores dos estados.

O poder constituinte originário não é poder de reforma, pois não está limitado a nenhum outro Poder, embora o Congresso se ja titular de Poder Constituinte, esse Poder é derivado, instituído, decorrente da Constituição que estava em vigor. Só seria originário, se houvesse ruptura total com a ordem anterior e se o povo assim o desejasse.

Uma emenda constitucional, porém, é poder de reforma, é poder constituinte derivado e que, doutrinariamente, não poderia convocar ou criar um órgão destinado a revogar a Constituição em vigor. No entanto, a Emenda Constitucional nº 26/85 voltou-se contra a Constituição de 1957, à qual, teoricamente, deveria submeter-se.

Diante destes acontecimentos, evidenciou-se novamente o vácuo entre o político-social e o jurídico; a sociedade política ora utilizou decisões jurídicas e doutrinárias, ora cumpriu com decisões políticas, dependendo dos interesses e interessados no assunto em questão. Valeu a decisão política de interpretar a E.C. nº 26/85 que deu soberania à ANC.

Aumentavam as dificuldades, principalmente porque não havia um ponto de partida para iniciar os trabalhos. Não se partiu de um anteprojeto ou estudo prévio, embora tenha-se tentado através da Comissão de Assuntos Constitucionais (Comissão de Notáveis), antes da instalação da constituinte.

Essa comissão elaborou um projeto de Constituição mas este foi alvo de intensas críticas por parte dos setores mais "progressistas", na época eles entenderam que um projeto de constituição limitaria os debates na Assembléia.

As críticas, debates e conflitos, gerados por ocasião dos trabalhos, só favoreceram o fisiologismo e o clientelismo porque onerou os cofres públicos e contribuiu para intensificar a crise no frágil governo da transição, uma vez que este governo financiava lobbies que influenciavam nas decisões dos constituintes.

Outro obstáculo relativo à legitimidade da ANC, diz respeito a titularidade, isto é, aquele que convoca a Assembléia Nacional Constituinte deve ter poder para convocá-la e limitar a sua ação. O poder executivo não tinha a titularidade (poder para convocá-la) e a eleição foi feita via sistema eleitoral também manipulado, ficando viciada por adulterações sofridas pelo poder econômico e pela grande imprensa que, muitas vezes, foi responsável pela divulgação de novas e confusas interpretações.

Quanto à exclusividade, também ficou obstaculizado o princípio doutrinário pela prática utilizada no Brasil. A ANC funcionou paralelamente às atividades normais do Congresso Nacional,

composto também por deputados, eleitos em 1982 (remanescentes do antigo regime), que não foram eleitos diretamente, nem para o fim de elaborar a sétima Constituição Federal.

A Constituinte de 1987 poderia ser interpretada de duas formas: como um poder congressional, derivado da Emenda Constitucional n'5 26, que se integraria à Constituição de 1967; ou como um poder originário, que iria romper com a ordem vigente da Constituição de 1967.

Uma dessas interpretações iria prevalecer, e não se trataria mais de uma dúvida em relação ao jurídico, e sim dizia respeito a uma interpretação política.

A forma de se "rotular" a soberania da ANC foi decidida pelas forças políticas e, no momento, optou-se pela visão de poder originário, porque assim o governo resgataria sua legitimidade, satisfazendo os interesses da população, uma vez que a falta de apoio ao movimento em prol das "diretas", enfraqueceu o governo que, nesse momento, titulou-se legítimo e democrático, presenteando a sociedade, ao investir-se no poder constituinte originário, para convocar uma ANC, livre e soberana.

Fazia-se necessário construir uma ordem legítima, uma legitimidade democrática, construída pelos partidos, com um governo que tivesse apoio da maioria da população. A Constituinte nada mais foi do que um pacto político com a Nação; negociou-se a transição desde a sociedade civil, trocando-se o clamor popular das "diretas já" por uma Emenda com poderes originários, enquanto que o pacto político com os representantes da comunidade deveria ser feito quando esses apoiassem o governo em troca de cargos e favores.

Esse foi o rumo tomado inicialmente pela ANC, primeiro momento da "nova" República, marcado pela negociação (com um "pacto de não ruptura").

A Assembléia Nacional Constituinte se organizou em blocos, de três a três, através de oito comissões temáticas, formando um total de vinte e quatro subcomissões temáticas, cujo objetivo era recolher sugestões sobre um projeto de Constituição e fazerem estudos parciais.

Após a organização e desenvolvimento dos assuntos, a Comissão de Sistematização, sob a presidência do constituinte Afonso

Arinos de Melo Franco, organizou o primeiro anteprojeto de Constituição, apresentado em 15 de julho de 1987. A partir daí o processo constituinte tramitou normalmente, com a apresentação de emendas, pareceres e votações, e em consequência muitas discussões negociações e conflitos.

Foram apresentadas, entre o primeiro e o segundo turnos de plenário 65.809 emendas e nove projetos, desde o projeto de Constituição (A), da Comissão de Sistematização (15 de julho de 1987) até a redação final, em setembro de 1988.

Por um lado o pluralismo extremado em termos partidários dificultou o andamento democrático, devido às interferências de setores do domínio econômico e da pressão de certos grupos regionais de lobbistas.

O regimento interno da Constituinte permitiu, à população, encaminhar sugestões às subcomissões sobre assuntos que pretendiam que fossem discutidos.

Possibilitou também emendas de iniciativa popular desde que contivessem assinaturas de trinta mil eleitores e sob a responsabilidade de três entidades da sociedade civil.

Em função da possibilidade de participação direta da sociedade, aconteceram inúmeras manifestações populares, em várias partes do Brasil, inclusive a permanência de grupos de pressão no Congresso com a ação dos "lobbies".

A Igreja participou ativamente, assim como a União Democrática Ruralista (UDR), e os militares. Essa situação levou a várias crises provocando, ainda que de forma indireta, a formação de grupos suprapartidários, como o centrão.

Os dois maiores grupos suprapartidários formados durante o processo constituinte foram o grupo "pró-soberania", criado no início dos trabalhos, por parlamentares mais progressistas, e o "centrão", criado posteriormente.

As Forças Armadas passaram a fazer o papel de "avaliadoras" da transição, conduzindo as questões que entendiam como relevantes a seus interesses, influenciando decisões como: a definição do papel das Forças Armadas. Neste mister, fizeram até um acordo internacional, entre os exércitos pan americanos, com o objetivo de manterem o papel constitucional destinado às forças ar

mas, nas Constituições dos países latino-americanos, a duração de cinco anos para o mandato do presidente e o sistema do governo.

O regimento interno da ANC estabeleceu também um quórum mínimo para aprovação de qualquer matéria, com o voto favorável de 280 parlamentares. Se não houvesse esse quórum mínimo a matéria não poderia ser votada.

A questão da soberania da Assembléia Nacional Constituinte refletiu nos partidos políticos e no governo, gerando crises, a ponto de romper entre os interesses públicos e os privados.

Logo que foi instalada a Assembléia Nacional Constituinte, manifestaram-se as tendências dentro do Congresso, dividindo os constituintes entre: direita (uma minoria, porque nesta ocasião ninguém assumia a posição de ser direita) esquerda, centro-esquerda, centro-direita e centro.

Foram logo chamados de "jacobinos" a ala de esquerda no Congresso, (foram assim denominados devido aos políticos mais "exaltados" durante a Revolução Francesa) recebendo este apelido, os líderes do PCB (Roberto Freire), do PT (Luiz Inácio da Silva - Lula), alguns parlamentares do PMDB, do PDT e do PSB.

A primeira manifestação dos "jacobinos" foi em relação aos 23 parlamentares eleitos bionicamente, em 1982, e que iriam votar e elaborar emendas e projetos para elaboração da Constituição, com a mesma eficácia que os 487 deputados federais eleitos diretamente pelo povo, e por 49 senadores, também legitimamente constituídos com o fim de elaborar uma nova e legítima Constituição Federal, dentro de um Estado de Direito.

A participação destes parlamentares foi, a pedido dos "jacobinos", colocada em votação, mas o plenário votou a favor de suas permanências por 394 votos, 126 contra sua permanência para os trabalhos constituintes

8

Além disso, eles queriam que, antes de começarem os trabalhos constituintes, fossem abolido da Constituição em vigor, institutos como a Lei de Segurança Nacional e Medidas de Emergência, e que fosse declarado como provisório o governo do Presidente José Sarney.

Em relação à soberania, os "jacobinos" entendiam que a ANC poderia modificar, no todo, ou em parte a Constituição de

1967, e manifestaram-se desde sua instalação, contra o funcionamento paralelo da Câmara e do Senado, junto com os trabalhos constitucionais. Mas a E.C. ns 26 não era explícita nesse mister, o que gerou controvérsias em plenário, porque muitos constituintes eram a favor de uma ANC exclusiva e também apoiavam a exclusividade, não cumulação de funções, institutos da sociedade civil, como a Ordem dos Advogados do Brasil e sindicatos dos trabalhadores.

Quanto à exclusividade da Constituinte, ficou decidido que ela daria prioridade à matéria de pauta, serviços e recursos, e o Congresso continuou funcionando para projetos de leis urgentes, para as comissões parlamentares de inquérito e outras atividades excepcionais. O funcionamento normal das comissões e subcomissões ficou suspenso, por isto na maior parte o Executivo legislou, confirmando o oportunismo.

Dividiram-se, neste primeiro momento, os constituintes; de um lado, aqueles que entendiam que deveria haver uma mudança na atual Constituição, no que diz respeito aos mecanismos autoritários do antigo regime já que o Brasil estava vivenciando um período "democrático" com a "nova" República. Por outro lado, aqueles que entendiam que a constituinte foi eleita para elaborar uma nova Constituição e, até que a nova ficasse pronta, manteriam-se os fundamentos constitucionais da Carta de 1967.

Uma peculiaridade neste assunto é que os mesmos constituintes que apoiavam a manutenção da Carta de 67, não eram favoráveis à exclusividade da constituinte. Nota-se dois pesos e duas medidas, cuja intenção era apenas desviar as alterações conservadoras e as pressões sobre a forma de elaborar a futura Constituição.

O que estava em jogo, realmente? Seria a estabilidade do governo de "transição", e tempo de mandato do presidente Sarney? Os "jacobinos" pretendiam declarar o governo Sarney como provisório, por tratar-se de um governo de transição. Ele teria o mandato concluído assim que acabassem os trabalhos da constituinte, aí convocar-se-ia eleições gerais em todos os níveis, para deputados, senadores, presidente da República e nas esferas estadual e municipal. Mas os "jacobinos" eram minoria no Congresso Constituinte.

Entenderam os setores mais conservadores, como as FFAA,

na pessoa do Ministro do Exército, que não poderia ser provisório o governo, porque ele foi eleito para cumprir, conforme a Constituição em vigor, um mandato de seis anos. Não era o fato de ter havido uma "negociação" por parte dos militares e a cúpula civil conservadora ou "confiável", conforme entendiam os militares, que iria se passar, "novamente", por cima dos poderes constituídos e da lei, para fazer valer interesses de uma facção "não confiável".

Nesta ocasião, o Ministro do Exército, Leonidas Pires Gonçalves declarou à imprensa o que pensava a corporação militar:

"Se o governo fosse provisório, então tudo seria provisório", entende-se que, inclusive a chamada "transição", esta declaração foi um aviso para os partidos ideológicos, de que a "transição negociada era lenta, gradual e segura"* .

Era visível a insatisfação popular com o governo Sarney, após o fracasso do Plano Cruzado, e intensificavam-se as divergências também no interior do governo e dos partidos políticos. Começavam a dividir-se os constituintes em dois blocos: os que apoiavam o governo "ilegítimo" de José Sarney, e para isto levariam vantagens pessoais, eram os fisiológicos, e os que não apoiavam o governo, os progressistas.

Ocorreu uma erosão no interior do governo e na sua base de sustentação político-parlamentar. A recomposição desse quadro foi numa linha centro-conservadora. O presidente no terceiro ano de seu governo perdeu sua base de sustentação partidária, o PMDB, e foi buscar apoio nos escombros do antigo regime, principalmente nos parlamentares que integraram o Centrão.

Em maio de 1987, as questões em torno do tempo de duração do mandato do presidente Sarney ainda não estavam resolvidas, então foi introduzido um fato novo, a esta questão, qual seja, a mudança do sistema de governo, a adoção do sistema parlamentarista. Assim o presidente dividiria as responsabilidades e os poderes com o Congresso. Nesta data o presidente aceitou a proposta como uma forma de não intensificar a crise de governabilidade pelo qual seu governo estava ingressando.

Nesta ocasião o senador José Fogaça (PMDB-RS) apresen-

tou uma proposta parlamentarista que reduzia o mandato do atual presidente para quatro anos, e dos demais presidentes em igual tempo, e dava-lhes a função ijnica de chefes de Estado, manteria a fórmula clássica do parlamentarismo.

Neste tipo de governo, a gerência da administração é atribuição única do Primeiro-Ministro, e criava também a figura do Conselho da República, este órgão seria de consulta do Presidente, funcionaria na prática como outro freio à ação do Executivo.

O Planalto não concordou com esta proposta, e enviou outra em nome do deputado Borges da Silveira, que ampliava o tempo do mandato do presidente Sarney, para seis anos, e garantia ao Executivo, a chefia de Estado e de governo, cabendo ao Congresso apenas maior autonomia e ingerência nas decisões do Executivo.

Outro episódio que acirrou as divergências em torno do mandato, foi a demissão de Dilson Funaro, ministro da Fazenda, mentor do Plano Cruzado. Com a demissão do ministro da Fazenda, fazia-se necessário uma minireforma ministerial, o que gerou mais conflitos ainda entre o governo ("os amigos de Sarney") e o partido que lhe dava sustentação, o PMDB.

O presidente do PMDB não concordava com a indicação do Presidente da República na sucessão de Funaro, Ulysses Guimarães indicava o nome de Rafael de Almeida Magalhães, Celso Furtado, José Serra, Bresser Pereira, dentre outros, e o Presidente pretendia o nome do governador de Ceará, Tasso Gereissati, inimigo político de Ulysses Guimarães por ocasião da campanha para as eleições diretas, em 1984.

Acalmaram-se os ânimos com uma composição a favor de Bresser Pereira no ministério da Fazenda e Ronaldo Costa Couto, para o Gabinete Civil, alinhava-se cada vez com maior nitidez, as divergências entre o PMDB, o governo e os interesses dos políticos.

Ainda em março de 1987, o Presidente declarou que era urgente decidir logo o tempo de duração de seu mandato, que se faz necessário negociar a dívida externa, não havia mais condições para frear a "angústia" do presidente, tivera que apelar para as questões externas, como forma de justificar a crise econômica e política de seu governo.

Em abril de 1987, o presidente José Sarney declarou que
 "podem me dar 5 anos, 4 anos ou até 6 meses de mandato. O tempo
 não importa, o que preciso saber é que tempo é este" 10

O PMDB e o PFL não chegaram a um entendimento em relação à primeira reforma ministerial, com este episódio, começou a ruir a "aliança democrática". O PFL pretendia a primeira vice-presidência da mesa na constituinte, mas o PMDB preferiu ceder este lugar ao PDS.

As discussões em torno do mandato do presidente duraram quase três anos e se mantiveram para não afastá-lo definitivamente do poder, o que poderia colocar em risco os rumos da "transição". Mantendo este quadro instável, alimentava-se as oligarquias (agora do nordeste), mantendo-se eles no comando político e por outro lado forçava-se uma compatibilização entre as forças populares, as conveniências dos congressistas e os governadores.

Sem apoio parlamentar e sem respaldo popular, o presidente José Sarney tentou fazer a "política dos governadores" (em maio de 1988) para respaldar decisões no campo econômico e defender seus interesses no processo constituinte.

No âmbito da ANC, as forças centro-conservadoras predominaram sobre as de tendência liberal-progressista. Os grandes partidos como o PMDB e o PFL passaram, para um segundo plano, sendo substituídos por grupos de interesses ideológicos ou fisiológicos mais ligados à direita, como foi o caso do Centrão e da UDR. As forças de esquerda foram perdendo seu poder de influência, tendo uma ligeira fragmentação no contexto da ANC.

A constituinte dividiu-se entre o grupo pró-soberania, que pretendia um mandato de quatro anos para Sarney, e os fisiológicos que pretendiam desfrutar as benesses que o governo lhes proporcionava entre cargos e salários.

A questão do mandato não se resolvia e não resolvia-se, em consequência a questão da soberania da constituinte, se esta fosse soberana poderia alterar desde já, o tempo de duração do mandato, e se o presidente tivesse autonomia, decisão e apoio político, poderia fazer valer os princípios constitucionais que regeram a sucessão de Figueiredo e sua posse na Presidência da República,

ele só não resolveu estas questões porque sabia que não poderia trair as forças que o levaram ao poder, e nem trair os propósitos da negociação.

Para impedir o avanço do grupo pró-soberania, o PFL junto com o Palácio do Planalto tentou manipular o regimento da Constituinte, através de proposta que limitava a soberania da ANC, segundo o texto do deputado Thomas Nonô (PFL-AL), não haveriam decisões constitucionais sobre quaisquer matérias atuais, com isto a Constituição em vigor não poderia ser mexida, ficando o presidente Sarney, com um mandato de seis anos.

O PMDB, junto com os PCs, e o PT poderiam obter o número de votos necessários para vetar a proposta, mas o PFL ameaçou obstruir por 15 dias as votações inserindo um fato novo que dividiu os parlamentares porque se neste prazo não ficasse definido o regimento interno, o congresso iria entrar em recesso deixando os trabalhos serem conduzidos conforme o regulamento das outras casas do legislativo, e isto daria ponto a favor do PFL.

Ulysses inicialmente era favorável aos quatro anos de mandato devido ao compromisso de Tancredo Neves em fazer um governo de transição, porém excluía a tese dos seis anos, como pretendiam alguns membros (fisiológicos) do PMDB.

Os ministérios do governo Sarney, foram compostos basicamente pela Aliança Democrática, que, teoricamente, seria quem lhe daria apoio político. Os ministérios foram compostos por quinze pastas para o PMDB, e cinco pastas para o PFL, mas na realidade, José Sarney sempre preferiu nas zonas estratégicas, políticos do PFL do que "amigos" de Ulysses Guimarães, embora estivessem com a maioria do congresso

A "Assembléia Nacional Constituinte" que se instalou em 12 de fevereiro de 1987, não fez a ruptura com a ordem anterior, não foi constituída por um poder revolucionário que lhe desse legitimidade e soberania. Também defendeu esta tese o Consultor Geral da República, Saulo Ramos, para ele a "Assembléia Nacional Constituinte instalada no Brasil, em 1987, é derivada, e que seus poderes são secundários, o que vale dizer que ela tem poderes de reforma"^{1 2}

Não se perquire o fundamento doutrinário, na definição

dos poderes que encerram uma ANC; o que se coloca em questão diz respeito ao fato de não se tratar de uma ANC, porque esta só pode ser convocada por um poder constituinte originário, portanto ela é soberana podendo modificar todos os aspectos, inclusive a república e a federação, porque presume-se que foi o povo quem determinou.

Se tem poderes derivados não é uma ANC, e sim um Congresso com poderes constituintes, tendo então uma soberania limitada aos poderes já constituídos na constituição vigente e que lhe deu origem.

Porque então as discussões sobre este assunto? As dúvidas residiram num fato anterior, na legitimidade do governo de José Sarney. A rigor se o governo não é legítimo, e se não houve manifestação popular a favor da convocação de uma ANC, não se tem porque falar em poder constituinte originário, nem em soberania, nem dúvidas em relação ao mandato do atual presidente, uma vez que não houve ruptura alguma.

Mas ocorre que o governo Sarney auto investiu-se no poder constituinte originário porque entendeu que a "nova" república rompeu com o passado, com o velho sistema, entenderam que assim a constituinte por ele convocada seria originária, porque os "novos" donos do poder fundaram um "novo" Estado, pela formação de uma "nova" cidadania e "nova" legitimidade.

Todas as discussões em torno da soberania da ANC mandato e sistema de governo, foram exemplos de puro casuísmo, para beneficiar uma única classe, a dos políticos, do bloco no poder. Os argumentos utilizados, só tentaram justificar as manipulações na legislação para servir de retórica para manter o bloco do poder no poder, e dar ao eleitorado uma resposta enquanto os políticos beneficiavam-se com os cargos e salários.

4.4. Partidos e Ideologias

Para se ter um perfil, mais ou menos delineado dos Políticos e dos partidos durante o processo constituinte, e qual suas ideologias, é mister fazer um breve comentário sobre os partidos no Congresso.

É pertinente fazer-se uma referência à distinção entre partido do governo e governo de partidos. O primeiro deságua no modelo de partido único, regido por um governo autoritário, o segundo demonstra a existência do pluralismo, regido por um governo democrático, foi o que o governo da transição pretendeu a partir de 1985.

As negociações efetuadas em 1984, que resultaram na Aliança Democrática, não tiveram a presença nem de partidos de esquerda, nem de representantes de seus setores e nem foi conduzida de modo transparente à sociedade. O acordo obedeceu a um pacto entre elites regionais e facções militares.

O governo da Aliança Democrática foi composto por um agrupamento descaracterizado ideologicamente, não assumiu a posição de direita, porque seria impopular e nem de esquerda, porque desagradaria aos setores conservadores que optaram pela negociação da "nova" República. Os integrantes da aliança democrática rotularam-se como de centro-esquerda, conforme se pode constatar no gráfico

01:

GRÁFICO 01: AUTO-DEFINIÇÃO POLÍTICA DOS DEPUTADOS

Direita radical	-
Direita moderada ou centro-direita	6
Centro	37
Esquerda moderada ou centro-esquerda	52
Esquerda radical	5
	100%
Total de respostas	428

Os constituintes pretendiam ser vistos mais à esquerda do que eram realmente, conforme estudos feitos por pesquisadores, e pela imprensa.

Na classificação do professor David Fleischer¹ da UNB, observou-se a frequência de deputados identificados como sendo de

centro, sendo as forças de centro-direita e centro-esquerda bastante equilibradas.

CLASSIFICAÇÃO DE D. FLEISCHER

Direita	12
Centro-direita	24
Centro	32
Centro-esquerda	23
esquerda	9

100%

A avaliação das tendências políticas na Constituinte apresentada pelo prof. Fleischer, está muito próxima de outra efetuada pelo Departamento de pesquisa da Folha de São Paulo na qual o centro também constitui a frequência modal e os deputados classificados como de direita (que na denominação da Folha de São Paulo seria a direita radical) superaram os de esquerda (esquerda radical) conforme denominação da Folha de São Paulo.

CLASSIFICAÇÃO DA FOLHA DE S. PAULO

Direita	12
Centro-direita	24
Centro	32
Centro-esquerda	23
Esquerda	9

100%

Um centro esquerda artificial, sem embasamento social ou político, porque a nível político a grande maioria era do "antigo" regime, e somente alguns poucos políticos de "oposição" ao regime militar fizeram parte dos acordos sobre a transição.

Pode-se confirmar este dado com o gráfico abaixo que mostra a trajetória partidária e o grande número de políticos que

em **1986** pertenceram ao PMDB mas que tiveram suas trajetórias pela extinta ARENA e pelo PDS, assim como muitos políticos do PFL, que tiveram passagem pela ARENA e PDS (vide gráfico 02).

Os dois partidos que deram sustentação à "nova" República tiveram a presença majoritária de membros do "velho" regime, principalmente nos ministérios¹⁸, e mais o perfil conservador da atual constituinte caracterizada quando das votações dos problemas que precisariam de certo comprometimento com as camadas populares, como por exemplo a jornada de trabalho, reforma agrária e a estabilidade no emprego.

Outra fonte¹⁸ aponta o perfil conservador da constituinte pelo número de constituintes do PMDB que tiveram passagem pela antiga ARENA, em **1979**. Duzentos e desessete (217), dos quinhentos e cinquenta e nove (559) constituintes, apoiaram o regime militar, antes de 1980. Dos 298 constituintes do PMDB, em 1987, 40 pertenceram ao PDS, em 1983, e outros 42 pertenceram a ARENA, em 1979. Apenas **137** constituintes do PMDB, em 1987, pertenceram ao MDB em 1979 ou ao PMDB, em 1983. A bancada de "históricos" do PMDB, em 1987, conta com 40% da Assembléia e não com o hegemônico percentual de 53%. O PMDB foi um partido majoritário, mas não hegemônico na constituinte.

O PFL, segunda maior bancada no Congresso, é o partido que congregou o maior número de políticos do antigo regime.

O PMDB entrou num processo de inchamento, por não conglomerar um número homogêneo de integrantes, divergindo em áreas como a definição do modelo econômico, fator que evidencia o continuísmo de políticos do "antigo" regime mantendo um sistema oligárquico, conservador.

Pode ocorrer que, num sistema pluripartidário e pluralista, haja um partido dominante, majoritário, que represente o governo, mas nem por isso seja um regime democrático, uma vez que pode ocorrer uma absorção do Estado pelo partido.

O Brasil em 1986, aglutinou muitos parlamentares no PMDB transformando-o no maior partido do país, isto ocasionou uma implosão dentro do sistema pluralista, houve um pluralismo extremado, porque o PMDB foi transformado em "frente" e, esta, aglomerou poli

GRAFICO 02:

TRAJETÓRIA PARTIDARIA

Partidos em que estiveram	Partidos em que estão atualmente						
	PMDB	PFL	PDS	PDT	PTB	PT/PCs/PSB	PL/PDC
	%	%	%	%	%	%	%
PDS		75	-	17	39	—	55
ARENA	19	44	—	17	28	—	9
PP	14	3	—	4	6	—	—
PTB,	9	5	6	25	—	4	18
UDN	4	7	18	—	—	—	18
PSD	5	6	3	—	—	4	—
MDB	—	3	3	29	17	20	9
PMDB	—	6	—	21	—	28	9
PDC	1	3	3	—	6	4	9
PFL	2				11	—	9
PT	1	-	—	8	—	—	—
PSB	1	—	—	4	—	—	—
MTR	1	—	—	4	6	—	—
PDT	1					—	9
PCB	1	—	—	—	—	—	—
PSC					6	—	—
PSP				4	—	—	—
PNT					6	—	—
PR					6	—	—
Outros (PL/PCN/PST/PTN)	1	1	—	—	6	—	—
Número de res- postas	257	116	33	24	18	26	11

ticos de várias tendências, heterogeneizando o que deveria ser ho-

mogênio em termos de programa, prática e doutrina, (ideologia).

Teve-se no Brasil, dois momentos marcados por esse extremo pluralista; um em 1946, quando o PSD obteve 53% das cadeiras no Congresso, e outro, em 1986, quando o PMDB elegeu também 53% dos membros para compor o Congresso Nacional (Constituinte). Essa maioria partidária impõe a criação de blocos suprapartidários, por que se assim não fosse, os pequenos partidos não teriam "vez" e nem condições para aprovar qualquer emenda .

O PMDB, embora tendo a maioria no Congresso, não teve condições para governar sozinho, porque o presidente da República era de outro partido o PFL, que, apesar de ser o segundo maior partido no Congresso, sozinho não poderia governar.

. Não houve um partido dominante, e sim um bloco, uma frente heterogênea, no poder; a "aliança democrática", composta pelo partido majoritário, PMDB e o PFL, mas o partido majoritário não era o partido do presidente da República, por isso, não houve um partido dominante, pois era necessário unir forças muitas vezes antagônicas no Executivo e no Legislativo. O Legislativo estava com o maior partido, mas o Executivo com o poder de decisão política, porque tinha em suas mãos o poder da "barganha".

O PMDB, pela primeira vez em sua história, teve que assumir o papel de ser o partido do governo, em vez de ser uma "frente de oposição" como sempre foi seu comportamento, inclusive nas eleições de 1986. Para atuar, conciliando interesses no Executivo e no Legislativo precisaria de uma liderança competente na arte da conciliação e negociação como tentou fazer o deputado Ulysses Guimarães, presidente do Congresso, da Constituinte e do PMDB.

O fisiologismo do PMDB tornou-se evidente quando precisou negociar ministérios com o governo e algumas propostas que dependeriam do apoio ou não do Presidente da República.

Conforme ficou evidenciado, a política no Brasil é feita e dirigida pelo poder econômico, que está centralizada no poder do Estado. Porque é o Executivo nacional quem deve fazer o repasse de verbas para os estados e municípios, isto o coloca em situação privilegiada, podendo conduzir a política da forma que melhor lhe aprouver.

Para romper com essa prática, o líder no Legislativo precisava ter astúcia para conduzir os fatos de forma que, apresentando um complicador, criaria novos caminhos, dificultando a ação direta do Executivo e favorecendo as negociações entre os políticos de forma mais democrática, e com menos interferência dos instrumentos que o Estado dispõe, tais como o poder econômico e a mídia.

Pode-se detectar o verdadeiro perfil ideológico (fisiológico) dos constituintes quando começaram a ser votadas as propostas e emendas ao projeto de constituição.

No início de 1987, conforme pesquisas feitas por Leôncio M. Rodrigues¹⁹ os constituintes declararam-se na maioria como de centro-esquerda, porém, durante as votações ficou confirmada a tendência conservadora e de centro-direita.

Nas votações sobre a reforma agrária, por exemplo, votação de nº 531, os constituintes que, no início do governo Sarney, manifestaram-se a favor da reforma agrária sobre terras improdutivas, mais tarde aderiram à emenda do Centrão e recederam, demonstrando o perfil conservador e comprometimento com lobbistas, como a UDR, que elegeu muitos constituintes em 1986. (Ver anexo III).

Nesse momento, os constituintes que tinham se colocado no início da pesquisa como de centro-esquerda, começaram a recuar de suas intenções de mudanças estruturais na sociedade. Constatou-se que o perfil do centro e de centro-direita pregavam essa imagem para obterem o consentimento popular e chegarem ao poder. Uma vez alcançados seus objetivos, passariam a defender seus próprios interesses ou os interesses de sua classe.

Esse dado é confirmado pelo gráfico sobre a distribuição das profissões dos constituintes e a região que eles "representam". (vide gráfico 03)

Os constituintes de centro-direita e de centro, auto-definiram-se como favoráveis a desapropriação de terras improdutivas.²¹ (vide gráfico 04)

No entanto, quando foi votada a proposta sobre a desapropriação da pequena e média propriedade rural, que não fosse produtiva e nem estivesse cumprindo com sua função social, a matéria não foi aprovada por falta de quórum, quando chegou a hora da decisão, os constituintes, na maioria comprometidos com o empresariado

GRAFICO 03:

DISTRIBUIÇÃO DAS PROFISSÕES
(por região)

	Norte %	Nordeste %	C. Oeste	Sudeste %	Sul %
GRUPO I					
Advogados	17	21	25	22	15
Engenheiros	10	06	05	05	03
Médico	02	05	07	10	06
Outras prof. intelectuais	12	08	05	07	09
Jornalista e radialistas	02	03	05	03	08
Professores.	08	05	02	08	05
Sub-Total	51	48	49	55	46
GRUPO II					
Empresários urbanos	21	20	10	23	23
Empresários rurais	02	11	20	07	09
Empresários com atividade diversificada ou não identificada.	02	04	02	01	03
GRUPO III					
Funcionários públicos	16	11	10	06	06
Tecnocratas.	04	04		03	
Sub-Total	20	15	10	09	06
GRUPO IV					
Profissões ma- nuais ou de ní- vel médio.	02		07	04	04
Sub-Total	02		07	04	04
GRUPO V					
Outras prof. e ocupações não identificadas.	02	02	02	01	09
Sub-Total	02	02	02	01	09
	100%	100%	100%	100%	100%
total de respostas	49	151	41	169	77

rural, não tiveram a "coragem" de mudar a estrutura do Estado. Criaram dificuldades, a ponto de dividir os constituintes, introduziram outras questões, para obterem através de negociações "casuísticas" o consentimento dos demais, a favor da classe dominante.

GRAFICO 04:

		AUTODEFINIÇÃO POLÍTICA E REFORMA AGRÁRIA			
		Dir. moderada ou centro-dir. %	Centro	Esq. Moderada ou centro-esq. %	Esquerda radical %
Contrários a uma reforma agrária'		13	08	01	
Reforma agrária apenas em terras não-produtivas		78	85	58	05
A favor de uma reforma agrária radical		09	07	41	95
		100%	100%	100%	100%
Total de pespostas		23	151	214	22

As mesmas dificuldades surgiram por ocasião da votação de nº535, sobre a estatização do sistema financeiro. Além do grande número de constituintes, empresários rurais, constatou-se igualmente o grande número de empresários urbanos, razão pela qual, não foi aprovada a proposição que tornava as instituições financeiras de propriedades exclusiva do poder público. A auto-definição política sobre preferência por sistema econômico, retratou que a maioria identificada como de centro (vide gráfico 05), era de liberais, embora seu perfil ideológico, no início, acusasse a maioria como de centro-esquerda. A maioria dos constituintes é de centro-esquerda, mas no discurso para obtenção de votos, na hora da decisão, são a favor de seus próprios interesses de classe.

GRAFICO 05:

23

AUTODEFINIÇÃO POLÍTICA E PREFERENCIA POR SISTEMA ECONOMICO

	Direita moderada ou centro-direita %	Centro %	Esquerda moderada ou centro-esquerda %	Esquerda radical %
"Liberais"	63	67	23	—
"Social- democrata"	29	29	50	5
"Socialistas- moderados"	8	4	22	16
"Socialistas extremados"	—	—	5	79
	100%	100%	100%	100%
Total de res- postas	24	153	218	19

OBS:- Não consta a alternativa direita radical porque nenhum deputado se autodefiniu como tal. Ademais, três deputados da esquerda radical apresentaram outros modelos de organização econômica de natureza socialista mas diferente do modelo estatal soviético.

Conforme Leôncio M. Rodrigues (vide gráfico 06), a maioria dos Constituintes se definem como de centro-esquerda.

Quando, para quem e porque? Por ocasião de eleições, a classe dominante, travestida em partido político com discurso populista e demagógico, tenta obter o consentimento, embora tenha a vontade consciente da maioria utilizando-se de argumentos falaciosos, para consquistar o poder político e, com isso aumentar a área de atuação do seu poder pessoal.

Constatou-se esse fisiologismo pela trajetória partidária dos mesmos que se autodefiniram como de centro-esquerda, e que os deputados do PMDB, tiveram percurso por vários outros partidos, principalmente no PDS e no PFL. A ideologia é fisiológica, isto é, depende do poder central e das benesses que este lhes pode oferecer (vide gráfico 07).

O "Centrão" surgiu de um grupo de constituintes e empresários descontentes com o texto elaborado pela Comissão da Ordem

GRAFICO 06:

2«
 AUTODEFINIÇÃO POLÍTICA
 (Por Partido)

	Total %	PMDB %	PFL %	PDS %	PDT %	PTB %	PT/PCs/PSB %	PL/PDC %
Direita radical								-
Direita moderada ou centro-direita	6	2	10	21	5	15	-	-
Centro	37	22	72	69	-	54	-	78
Esquerda moderada ou centro-esquerda	52	74	18	10	95	33	31	22
Esquerda radical	5	2					69	—
	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%
Total de respostas	420	224	100	29	22	15	21	9

Econômica, conforme declaração de Severo Gomes²⁵. O "texto elaborado pelo "Centrão" foi aprovado sem ser lido e nem discutido e foi rejeitado o texto da Comissão de Sistematização sem ser lido e nem discutido".

Outro fato que contribuiu para a formação do "Centrão", foi a insatisfação de alguns constituintes com as prerrogativas que o regimento interno teria dado à comissão de Sistematização e à figura do seu relator, o deputado Bernardo Cabral. Dizia o regimento que valeria o texto da Comissão de Sistematização, a menos que houvesse 280 votos em plenário, contra o texto da sistematização.

Esta medida dificultaria a ação dos constituintes fisiológicos que não estavam preocupados com os trabalhos constituintes e sim com seus próprios interesses, pois uma vez não havendo favoritismo de proposta para a sua classe, seriam necessários 280 votos contrários à tese apresentada.

Foi em função dessas dificuldades apresentadas pelo regimento, que o "Centrão" procurou complicar quando da aprovação das propostas da Sistematização em relação ao sistema de governo, mod

GRAFICO 07:

POSIÇÃO DOS DEPUTADOS DO PMDB SEGUNDO SUAS
ORIGENS PARTIDÁRIAS[®]

	Só foram do MDB/PMDB %	Foram da Arena do PDS ou do PFL %	Foram de ou tros partidos %
Direita radical			
Centro direita			
Centro	19	43	20
Centro-esquerda	80	57	80
Esquerda radical	1		
	100%	100%	100%
Total de respostas	105	59	20

Obs:- Os dados da tabela acima devem ser considerados como indicativos de uma tendência, uma vez que não estão incluídos os deputados sobre os quais não se aplicou o questionário e os que se definiram politicamente.

lo econômico e reforma agrária, principalmente. Eles alegaram razões de forma para impedir a aprovação do texto da Sistematização, que era favorável à desapropriação de terras improdutivas e que não tivessem destinação social.

O "Centrão" caracterizou-se pelo governismo, apoiando as decisões do Planalto e procurando ser o mediador entre o presidente Sarney e o Congresso. Defendeu um mandato de cinco anos para o presidente em exercício e o sistema presidencialista. Teve como principais protagonistas o ²⁷PFL e o PDS, depois o PTB, PDC e segmentos do PMDB.

As questões sobre o sistema de governo a ser adotado, tornaram-se polêmicas devido à acumulação de votação sobre mandato e sistema de governo, isso provocou a polarização esquerda/direita ou governista e antigovernista, sendo que nesse maniqueísmo o governo tirava maior vantagem, porque tinha a seu favor o "Centrão", que conseguiu arregimentar grande parte dos constituintes.

Tão logo foi votado o sistema de governo, em 22 de março de 1988, houve a cisão do PMDB, surgindo posteriormente o PSDB.

Dividido entre "históricos" e "moderados", o PMDB não conseguiu a homogeneidade ideológica necessária a um partido.

Primeiramente surgiram os "rebeldes" ou "radicais" do partido, que deram origem ao MUP - Movimento de Unidade Progressista. Posteriormente, por ocasião da votação do sistema de governo, integrantes do MUP e outros partidos descontentes com a aprovação do sistema presidencialista romperam com seus partidos e fundaram o PSDB que, formado inicialmente por 47 parlamentares, tinha, em sua maioria um número de 39 descontentes do PMDB. Um dos fundadores do PSDB, José Richa (ex-PMDB-PR) declarou, no primeiro Encontro para Formação de Novo Partido, na Assembléia Legislativa de Florianópolis, em 18 de junho de 1988, que o problema do PMDB residia na dificuldade de debater suas divergências internas. Isto evidenciou o não cumprimento básico de seu programa.

O PSDB declarou-se como um partido antigovernista, porque entendeu que o governo abandonou o programa do PMDB e, insatisfeitos com essa atitude e descaso do partido diante dessa situação, seus membros resolveram fundar um novo partido, cujo programa se fundamentou basicamente na mudança do sistema de governo vigente e na implantação do parlamentarismo. (vide gráfico 08)

Surgiram três propostas para o sistema de governo e mandato do presidente Sarney:

- Parlamentarismo, com quatro anos de mandato para o presidente Sarney, que tinha o apoio dos dissidentes rebeldes do PMDB e líderes de outros partidos, proposto inicialmente pelo deputado José Fogaça (PMDB-RS).

- Parlamentarismo, com cinco anos para o presidente Sarney, que era defendida pelo deputado Ulysses Guimarães e outros constituintes, identificados com a corrente de centro-direita.

- Presidencialismo, com cinco anos para o presidente Sarney ou Emenda Lucena que era defendida pelo "Centrão", maioria do PFL, PTB, PT, PDT, PDS e fisiológicos do PMDB.

O que estava em jogo para a votação do sistema de governo era o tempo de duração do mandato do presidente José Sarney. Os militares não se preocupavam com o sistema de governo, desde que o mandato fosse de cinco anos, como declarou o brigadeiro Octávio Mo-

GRAFICO 08

"Perfil do PSDB (Partido da Social-Democracia Brasileira) no Congresso Constituinte segundo a origem partidária, a ideologia e a avaliação do DIAP (22 semestre/1988) (ne absolutos)".

Região	(N)	Origem Partidária						PT/PDC PL/PSD
		PMDB	PFL	PDS	PDT	PT	PCB/PC doB/PSB	
Norte	2	1	0	0	0	0	*1	0
Nordeste	8	6	1	0	1	0	0	0
Sudeste	24	21	1	0	0	0		***1
sul	8	8	0	0	0	0	—	0
Centro Oeste	5	3	2	0	0	0	—	0
Total	47	39	4	0	1	0	2	1

Região	Corrente ideológica segundo a "Folha de s. Paulo" (17/1/87)					Avaliação 'DIAP (média)
	Esquerda	Centro 'esquerda'	Centro	Centro 'direita'	Direita	
Norte	0	2	0	0	0	' 8,75 (2)
Nordeste	3	1	1	3	0	' 9,38 (8)
Sudeste	2	16	3	3	0	' 7,22*** (23)
Sul	' 1	5	2	0	' 0	' 9,22 (8)
Centro Oeste	1	2	1	1	0	' 8,60 (5)
Total	7	26	7	7	' 0	' 8,16 (46)

*Beth Azize (PSB - Amazonas) ***Dirce Tutu Quadros (PSC-SP)
 ** Célio de Castro (PC do B-MG) ****Afonso Arinos (ex PFL-RJ)
 ficou sem nota no relatório do DIAP

reira Lima, ²⁸ ministro da Aeronáutica .

"Analisamos a questão do mandato e manifestamos nossa preocupação com as dificuldades que as eleições em 1988 trarão para o ano em curso. Estamos preocupados porque isto trará dificuldades insuperáveis... Mas os cinco anos para Sarney asseguram uma transição tranqüila".

Sabendo disso, o "Centrão" e demais fisiológicos apoiaram a tese dos cinco anos, porque teriam o apoio das FFAA e ficariam mais um tempo desfrutando dos benesses que o Executivo lhes proporcionava. Declararam-se contra os quatro anos, o Ministro Prisco Viana e Antônio Carlos Magalhães, dois políticos vindos do antigo regime e que compunham o ministério Sarney, como homens confiáveis do presidente.

O PT e o PDT, votaram "com o Centrão e os militares" pelo presidencialismo, e vários constituintes mudaram na última hora com medo da ameaça de golpe militar,

A votação do sistema de governo ³⁰ foi a de nº 315, e durante todo o tempo de trabalho da Constituinte, pela primeira vez o plenário ficou completo: 559 constituintes votaram. Destes, 344 votaram a favor da emenda Lucena, 212 votaram contra e 3 se absteram. Votaram contra o presidencialismo: os PCs, PSB e o PTR. O PDC votou 3 sim e 3 não, no PDS o presidencialismo venceu com 21 votos contra 15 votos contrários; o PDT teve 2 votos contra a Emenda e 25 a favor e uma abstenção; o PTB teve 16 a favor e 9 contra; o PMDB **148** contra, 145 a favor e 2 abstenções. Confere-se estes dados na tabela da página seguinte.

Quanto à votação de nºs 624, sobre a duração do mandato do presidente Sarney, estiveram presentes em plenário 533 constituintes. Dos presentes 328 votaram pelos 5 anos e 222 contra, com 3 abstenções.

Foram favoráveis aos 5 anos: PDC, 4 votos; PFL, 110 votos; PDS **24** votos, PL 3, PMDB 168 e PTB 16 votos.

Estes números podem ser confirmados na relação de votos dos constituintes (ver ANEXO VI).

Diante destes acontecimentos, observou-se que os partidos políticos estavam mais preocupados em se manterem próximos ao Executivo do que atuarem como representantes dos interesses da sociedade como um todo. (Ver ANEXO VII).

"Votos pelo Parlamentarismo (contra a Emenda Lucena, 22-3-88), por região e partido" 3 1

Re- giões	PMDB	PFL	PDS	PDT	PT	PCB/PC B/PSB	PTB/PDC/PL PSC/PMB	TOTAL
Morte	24,2 8/33	6,3 1/16 1/5	0,0 0/0 0/0 1/1 0/2	18,6 59
»Jordes te	61,3 49/80	9,0 6/67	28,6 4/14 1/1 0/0 4/4 1/2	38,7 168
Sudes te	46,0 40/87	20,0 5/25 5/8	0,0 0/16 0/13 3/3	47,8 11/23	36,6 175
3ul	66,7 36/54	45,5 5/11 6/9 0/5	0,0 0/2 0/0 0/0	58,0 81
:entro Deste	51,5 17/33	30,0 3/10 0,2 0,1 0/0 2/2 2/5	45,3 53
Total	52,3 150/287	15,5 20/129	42,1 16/38	4,0 1/25	0,0 0/15	100,0 10/10	43,8 14/32	39,4 211/536

*A tabela considera apenas os constituintes inicialmente eleitos que estavam no exercício do mandato no dia 22-3-88, excluindo, portanto, os que faleceram ou licenciaram-se, bem como os respectivos suplentes.

**A votação final, excluídas 3 abstenções, foi 344 a favor da emenda e 212 contra; ou seja, 38,1% de votos parlamentaristas.

Esta mudança na posição dos constituintes, se deve ao clientelismo estatal, forma de manter o sistema partidário, quando se tem um número vasto de partidos de "massa" ou populistas, conforme

se pode ver na tabela a seguir, que trata da trajetória dos políticos COS durante a Assembleia Nacional Constituinte.

Trajетória dos Políticos durante a ANC:

"Avaliação dos constituintes eleitos em 1986 pela FIESP, segundo a filiação partidária no início e ao final do Congresso Constituinte"

Partidos	Avaliação			
	1986		1988	
PMDB	6,67	(294)	7,12	(231)
PFL	9,29	(129)	9,46	(123)
pps	9,45	(37)	9,59	(34)
PDT	5,86	(25)	4,04	(27)
PT	3,33	(16)	3,33	(16)
PCB/PC do B/ PSB	3,33	(10)	3,33	(14)
PTB	7,77	(18)	8,05	(26)
PDC	8,88	(6)	8,45	(12)
PL	8,09	(7)	8,56	(7)
Outros	3,33	(1)	4,81	(8)
PSDB	-	-	4,68	(47)
total (X)	7,36	(543)	7,29	(545)

* As cifras na tabela variam de 9,99 (posição favorável) a 3,33 (posição contrária) aos interesses da FIESP. Os números entre parênteses são as bases das respectivas médias.

** Excluídos do cálculo os que faleceram no decorrer do período, os que se licenciaram e os não avaliados pela FIESP por haverem servido apenas por curto período.

• Constatou-se no decorrer da história que a classe que auxiliava o poder central sempre teve força suficiente para ser dominante. Constatou-se, também, que foi somente na década de 1970, com o surgimento dos movimentos sociais, é que a

sociedade civil começou a se manifestar diretamente, porém nunca foi efetivamente representada.

As rupturas que se fizeram, na ordem legal, foram insuficientes para dar o equilíbrio necessário para a relação entre a sociedade e o Estado. E a cúpula dirigente manteve-se a mesma a cada nova Constituição, assim como os descontentamentos na sociedade nunca foram resolvidos com o surgimento de novas Constituições.

NOTAS

- (01) BONAVIDES, Paulo. Constituinte e Constituição - a democracia, o federalismo, a crise contemporânea. Fortaleza, IOCE, 1987. 2ª ed. p. 54
- (01-a) A palavra "prepotencialista" é uma expressão utilizada pelo prof. Dr. Christian Guy CAUBET quando afirma que "Nossa tradição política autoritária mais sugere a noção de prepotencialismo ... para caracterizar os poderes constitucionais e o desempenho prático dos chefes do nosso Poder Executivo". Em palestra proferida em Florianópolis no dia 18 de outubro de 1988 e em Curitiba no dia seguinte do mesmo ano, ao tratar do tema: "O Presidencialismo Brasileiro".
- (02) "Tumulto, brigas e socos em Florianópolis". A Razão, 01/12/79.
- (03) "Ataque ao Presidente: atentado no Rio mostra os riscos do populismo e fere a essência do processo de Transição". Isto é, 01/07/87. p. 18
- (04) BIERREMBACH, Flávio. Quem tem medo da Constituinte. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1986. p. 165
- (05) SILVA, Golbery do Couto e. Conjuntura política Nacional. O poder Executivo & Geopolítica do Brasil. Rio de Janeiro, J. Olympio, 1981. 2ª ed. p. 17
- (06) Idem p. 21
- (07) ROSSI, Clóvis. "Exércitos fazem pactos secretos para intervir no poder". Folha de São Paulo, 28 de setembro de 1988. p. A-6
- (08) Isto é, 11/02/87. p. 18
- (09) Isto é, idem p. 19
- (10) Isto é, 01/04/87. p. 23
- (11) O ministério de José Sarney, foi composto na maioria de políticos da extinta UDN (como ele próprio) além de oito ex-governadores pela ex-arena.

Ex-governadores pela ARENA, fórum: Aluizio Alves, Raphael de Almeida Magalhães, Antônio Carlos Magalhães, Marco Maciel, Roberto Santos, Aureliano Chaves, Jorge Bornhausen, Abreu Sodré, sendo que estes últimos cinco foram governadores nomeados,

- (12) RAMOS, J. Saulo. Assembléia Constituinte. O que pode e o que não pode. Natureza, extensão e limitação de seus poderes. São Paulo, Alhambra, 1987. p. 11
- (13) RODRIGUES, Leôncio Martins. Quem é Quem na Constituinte. Uma análise sócio-política dos partidos e deputados. São Paulo, Oesp Maltese, 1987. p. 97
- (14) RODRIGUES, Op. cit. p. 98 '
- (15) Idem, p. 98
- (16) Ibidem, p. 153
- (17) O ministério do governo Sarney foi composto na maioria, por políticos do antigo regime, cf, nota de nº 11, acima citada.
- (18) STEPAN, Alfred (organizador). Democratizando o Brasil. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1988. p. 570
- (19) RODRIGUES, Leôncio Martins. Quem é Quem na Constituinte. Uma análise sócio-política dos deputados. São Paulo, Oesp Maltese, 1987. 368 p.
- (20) RODRIGUES, Op. cit. p. 82
- (21) Idem, p. 114
- (22) Ibidem, p. 114
- (23) Ibidem, p. 119
- (24) Idem, p. 113
- (25) GOMES, Severo. "Bye, Bye Centrão". Folha de São Paulo. 04/09/88. p. A-2
- (26) RODRIGUES, Op. cit. p. 104
- (27) LAMOUNIER, Bolívar. Partidos e Utopias: o Brasil no Limiar dos anos 90. São Paulo, Loyola. 1989. p. 76

- (28) Veja. 16/03/88. p. 16
- (29) LAMOUNIER, Op. cit. p. 80
- (30) LAMOUNIER, Op. cit. p. 22
- (31) Idem p. 83
- (32) LAMOUNIER, Op. cit. p.83

CONCLUSÃO

Ao término dessa pesquisa, tem-se a sensação de que não existe uma única conclusão das análises realizadas sobre a estrutura político-partidária no Brasil.

Os conceitos parecem sofrer alterações, ganhando novos significados à medida em que ocorrem transformações conjunturais, e conforme o enfoque que se pretende dar.

Portanto, as conclusões não aspiram apresentar fórmulas estanques, definitivas. Procura-se apenas sintetizar os conhecimentos apreendidos, deixando margem a novas interpretações tendo em vista a dinâmica social e política.

O privilegiamento do aspecto político e jurídico incita ao questionamento sobre a existência ou não de partidos políticos como instrumento de transformação social, e a legitimidade do Estado fundamentado na pluralidade de partidos.

O processo de abertura política e a posterior transição democrática para a "nova" república caracterizaram-se pela continuidade, pela não ruptura com as antigas formas de fazer política quando as decisões eram e permaneciam sendo feitas nos gabinetes e com o apoio das oligarquias.

A transição democrática foi marcada por negociações entre as elites que compunham o bloco no poder (os militares, Tancredo Neves e o PMDB). Nessa transição a sociedade civil, embora excluída, teve espaço, embora concedido pelo governo, para experi-

mir sua conformidade ou desagrado, por isso foi um momento diferente de 1964.

Na transição, houve continuísmo também quanto aos personagens políticos do regime autoritário. Isso ficou evidenciado com o grande número de constituintes remanescentes, ("biônicos de 1982) bem como os componentes do ministério do presidente José Sarney.

Evidenciou-se que, com o advento do governo José Sarney, não houve uma "nova" república, e sim a continuidade do regime militar. Nesse momento, não mais como agentes ou atores da política, mas como tutores do processo de transição para a possível sedimentação de um governo civil. Esse fato ficou demonstrado nas frequentes manipulações na forma de interpretar a doutrina constitucional, e manutenção da legislação autoritária do regime militar, com a Lei de Segurança Nacional, por exemplo.

A "nova" república foi viciada também pela ilegitimidade do governo e pela forma como se efetivou a transição. A emenda constitucional nº226/85 e as crises jurídicas criadas durante o processo constitucional foram insuficientes para se avaliar a constituição Federal, haja visto a inconstitucionalidade do procedimento de instalação da "Assembléia Nacional Constituinte".

Pode-se dizer que a forma de convocação da Assembléia Nacional Constituinte foi ilegítima e ilegal. Foi ilegítima do ponto de vista do órgão que a determinou não ter sido o competente para fazê-lo e, se fosse, não teria a legitimidade. Foi ilegal porque uma Emenda não tem poder para convocar uma Assembléia Nacional Constituinte, caso o povo fosse chamado para dizer quem seriam os seus representantes do poder constituinte originário.

Mas não houve eleição para escolher os constituintes, houve eleição, isso sim, para escolher deputados e senadores para comporem o poder legislativo. A Emenda deu ao Congresso o nome de Assembléia sem poder fazê-lo.

E quem convocou a Emenda foi o poder executivo, esse ato foi o principal gerador de crises da "nova república".

Isso vem ao encontro da tese do Goffredo Telles Junior¹: "A norma é legal quando ela não contraria mandamento de uma norma que lhe seja hierarquicamente superior dentro da ordenação jurídica".

ca global da sociedade. (...) A norma que contraria norma hierarquicamente superior a ela, ou não for resultante de um processo legislativo regular, é norma ilegal”.

Para efetivar a democracia deve-se transformar as reivindicações em direitos e conquistas sociais, criar regras que garantam o equilíbrio das forças sociais na definição dos recursos e das políticas públicas para viabilizar o desenvolvimento social e impedir o monopólio estatal.

De um lado, com a ampliação da participação da sociedade civil, e com a representação das associações de moradores, sindicatos e outras representações e, de outro lado, com a centralização

das decisões a favor do Executivo, esses fatos contribuem para o entendimento de que os partidos políticos não estão fazendo mais a mediação de interesses. Eles fazem parte do Estado, reproduzem a ideologia do governo (fisiologismo).

O papel que deveria ser dos partidos, está sendo dos movimentos sociais, das associações profissionais, das comunidades de base, dos sindicatos, lobbies, etc.

O processo democrático precisa avançar como construção coletiva, com a participação de todos os grupos sociais. Precisa entender a democracia para além do aspecto jurídico formal, e ingressar no plano econômico e político, para garantir uma igualdade social e não apenas a possibilidade de sua reivindicação.

A identificação da dependência econômica, o aparelho militar e o aparelho estatal, entre outras, reforçaram, no decorrer da história, a prática da dominação-dependência que se prolongou no tempo.

A democracia, embasada somente no sistema de partidos, é ineficaz devido à falta de legitimidade na representação do voto. Este não expressa, necessariamente, a vontade consciente do cidadão porque essa vontade sofre manipulações através dos aparelhos de Estado.

A desideologização partidária gera apatia na sociedade, desencadeando uma inversão nos mecanismos do poder e do sistema político. Confunde-se o público e o privado, a sociedade política passa a tratar dos assuntos de Estado numa lógica como se fossem

domésticos.

A fragilidade da instituição partidária e a coesão dos interesses individuais (ideologia de prática fisiológica) que compõem os grupos supra-partidários, conduzem à ruptura de muitos partidos.

O fisiologismo é uma "patologia" que torna atípica a instituição, tornando o partido um mediador dos interesses do poder estatal, desenvolvendo uma política de prática populista, paternalista e clientelista.

Esse fisiologismo se dá a nível intrapartidário, como ocorreu com o PMDB durante o processo constituinte. Dividiu-se internamente e gerou um novo partido, o PSDB. A nível interpartidário, cristalizou-se durante a Constituinte, quando se criou o Centrão, que era integrado por políticos fisiológicos e foram grupos suprapartidários, contribuindo para o enfraquecimento da instituição política partidária.

O político fisiológico não pertence à estrutura representativa da sociedade civil, e sim de controle dessa sociedade, através de atitudes que beneficiam a si próprios, em detrimento do bem público.

De positivo constatou-se a sedimentação dos partidos durante o processo constituinte. Na adversidade e no conflito de interesses e ideologias, alinharam-se aqueles de idéias semelhantes, e romperam aqueles de idéias divergentes. O Centrão colaborou para esse evento. A frente que se aglutinou no PMDB, definiu seu perfil ideológico, o que ficou constatado pelo processo de migração de vários constituintes para outros partidos durante os anos de 1987 e 1988.

A caracterização ideológica seguiu o critério polarização direta/esquerda, caracterizada pelo governismo e a sociedade civil no mesmo intensidade em que fragmentou a classe política, ocasionou uma aparente contradição que serviu para politizar a sociedade. A imprensa fez críticas, muitas vezes, insustentáveis, sem comprovação ou seriedade, sem acompanhamento e sem dar continuidade aos fatos. Confundindo, outras tantas, a opinião pública. Mas esse fato influenciou positivamente, porque intensificou a par

ticipação política por parte da população.

O crescimento da oposição é sempre visto pelos conservadores como uma ameaça eleitoral, porque os partidos têm como finalidade a disputa eleitoral.

O partido político que deveria fazer o vínculo orgânico entre a sociedade civil e a sociedade política (Estado lato sensu), não o faz. Então surge a necessidade de se criarem outras associações intermediárias, que ocupam importante papel social e político: são os grupos de pressão ou lobbies.

No Brasil, o que se rotula como "partido político" são instrumentos do poder executivo via legislativo para controle social. A "ideologia política" mescla o campo do público e do privado. '

NOTA

- (1) TELLES Júnior, Goffredo. A Constituição, a Assembléia Constituinte e o Congresso Nacional. São Paulo, Saraiva, 1986. p. 33e34.

REFERENCIAS BIBLIOGRAFICAS

1. LIVROS E REVISTAS

- ALTHUSSER, Louis. Ideologia e Aparelhos Ideológicos do Estado. Trad, de Joaquim José Moura Ramos. Lisboa, Presença/Martins Fontes, 1980. 3^a ed. 120 p.
- BARACHO, J. A. de Oliveira. Teoria Geral dos Partidos Políticos. Revista de Informação Legislativa. Ano 16 n5 64, out./dez. 1979. 205 p.
- BIERREMBACH, Flávio. Quem tem medo da Constituinte. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1986. 175 P-
- BOBBIO, Norberto e PASQUINO, Gianfranco. Dicionário de Política. Coord. e Trad, de João Ferreira. Brasília, UnB, 22 ed. 1986. 1328 p.
- BONAVIDES, Paulo. Constituinte e Constituição: a democracia, o idealismo e a crise contemporânea. Fortaleza, IOCE, 1987. 804 p.

- BORGES F2, Nilson. Intervenções Militares no Brasil. Florianópolis, UFSC, 1986. Monografia de Doutorado. 75 p.
- CAMPANHOLE, Adriano e Hilton Lobo. Constituições do Brasil. São Paulo, Atlas, 1981. 5ª ed, 689 p.
- CAUBET, Christian Guy. A "nova" República em seu contexto americano: Dos golpes dos 60 às democratizações dos 80. Advogado (POA-RS) Ano. IV. n. 2. MAI./AGO. 1987. p. 22
- "As várias cidadanias da Constituição de 1988". Ciências Sociais, hoje, 1989. São Paulo, Vértice, ed. Revista dos tribunais, ANPOCS, 1989. p. 133.
- CARVALHO, Inaiá M. Moreira e LANIADO, Ruth Nádia. "transição Democrática, Políticas Públicas e Movimentos Sociais", in: O Estado e as Políticas Públicas na Transição Democrática. São Paulo, Vértice, 1989. 386 p.
- CERRONI, Umberto e outros. Teoria Marxista do Partido Político. Ediciones pasado y presente, México. 1978. 114 p.
- Teoria do Partido Político. Trad. Marco Aurélio Nogueira e Silvia A. Kneipp. São Paulo, Livraria Editora Ciências Humanas. 1982. 74 p.
- CHACON, Vamirech. História dos Partidos Políticos. Brasília, UnB, 1985. 2ª ed. 739 p.
- Código Eleitoral e Legislação Complementar. São Paulo Javoli, 1988. 2ª ed. Lei Orgânica dos Partidos Políticos. 336 p.
- COELHO, João Gilberto Lucas, e Oliveira, Antonio Carlos Nantes de. A Nova Constituição-avaliação do texto e perfil dos constituintes. Rio de Janeiro, Revan Ltda., 1989. 453 p.
- Constituição da República Federativa do Brasil. Porto Alegre, OAB - RS, 1988. Ltda, 1989. 453 p.

- DIMENSTEIN, Gilberto. O complo que Elegeu Tancredo.
Rio de Janeiro, ed. J.B., 1985. 247 p.
- DINIZ, Eli e outros: Atores Sociais e o processo de de-
mocratização, In: Modernização Democrática no Brasil
Dilemas da Nova República. São Paulo, Revista dos
Tribunais, 1989. p- 27
- FIGUEIREDO, João B. Discurso (15/março/1979). In: Pis-
cursos. Brasília, de Imprensa e Divulgação, 1981,
Vol. I. p.
Discursos. Brasília acessória de imprensa e
divulgação, 1979. Vol. I p.
- GALBRAITH, John Kenneth. Anatomia do Poder. Trad, de
Hilário Torloni. São Paulo, Pioneira. 1984. 205 p.
- GARCIA, Maria. A República no Brasil. Revista de Direi-
to Constitucional e Ciência Política. Rio de Janei-
ro, Forense, 1987. p. 73 a 112
- GRAMSCI, Antônio. Maquiavel, a Política e o Estado Mo-
derno . Trad, de Luiz Mário Gazzaneo. 5^ª ed. Rio de
Janeiro, Civilização Brasileira. 1984. 444 p.
- LEHRING, Rudolf von. A Luta pelo Direito. Trad, de Ri-
chard Paul Neto. 4^ª ed. Rio de Janeiro, 1983. 132 p.
- LAMOUNIER, Bolívar e MENEGUELLO Rachel. Partidos Poli-
ticos e Consolidação Democrática - O Caso Brasilei-
ro. São Paulo, Brasiliense, 1986. 134 p.
. Partidos e Utopias - O Brasil no limiar
dos anos 90. São Paulo, Loyola. 1990. 150 p.
- MACHIAVELLI, Nicolo. O Príncipe. Trad, de Lívio Xavier
4^ª ed. São Paulo, Nova Cultural (Os Pensadores), 1987
237 p.
- MELLO, Leonel Ituassú Almeida. Golbery - Revisitado: Da
Abertura Controlada à Democracia Titulada, In ALBU-
QUERQUE, J. H. Guilhon e MOISÉS , José Alvaro (orga-
nizadores). Dilemas da Consolidação Democrática. Rio
de Janeiro, Paz e Terra, 1989. 269 p.
- MONTEIRO, Brandão e OLIVEIRA, Carlos Alberto p. Os Par-
tidos Políticos. São Paulo, Global. 1989. 189 p.

- PEREIRA, Moacir. O Poder Constituinte. Florianópolis, Lunardelli, 1986. 108 p.
- PESAVENTO, Sandra Jatahy. História do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, Mercado Aberto. 1980. 95 p.
- PORTELLI, Hugues. Gramsci e o Bloco Histórico. Trad, de Angelina Peralva. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987. 142 p.
- RAMOS, Saulo. Assembléia Constituinte. O que pode e o que não pode. Natureza, extensão e limitação de seus poderes. São Paulo, Alhambra, **1987**. 69 p.
- Revista de Direito Constitucional e Ciência Política. Rio de Janeiro, Forense, 1987. 486 p.
- RODRIGUES, Leôncio. Quem é quem na . Constituinte. Uma análise sócio-política dos partidos e deputados. São Paulo, Oesp Maltese. 1987. **184** p.
- RODRIGUES, Newton. Brasil Provisório (de Jânio a Sarney) Rio de Janeiro, Guanabara, 1986. 610 p.
- SILVA, Golbery do Couto e. Conjuntura Política Nacional: O Poder Executivo & Geopolítica do Brasil. Rio de Janeiro, Livraria José Olímpio Editora, 1981. 2ª ed **273** p.
- SKIDMORE, Thomas E. Brasil de Castelo a Tancredo:1964-1985. Trad, de Mário Salviano Silva. 2ª ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1988. 608 p.
- _____. A lenta via brasileira para a democratização: **1974-1985**. In STEPAN, Alfred (Org.). Democratizando o Brasil. Trad. Ana Luíza Pinheiro. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1988. p. 46
- SOARES, Gláucio Ari Dillon. Colégio Eleitoral, Convenções Partidárias e Eleições Diretas. Rio de Janeiro, Petrópolis, 1984. 108 p.
- STEPAN, Alfred. Os Militares: Da abertura à nova república. Trad, de Adriana Lopez e Ana Luíza Amendola. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1986. 115 p.
- _____. (Org.) Democratizando o Brasil. Trad. Ana Luíza Pinheiro. Rio de Janeiro, Paz e Terra, **1988**.

633 p.

TELLES Júnior. Goffredo. A Constituição, a Assembléia Constituinte e o Congresso Nacional. São Paulo, Saraiva, 1986. 135 p.

WEFFORT, Francisco C. Por que Democracia? São Paulo, Brasiliense. 1986. 4ª ed. 133 p.

WOLKMER, Antônio Carlos. Ideologia, Estado e Direito. São Paulo, ed. Revista dos Tribunais. 1989. 176 p.

XAUSA, Leônidas R. A Constituinte Questionada. Porto Alegre, L&PM, 1986. 151 p.

2. PERIÓDICOS

Jornal Folha da Manhã. 10/11/29. p. 01

"Os Carrascos da Revolução" Folha da Manhã, 03/10/31.

Folha da Manhã. 11/11/37. p. 34

Jornal Folha da Manhã. 28/04/45, p. 01

Folha da Manhã, 10/11/60. p. 01

Folha de São Paulo. 02/02/79. p. 01

Folha de São Paulo. 02/05/81 . p. 05

Folha de São Paulo. 28/08/80. p. 5 e 6

Folha de São Paulo. 26/02/84. p. 01

Folha de São Paulo. 26/04/84. p. 01

Folha de São Paulo. 13/08/84. p. 4 e 5

Folha de São Paulo. 16/01/85. p. 4 a 18

Folha de São Paulo. 20/05/85. "Idéia vitoriosa" p. 01

Folha de São Paulo. 13/03/85. p. 21

Folha de São Paulo. 13/11/87. p. A-8.

"UDR fez coleta de assinatura" Folha de São Paulo.

07/05/88. p. A-6

Folha de São Paulo. 11/05/88. p. A-6

MOREIRA, Dalton. Leônidas defende relatório da Conferência dos Exércitos. In Folha de São Paulo. 26/08/88
p. A-6

ROSSI, Clóvis. "Exércitos fazem pactos secretos para intervir no poder." In, Folha de São Paulo. 25/09/88
p. A-6

- GOMES, Sever. "Bye, Bye, Centrão". Folha de Sao Paulo, 04/09/88. p. A-2
- "Tumulto, brigas e socos em Florianópolis". A Razão, 01/12/79.
- "Primeira Página: 1925-1985". Folha de São Paulo. 1ª ed 1985. p.
- Manifesto Gaúcho, Revista Visão 15/05/77. p. 20
- Revista Visão de 18/11/77. p. 22 a 29
- Visão, 19/02./1979. p. 16
- Visão, 30/04/79. p. 25
- Visão, 30/04/79. p. 20
- Visão, 30/04/79. p. 19
- Visão, 10/12/79. p. 25
- Visão, 24/12/79. p. 19
- "Domando a Abertura". Visão, 06/08/79. p. 16
- Visão, 06/08/79. p. 16
- Visão, 19/05/80. "Ivete ganha e racha".
- Visão, 19/05/80. p. 12
- UDR Patrocínio anúncios pagos pela TFP. Senhor, São Paulo, Três Ltda. (183): 34-35, jun. 1986.
- Comissão Pastoral da Terra-SC. Mini-Dossiê:UDR, Florianópolis. Set. 1987. p. 09
- "Ataque ao Presidente: atentado no Rio mostra os riscos do populismo e fere a essência do processo de transição". Isto é, 01/07/87. p. 18

N E X O S

ANEXO I

LEIS QUE ALTERARAM CASUISTICAMENTE O SISTEMA ELEITORAL

LEIS QUE ALTERAM CASUISTICAMENTE O SISTEMA ELEITORAL

1. Emenda Constitucional ne 25, de 15 de maio de 1985 - Restaurou as eleições diretas para Presidente da República, dando nova redação ao art. 74 e 75 da E. C. nS 01/69.
Além disto, esta Emenda possibilitou:
 - o voto ao analfabeto (art. 144 § 4^o)
 - Vedou as municipais de Novembro/85, a sublegenda e permitiu coligações partidárias.
 - Revogou nomeações aos prefeitos e governadores de territórios .
 - Revogou a lei de fidelidade partidária.
 - Revogou a disposição que previa a perda do mandato de deputado ou senador pela prática de atos de infidelidade partidária.
 - Revogou o item IX do art. 137 da Constituição Federal ora em vigor que dava aos juizes e tribunais eleitorais a decretação de perda de mandato por senadores, deputados e vereadores nos casos do art. 152 § 5^o- (infidelidade partidária ou abandono de partido sob cuja legenda fora eleito).
 - Revogou o voto distrital misto. (art. 148 CF/69)
2. Decreto-Lei ns 1540/77 - Pacote de abril, instituiu reformas políticas e fechamento do Congresso Nacional.
3. Ato Institucional na 02, de 27 de outubro de 1965 - Extinção dos Partidos Políticos. .
4. Ato Institucional n^o 05, de 13 de dezembro de 1968 - Autoriza o Poder Executivo a legislar sobre todas as matérias; a suspender os direitos políticos por 10 anos, decretar o recesso parlamentar, e outros.
5. Lei ns 6767, de 20/09/1979 - Modificou a lei ns 5682, de 21 de julho de 1971 (Lei Orgânica dos Partidos Políticos), extinguindo os partidos criados como "organização": ARENA e MDB, criando

julho de 1971 (Lei Orgânica dos Partidos Políticos), extinguindo os partidos criados como "organização": ARENA e MDB, criando o pluripartidarismo.

6. Lei nº 7332, de 01 de setembro de 1985 - estabeleceu normas para as eleições de **1985**, alistamento eleitoral e o voto ao analfabeto.

Restabeleceu o voto de legenda que já havia sido instituído na Lei nº 4737/65 (art. 145, 175, 177). Suspendeu o art. 250 do Código Eleitoral que dava à Justiça Eleitoral, poder de fiscalizar sobre a propaganda eleitoral gratuita.

OUTRAS LEIS QUE ALTERARAM O SISTEMA ELEITORAL

1. Lei nº 5354, de 14/06/68 - Instituiu a sublegenda.
2. Decreto-Lei nº 1064, de 24/10/69 - Alterou o art. 302 do Código Eleitoral - vedando promoções em dias de eleições.
3. Lei Complementar nº 05, de 29/04/70 - Foi alterada pelo Decreto-Lei nº 1542, de 14/04/77, pela Lei Complementar nº **43** de **13/03/82** e pela Emenda Constitucional nº 22, de 29/06/82, que ■ disciplinou a sublegenda.
4. Lei Complementar nº 18, de 10/05/74 - Designou prazo para desincompatibilização de candidatos.
5. Lei nº **6091**, de 15/08/74 - Foi complementada pelo Decreto-Lei nº **1583/77** e pela Lei 6339/76, que regulou a propaganda gratuita. (verificar Lei Orgânica dos Partidos Políticos, art. 118 a 121)
6. Lei nº 7222, de 02/10/74 - Acrescentou parágrafo ao art. 31 da lei nº 5682, de 21/07/71, sobre o voto cumulativo.
7. Lei nº 6192, de 19/12/74 - restrições aos naturalizados.

8. Lei nº 26236, de 18/09/75 - Obrigatoriedade do alistamento eleitoral.
9. Decreto-Lei nº 1539, de 14/04/77 - Modificou a Lei Complementar nº 15/73, que regulava o Colégio Eleitoral para as próximas eleições presidenciais. Instituiu a Sublegenda para Senadores e Prefeitos.
10. Lei nº 6683, de 28/08/79 - Concedeu anistia aos presos políticos.
11. Emenda Constitucional nº 15, de 1980 - Extinguiu eleições indiretas para governadores e senadores.
12. Pacote de 25/11/81 - Vinculou o voto à legenda e proibiu coligações partidárias.
13. Lei nº 6961, de 01 de dezembro de 1981. Alterou o art. 17⁴ da lei nº 6091 /74.
14. Lei nº 6996, de 07/06/82 - Instituiu o serviço eletrônico para a conferência de votos.
15. Lei nº **7191** f de 04/05/84 - Alterou a composição do Tribunal Superior Eleitoral.
16. Lei Complementar nº **47**, de 22/10/84 - adaptou a Lei Complementar nº **15/73** às disposições da Emenda Constitucional nº **11**, de **29/06/82**.

ANEXO II

PARLAMENTARES VINCULADOS À UDR: 198?

Alexandre Puzyma (Pi4DB-SC, Dep.); Victor Fontana (PFL-SC, Dep.); Nyder Barbosa de Menezes (PMDB-ES, Dep.); Pedro Ceolin Sobrinho (PFL-ES, Dep.); Irapuan Costa (PMDB-GO, Sen.); Jales Fontoura de Siqueira (PFL-GO, Dep.); José dos Santos Freire (PMDB-GO, Dep.); José VJilson Siqueira Campos (PDC-GO, Dep.); Mauro Borges Teixeira (PDC-GO, Sen.); Paulo Roberto Cunha (PDC-GO, Dep.); Roberto Balestra (PDC-GO, Dep.); David Alves Silva (PDS-HA, Dep.); Edson Lobão (PFL-MA, Sen.); Raimundo Vieira da Silva (PDS-MA, Sen.); Victor Dias Trovão (PFL-MA, Dep.); Alysson Paulinelli (PFL-MG, Dep.); Arnaldo Rosa Prata (PMDB-MG, Dep.); Humberto Guimarães Souto (PFL-MG, Dep.); Joaquim de Helo Freire (PMDB-MG, Dep.); Lael Varella (PFL-MG, Dep.); Virgílio Galassi (PDS-MG, Dep.); José Elias Moreira (PTB-MS, Dep.); José Elias Moreira (PTB-MS, Dep.); Levy Dias (PFL-MS, Dep.); Rachid Saldanha Derzi (PMDB-MS, Sen.); Rubem de Oliveira Figueiró (PMDB-MS, Dep.); Walter de Pereira Oliveira (PMDB-MS, Dep.); Ubiratã Spinelli (PDS-MT, Dep.); Fausto Fernandes (PMDB-PA, Dep.); Jarbas Gonçalves Passarinho (PDS-PA, Sen.); Alarico Abib (PMDB-PR, Dep.); Alceni Angelo Guerra (PFL-PR, Dep.); Basílio Villani (PMDB-PR, Dep.); Dionísio Assis da Pra (PFL-PR, Dep.); Jacy Miguel Scanatta (PFL-PR, Dep.); José Carlos de Castro Hartinez (PMDB-PR, Dep.); Jovanni Pedro Masini (PHDB-PR, Dep.); Luiz Carlos Borges da Silveira (PHDB-PR, Dep.); Sebastião S. Vitrai dos S. Furtado (PFL-RO, Dep.); Francisco Sales Duarte de Azevedo (PMDB-RO, Dep.); Olavo Gomes Pires Filho (PMDB-RO, Sen.); Rita Isabel Goines Furtado (PFL-RO, Dep.); Ivo Mainardi (PMDB-RS,

Dep.); Osvaldo Bender (PUS-RS, Dep.); Albano Franco (PMDB-SE, Sen.); José Cleomâncio da Fonseca (PFL-SE, Dep.); José Queiroz da Costa (PFL-SE,); Jayme Santana (PFL-MA, Dep.); José Ferraz Egreja (PRB-SP, *Dep.*); Rogério Cardoso Alves. (PMDB-SP, Dep.); Enoc Vieira (PFL-MA, Dep.) ;, Jai/ne Santana (PFL-IIA, Dep.); Saulo Queiroz (PFL-MS, Dep.); Guilherme Afif Domingos (PI-SP, Dep.); Agripino de Oliveira L. F.2 (PFL-SP, Dep.); Antonio Salim Curiati (PDS-SP, Dep.); Cunha Bueno (PDS-SP, Dep.); Jorge Maluly Neto (PFL-SP, Dep.); Ricardo I-zar (PFL-SP, Dep.).

São 67 nomes, 60 Deputados e 7 Senadores.

FONTE: Estado de São Paulo; Presença de UDR na Constituinte São Paulo, 05/04/87 p. 4'.

ANEXO III

PROPOSTA ORIGINAL DO PODER EXECUTIVO PARA A CONVOCAÇÃO DA ANC

Proposta Original do Poder Executivo para Convocação da
Assembléia Nacional Constituinte

"art. 12- Os membros da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, sem prejuízo de suas atribuições constitucionais, reunir-se-ão, unicameralmente, em Assembléia Nacional Constituinte, livre e soberana no dia 31 de janeiro de 1987, na sede do Congresso Nacional.

"art. 29- O presidente do Supremo Tribunal Federal instalará a Assembléia Nacional Constituinte e dirigirá a sessão de eleição do seu presidente.

"art. 39- O projeto de Constituição será promulgado no curso da primeira sessão legislativa da 482 legislatura, depois de aprovado em dois turnos de discussão e votação, pela maioria absoluta dos membros da Assembléia Nacional Constituinte".

ANEXO IV

A EMENDA CONSTITUCIONAL N2 26, DE 2? DE NOVEMBRO DE 1985

A Emenda Constitucional NS 26, de 2? de Novembro de 1985

"As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do art.49, promulgam a seguinte emenda ao texto constitucional :

"Art.12- Os membros da Câmara dos Deputados e do Senado Federal reunir-se-ão, unicameralmente em Assembléia Nacional Constituinte, livre e soberana, no dia 12 de fevereiro de 1987, na sede do Congresso Nacional.

"Art.22- O presidente do Supremo Tribunal Federal instalará a Assembléia Nacional Constituinte e dirigirá a sessão de eleição do seu presidente.

"Art.32- A Constituição será promulgada depois da aprovação de seu texto, em dois turnos de discussão e votação, pela maioria absoluta dos membros da Assembléia Nacional Constituinte.

"Art.42- É concedida anistia a todos os servidores públicos civis da administração direta e indireta e militares, punidos por atos de exceção, institucionais ou complementares.

"Parágrafo 12- É concedida, igualmente, anistia aos autores de crimes políticos ou conexos, e aos dirigentes e representantes de organizações sindicais e estudantis, bem como aos servidores civis ou empregados que hajam sido demitidos ou dispensados por motivação exclusivamente política, com base em outros diplomas legais.

"Parágrafo 22- A anistia abrange os que foram punidos ou processados pelos atos imputáveis previstos no caput deste artigo, praticados no período compreendido entre 2 de setembro de 1961 e 15 de agosto de 1979.

"Parágrafo 32- Aos servidores civis e militares serão concedidas as promoções, na aposentadoria ou na reserva, ao cargo, posto ou graduação a que teriam direito se estivessem em serviço

ativo, obedecidos os prazos de permanência em atividade, previstos nas leis e regulamentos vigentes.

"Parágrafo 42- A administração pública, a sua exclusiva iniciativa, competência e critério, poderá readmitir ou reverter ao serviço ativo o servidor público anistiado.

"Parágrafo 5º- O disposto no caput deste artigo somente gera efeitos financeiros a partir da promulgação da presente emenda, vedada a remuneração de qualquer espécie, em carácter retroativo.

"Parágrafo 62- Excluem-se das presentes disposições os servidores civis ou militares que já se encontravam aposentados, na reserva ou reformados, quando atingidos pelas medidas constantes do caput deste artigo.

"Parágrafo 72- Os dependentes dos servidores civis e militares abrangidos pelas disposições deste artigo já falecidos farão jus à vantagens pecuniárias da pensão correspondente ao cargo, função, emprego, posto ou graduação que teria sido assegurado a cada beneficiário da anistia, até a data de sua morte, observada a legislação específica.

"Parágrafo 82- A administração pública aplicará as disposições deste artigo, respeitadas as características e peculiaridades próprias das carreiras dos servidores públicos civis e militares, e observados os respectivos regimes jurídicos.

"Art. 52- A alínea do parágrafo 12 do art. 151 da Constituição passa a vigorar com a seguinte redação;

'A inelegibilidade do titular eletivo ou interino de cargo ou função cujo exercício possa influir para perturbar a normalidade ou tornar duvidosa a legitimidade das eleições, salvo se se afastar definitivamente de um ou de outra no prazo estabelecido em lei, o qual não será maior de nove meses, nem menor de dois meses, anteriores ao pleito, exceto os seguintes, para os quais fica assim estipulados;

- 1) Governador e prefeito - seis meses;
- 2) ministro de Estado, secretário de Estado, presidente, diretor, superintendente de órgão da administração pública direta ou indireta, incluídas as fundações e sociedades de economia mista

- nove meses; quando candidato a cargo municipal - quatro meses;

'3) Ocupantes de cargos previsto no número anterior, se já titular de mandato eletivo - seis meses;

"Brasília, 27 de novembro de 1985.

"A Mesa da Câmara dos Deputados: Ulysses Guimarães, presidente; Carlos Wilson, 19 vice-presidente, em exercício; Haroldo Sanford, 22 vice-presidente, em exercício; Epitácio Cafeteira, 12 secretário, em exercício; José Frejat, 22 secretário, em exercício; José Ribamar Machado, 32 secretário, em exercício; Orestes Muniz, 42 secretário, em exercício.

"A Mesa do Senado Federal: José Fragelli, presidente; Guilherme Palmeira, 12 vice-presidente; Passos Porto, 22 vice-presidente; Enéias Faria, 12 secretário; João Lobo, 22 secretário; Marcondes Gadelha, 32 secretário; Eunice Michiles, 42 secretário".

ANEXO V

COMO VOTARAM OS CONSTITUINTES

DESTAQUE SOBRE A DESAPROPRIAÇÃO DA PROPRIEDADE PRODUTIVA



V*Ww (TQ^Tf AAjP^a e^w; AA^Mo f^e^V^W^A^g)

Ad^A ifcAí »T«4). A^rí« l^joAó (KoS-CtrA« DoJp^MT-Sn ' A^lpioo éi Oevrk^Uno PTT STJ. Aínton Corj. »;^rt). Alarics^AI>8; (fwOerX a>in>frrOx TiaWu rjho>W>MA). Al^antl ÍS^«
im^ ^Ct AW«nfc> Co.10 tPíUKAI^ Abundo r«?^
AdO« SQ. A)»do -Ca.«^ (PUOe MCV /<op« O»« fin-TÁI 'AJlerfÁi " Corvo» ITMOS pt. Aw^ fo^cs (m-nj: Alpla» ^Bulin^ im-MCI An>orf Ibrno (PO^U; Amlia á^m (TMOB^Al A/^to Mogolts« (m BAI Annu ' >oc>lo>'(TRA^ Aatrib 'eujbt ff-MM SCL A«<Stw> -W I
'pMO^ GOL Anta>br>>ilMa pn A). Amonia Sahim Canoti (ROS^S^L Antonio * tw (TH PíO; Amoido (PMDe^AJ.A>naMo Meio ffc«). ArnoW Fncxóii. púsni áim 06,^ ?84UJ. Arts«^W.m (rOVSQ. . Ásdnuld 1^»« ^unrAL Aulí C<n>lo im-cal. Aúia tW pn-fq. «oUie'. VOora pnu« rt). brho ipn BA). Bo>úfidió <ií A/dodo (FOS^MCI 1m' ^Uf>SQ. Corioia Alva ^MOe STI COVt AWJb jm-INL Calas ' IFXoi-cç airVa ew^ c»» W é«Hi ^m>áiçj. '-
'Caridi. ionfjm^ 'CoHot Vinogr. IPíUC-T^ O>írf tMO^dn' ^ (m-AAQ. Cúm Coh M>|^ (TOS-O). Oug^ C«rí« (m-nt. Orálit^ ' Od.c>to P-RMGL Oobudic^ A^ p« SQ. CWAJo fern« p« SR Corb> , r«>ra MAírcí«» Bje»o' p>f>St). (PMOeMCL . rous IPOS-IH Ito>íCom'fo (PWO>kL t><M AW SÍO 7CS-MAJ. Drf<. Neno (POVS; MW Ira p>MQe-COÍ Áir^op-MM-U).
fáim-Tí4^ Dion^ Higt [m/A]. Dje^ Go^<4i> ^MC>SEI' tícaAt im MAL^t^r bxdigu« ITMDe-ÇAL Ymm «Ú^ EtoUd ^ trli >n W«s).
Etevaldo Nogueira (PFL-CE), Eunice Michiles (PFL-AM), Expedito Machado (PMDB-CE), Ezio Ferraro (PFL-AM), Fábio Roubheis (PTB-RJ), Fausto Rocha (PFL-SF), Felipe Mendes (PDS-PI), Feres Medes (PDT-RJ), Fernando Coelho (PMDB-GO), Flávio Palmieri da Veiga (PMDB-RJ), Flávio Rocha (PFL-BA), Francisco Benjamim (PFL-BA), Francisco Carneiro (PMDB-DF), Francisco Coelho (PFL-MA), Francisco Diógenes (PDS-AC), Francisco Dameltes (PFL-RJ), Francisco Hoffenberg (MOSU), Furlóss^ux PA-0). Can<í Jonil Co>Kow Tign AST)x Ce^W^líra AUOe MCI Cloml «e^ >H-At. C^oldoWMMig (PMOS-AC)GILI Conta^MOBA CaMa Modtdçí; [P>-Q, C>>^%Fot', Heo CollçghUlç-MQe Mfa>Ww^f>sr; t^» >«à«' «ocW^Sanil SovV rH-Mej'b>4 fl-Al' t^« Pref illm rívdç(í bio' p.MOMBI í«>ardçUíçríllD^SQç;Kre M JTne4. «í, «oV Jbx
JnoMa Oeáa rH-4Uf^4i. JvV^, JOÍO Afç^ JoáO Cm^ ffsáA/Ílao' «o^, «eW-Aofo« (K)T« faSo^AlU7r-Rk Josè^NoAoo-><anib«., jowWçloçtoV jowWçloçtoV joVWçloçtoV jowWçloçtoV
4:7 i-:ir 1 yíwñl joirai fniä ^-0L% ùm fKamin fn-tail AA<it
-1 N' pKAfJoh. «««« TH-SXJm. fetó fW-íçt lorg. Vior> (TMDÚAJJd>4 >srç>h' ÍTR-ÍHL M b^yogo Im Str. M C>tz> (WA^ (N-UL J«é Ofç« moríam) ««>B' U« f«» PADÓQJ JOU G«^fc J«í toV. ««> Ub ^ tá PA-J« Im M ÍW-CE <«WDB^ACI W «U<>de>nc^<im (TR-PÍ, JB^' <ml JOU stano <la Volçimí BÍçJC^Ykd müörin. pW-MAI^ JO«fT«O> OfR-eL kçic;« itoúll (TMO^> Á ÍSO PNI líl In^ M^ArAl^W«CL Múo fowM nuds-MC^ línr^ kán nImn. tço. H^«^ A^l fc>»a, ífSB-iié«xaoçt úts^WMOB^ MOSU«> v^di>voicai íbncl tç«ç«»/Q. líjrtUoa^
V*»R-r^*taii íKfair <5>fct« dí« pvsí-M^ Mri* * OBMfraz>«e-ÚCí Vrbo 7MOB^Ka^» 7MD«AL «í kílhutabo 7MDB-nro>ou^Ca<<«íni-Mç<>çou>to>^M^MDS-rqz ÍtoUHá PA^An' rMOB-MOV Líri #kçgí t«OC-ÓOLa Moxa>»Bmlo' (PMDB-GO) Moa Rosemone (PMDB-PE), Meira Filho (PMDB-DF), Melo Freire (PMDB-MG), Mello Reis (PDS-MG), Mesias Góes (PFL-SE), Messias Soares (PTB-RJ), Michal Tenes (PMDB-SP), Milton Barbosa (PMDB-BA), Milton Lima (PMDB-MG), Milton Reis (PMDB-MG), Marido Gomes (PMDB-BA), Mozerides Cavalcanti (PFL-ES), Mussó Demps (PFL-PI), Naphelí Alves de Souza (PMDB-GO), Natcho Mendes (PDS-AC), Nestor Duarte (PMDB-BA), Nelson Gibson (PMDB-PE), Nion Albernaz (PMDB-GO), Nydia Barbosa (PMDB-ES), Orlando Bezerra (PFL-CE), Orlando Pacheco (PFL-SC), Oscar Corrêo (PFL-MG), Ozeas Leitão (PFL-RJ), Osvaldo Bender (PDS-ES), Osvaldo Coelho (PFL-PE), Osvaldo Sobrinho (PTB-MT), Osvaldo Almeida PFL-ES, Osvaldo Teófilo DÍAZ PFL, Osvaldo Fraz
>«<Q«-r), ro« ^-nj. KaA> íç<>«U« (HHA^Yc>lo Mçkomm (PUC>). Paula^«eLpn-ríq>P<><la (ob^ ÇA,p>OC-áOí P>»
ÍlanunAl (mnda (PMOe IAC). Wícto EcinóçjrpMOe-ft>çjala JB>mb>«eí' tconfe íW« (m-ft) Enído [tr ÍTR SE. «« Tortado IQí *r. V^no>jr Íi *»b tal, íçX^ exxrloCo>í jr>Jm j. joçário M>non JÍTI-W). toáçgy^Vuna (ít-ÍllIT), tonç» P>>«Y^A LD^ MeÉna PçJÍ. ■
IX^ J ^;^1 Solofç« Conçilha m-rt) Serafic AdíBo P>UÓfr(S). Soulo Ouçoví «t. , Stç^ íríp (n-HAL «çjo WeTack PUOUHQ). Sç«>Ca>vo^ (W-GOI .- .) ■ Sío, to^« <ít IM ÍM^SPÍ, S^«^«> Bol PntSL tImo KM ÍTOS^SÍ. ■>M-lara Msnda (PMOe SP). Tax Ou (PMOe-SP), Ubo«ef-S) >^A ÍRS>«t Vírto. ^o^loní pro-ÇUVW PA-SQ. Voooc Tibyç P« UA; Vínçl Ph-Atç Wç^io C>AAd ÍRO<»«CÍ a^<«-1 Wjçd«on.<íç>(pñÍAE ■■ a^<«-1 «>»^1T» Ad5. Co» A«Eísn. DMfaw>g. ^ auí ARCTPKirAFC t i ç«ç« Arçojion<« tPMM. sç. tWççfto fort<< (P« ç«ç«) Mçoi UçYNI/Ca fçç«A (çççç K>Xl tr>» Vínçoz PA An. t i ç«ç« HioçW fçM»»çA), PouV. Jon>»OB-SP). Uçtççç GUmorçK; rçOç-SfL. .-. ■■ > .</■, ^ > .</■, ^
AUSENTE\$ 29
AwoV«B.pí^AM«ççCorb. MçJTí «.™PçJí AmoMo f«oio<WU íP^X Co^ VírçKo PVS-OL Cçaga> Nre íPUX IO). tsnat tçççie (PR>Al t<ç>rí<çD Mon« (PMO>-PI). Ho>rn (PH UA). f«nç Trmámt^ . íTKO^AI Q«ç<U (PUQCVL Ç«n<çB P«ç IPOS PAI Kího Cad<çw^ (PMQ^ PÍ). ÍKí Vbn«ono pn-pç íL/Pç> ÍPH (M Mo Hrr nonç N«w (P/KC^ V loOo IM-PAJ JB>^ laca ;PH íA). KA.CC (PMOS OíX ÍLZa tou<1 <otç« ^MÇT MOÍ «off» (PíOÇJ). Hçh<» m, íAm íPÍDç sa Ó«oç« rç. (Ílç«ç TOV Poule ha<ç><ç (PçO) IQ koÍrtt^ v«d /Míç «çç. VançAa ^na<ç>»ç«ç PçJ. Sç« ç>». ÍPçO MÇ V>» Ç-nçç POÇJ.V>«ççf«ç«ç(POçMANV)ççOTR^çPm

ANEXO VI

VOTAÇÃO SOBRE A DURAÇÃO DO MANDATO DO PRESIDENTE JOSÉ SARNEY

VOTARAM "NAO"

Table with multiple columns listing names, party abbreviations (e.g., PMM, PSD, PT), and other identifiers. Includes sub-sections like 'MIMASCAUA' and 'SANTA CATAHMA'.

FONTE; Folha de São Paulo. 03/07/ página, ANO 68, n221611

ABSTENÇÕES

V AUSENTES Carta VLS1110 (POW l. fc. aw)a. (PMM) Mariollcno (P&MA). P&reCoonii (LRÉS), VLS110T&ira (P&a)

ANEXO VII

PESQUISA DE OPINIÃO: A MAIORIA DA POPULAÇÃO QUER
> •

QUATRO ANOS DE MANDATO PARA SARNEY

Maioria da população quer 4 anos para Sarney

O MANDATO DE SARNEY

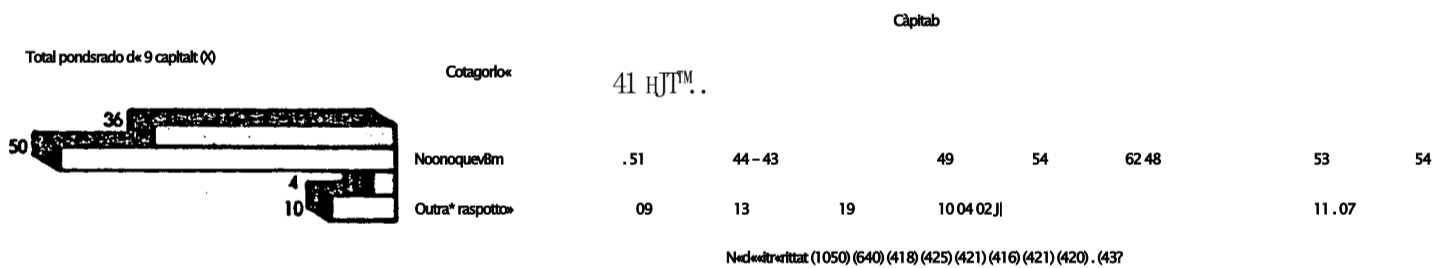
O Congresso constituinte decidiu que o mandato dos futuros presidentes será de cinco anos. Em breve, o Congresso definirá a duração do mandato do presidente Sarney. Na sua opinião, o mandato de Sarney deve ser de cinco anos, com eleições presidenciais diretas em novembro de 89, ou de quatro anos, com eleições em novembro deste ano?

(Em porcentagem)



Independente do que você gostaria em relação à duração do mandato de Sarney, você acha que as eleições diretas para presidente da República irão acontecer ainda este ano ou no ano que veijn?

(Em porcentagem)



FONTE: Folha de São Paulo, 27/03/88. p. A-05